UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E SOCIEDADE

MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO

OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA RESOLUÇÃO Nº 07, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018: A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SEU PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO IFSULDEMINAS – *CAMPUS* CARMO DE MINAS

Pouso Alegre – MG
2025

MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO

OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA RESOLUÇÃO Nº 07, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018: A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SEU PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO IFSULDEMINAS – *CAMPUS* CARMO DE MINAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade para obtenção do Título de Doutora em Educação, Conhecimento e Sociedade.

Área de concentração: Educação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Educação e tecnologia: inovação, ferramentas e processos.

Orientadora: Prof.ª. Dra. Roberta Cortez Gaio.

Pouso Alegre – MG
2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ribeiro, Michele Martins Silva.

Os princípios estruturantes da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018: a curricularização da extensão e seu processo de implantação e implementação no IFSUDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas. / Michele Martins Silva Ribeiro – Pouso Alegre: Univás, 2025.

175f.:il.:graf.:quad.:tab.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade. Universidade do Vale do Sapucaí, 2025.

Orientadora: Prof.ª. Dra. Roberta Cortez Gaio.

1. Curricularização da Extensão. 2. Ensino Superior. 3. Políticas Educacionais. 4. Resolução nº 7/2018. 5. IFSULDEMINAS. 6. Campus Carmo de Minas. I. Título.

CDD – 378.81

Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa

CRB 6-3538

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada **"OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DA RESOLUÇÃO Nº 07, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018: A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SEU PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO IFSULDEMINAS – CAMPUS CARMO DE MINAS"** foi defendida, em 09 de julho de 2025, por **MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO,** aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade, nível Doutorado, sob o Registro Acadêmico nº 98014938, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:

Assinado eletronicamente por:
Roberta Cortez Gaio
CPF: ***.259.218-**
Data: 10/07/2025 13:33:16 -03:00

UNIVÁS

Profa. Dra. Roberta Cortez Gaio
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora

Assinado eletronicamente por:
Atilio Catosso Salles
CPF: ***.626.091-**
Data: 10/07/2025 13:33:45 -03:00

UNIVÁS

Prof. Dr. Atilio Catosso Salles
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinador

Assinado eletronicamente por:
Leticia Rodrigues de Souza
CPF: ***.373.976-**
Data: 10/07/2025 16:58:26 -03:00

UNIVÁS

Profa. Dra. Leticia Rodrigues De Souza
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinadora

Assinado eletronicamente por:
Teresinha Cristiane de Morais
CPF: ***.789.938-**
Data: 11/07/2025 11:20:58 -03:00

UNIVÁS

Profa. Dra. Teresinha Cristiane De Morais
Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC
Examinadora

Assinado eletronicamente por:
Luiz Gustavo de Mello
CPF: ***.288.088-**
Data: 11/07/2025 14:00:28 -03:00

UNIVÁS

Prof. Dr. Luiz Gustavo De Mello
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS
Examinador

https://signer.techcert.com.br/validate/RADPZ-UTN4R-75TYP-OVY6S

Dedico ao meu pai Francisco *(in memoriam),* que durante sua vida não mediu esforços para que eu tivesse uma boa educação, e que, ao lado de Deus, hoje comemora minha conquista.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais dirigem-se a Deus, cuja presença trouxe pessoas valiosas ao meu lado, sem as quais não teria concluído esta jornada.

Aos meus pais, Francisco (*in memoriam*) e Beatriz, expresso meu profundo agradecimento e amor eterno. Eles se sacrificaram para que eu pudesse receber a melhor educação e orientação.

Aos meus irmãos, Marcos (*in memoriam*) e Maurizo, meus sinceros agradecimentos por serem companheiros e exemplos de superação.

Ao meu amado esposo, Wellington (*in memoriam*), meu eterno companheiro e porto seguro, dedico minha mais profunda gratidão. Em meio às alegrias e desafios desta caminhada, você foi presença constante, sempre oferecendo apoio, amor e cuidado, mesmo nos momentos em que a vida exigia tanto de nós. Sua generosidade e força me impulsionaram a seguir em frente, mesmo agora, com a dor da sua ausência. Finalizar esta jornada sem você ao meu lado foi uma das tarefas mais difíceis que enfrentei. Ainda assim, sigo com o coração cheio do amor que compartilhamos. Te amo para sempre.

Aos meus professores, verdadeiros canais de conhecimento, expresso meu reconhecimento. Suas orientações e ensinamentos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, inspirando e guiando-me ao longo desta jornada acadêmica.

À Professora Doutora Roberta, minha orientadora, dirijo um agradecimento especial por sua dedicação e profissionalismo exemplares. Sua orientação foi indispensável para o sucesso deste trabalho, e sou grata por sempre ter acreditado em mim, depositando sua confiança ao longo de todo o período. Sem sua orientação e apoio, nada disso teria sido possível.

Finalmente, expresso minha gratidão à Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS) e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) por fornecerem os recursos necessários para a realização desta etapa acadêmica.

“Não há mais lugar para uma universidade alheia aos problemas sociais, tampouco para a compreensão de que apenas a educação formal é o espaço válido e legítimo de produção de conhecimento”.

Profa. Dra. Ediene Pena Ferreira

RESUMO

RIBEIRO, Michele Martins Silva. **Os princípios estruturantes da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018:** a curricularização da extensão e seu processo de implantação e implementação no IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas, 2025. 175f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre - MG.

A educação superior no Brasil vive transformações significativas, destacando a integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecido pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Essa normativa determina a inclusão de atividades de extensão como parte obrigatória dos currículos de graduação, buscando promover a formação integral e o compromisso social dos estudantes. Esta tese investiga o processo de implantação e implementação da curricularização da extensão no Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – *Campus* Carmo de Minas, analisando as percepções de coordenadores, professores e alunos/egressos em relação aos princípios estruturantes da referida resolução. A pesquisa utilizou uma abordagem mista, com aplicação de questionários contendo escalas *Likert* a coordenadores, professores e alunos/egressos. Os dados foram analisados estatisticamente, complementados por revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados apontam avanços na compreensão e implementação dos princípios estruturantes, como a interação dialógica com a sociedade e a formação cidadã dos estudantes, mas também revelam desafios relacionados à sensibilização institucional e à adequação curricular. Esta investigação está alinhada à linha de pesquisa "Educação e Tecnologia: Inovação, Ferramentas e Processos", que foca em estudos sobre educação, inovação e circulação do conhecimento em diferentes espaços de ensino, considerando as transformações sociais e econômicas atuais. Explora o uso de tecnologias digitais e recursos no processo educativo, visando à inovação na produção de conhecimento científico e cultural. Conclui-se que a curricularização da extensão contribui para uma formação acadêmica mais conectada às demandas sociais e fortalece a integração entre as dimensões do ensino superior. A experiência do Campus Carmo de Minas oferece devolutivas para a replicação em outras instituições. Recomenda-se maior investimento em capacitação docente e estratégias de engajamento comunitário, além de políticas públicas que ampliem o suporte institucional para a extensão universitária.

Palavras-chave: curricularização da extensão, ensino superior, políticas educacionais, Resolução nº 07/2018, IFSULDEMINAS, *Campus* Carmo de Minas.

ABSTRACT

RIBEIRO, Michele Martins Silva. **The structuring principles of Resolution No. 07, of December 18, 2018**: the curricularization of extension and its process of implementation at IFSULDEMINAS – Campus Carmo de Minas, 2025. 175f. Thesis (PhD). Graduate Program in Education, Knowledge and Society, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre – MG, Brazil.

Higher education in Brazil is undergoing significant transformations, emphasizing the integration of teaching, research, and extension activities, as established by Resolution No. 7, dated December 18, 2018. This regulation mandates the inclusion of extension activities as a compulsory component of undergraduate curricula, aiming to promote comprehensive education and students' social commitment. This thesis investigates the process of implementing the curricularization of extension within the Bachelor's degree program in Business Administration at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Southern Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Carmo de Minas Campus, analyzing the perceptions of coordinators, professors, and students/alumni regarding the guiding principles of the aforementioned resolution. The research employed a mixed-methods approach, utilizing questionnaires with Likert scales administered to coordinators, professors, and students/alumni. The data were analyzed both statistically, supplemented by a literature review and document analysis. The results indicate progress in the understanding and implementation of the guiding principles, such as dialogical interaction with society and students' civic education, while also revealing challenges related to institutional awareness and curricular adaptation. This investigation aligns with the research line "Education and Technology: Innovation, Tools, and Processes," which focuses on studies of education, innovation, and the dissemination of knowledge across diverse teaching contexts, considering contemporary social and economic transformations. It explores the use of digital technologies and resources within the educational process, aiming to foster innovation in the production of scientific and cultural knowledge. It is concluded that the curricularization of extension contributes to a more socially responsive academic formation and strengthens the integration of higher education dimensions. The experience of the Carmo de Minas Campus offers valuable insights for replication in other institutions. Increased investment in faculty development and community engagement strategies is recommended, as well as public policies that enhance institutional support for university extension.

Keywords: curricularization of extension, higher education, educational policies, Resolution No. 07/2018, IFSULDEMINAS, Carmo de Minas Campus.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais marcos e eventos para a construção das diretrizes para as políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira 37

Figura 2 - Fluxograma do processo de revisão da literatura 55

Figura 3 - Os *campi* do IFSULDEMINAS 68

Figura 4 - Fotos do 1º Seminário de Curricularização de Extensão e Pesquisa 73

Figura 5 – Fotos da tela: reprodução do evento Diálogo: Extensão e curricularização no IFSULDEMINAS.....74

Figura 6 - Foto da tela reprodução do evento: I Encontro da Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS.....75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Seção I – De âmbito geral 113

Gráfico 2 - Seção II - Art. 5º - Inciso I – “a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social” 115

Gráfico 3 - Seção III - Art. 5º - Inciso II – “a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular” 117

Gráfico 4 - Seção IV - Art. 5º - Inciso III – “a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais” 119

Gráfico 5 - Seção V - Art. 5º - Inciso IV – “a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.” 120

Gráfico 6 - Seção VI - Art. 6º - Inciso I – “a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável”.....122

Gráfico 7 - Seção VII - Art. 6º -: Inciso II – “o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade”. 124

Gráfico 8 - Seção VIII - Art. 6º - Inciso III – “a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena”. 125

Gráfico 9 - Seção IX - Art. 6º - Inciso IV – “a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa”.....127

Gráfico 10 - Seção X - Art. 6º - Inciso V – “o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural”. ...129

Gráfico 11 - Seção XI - Art. 6º - Inciso VI – “o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação”.....131

Gráfico 12 - Seção XII - Art. 6º - Inciso VII – “a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira”.....133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Parecer CNE/CES nº 608/2018: regulação quanto às atividades de extensão 27
Quadro 2 - Participantes da pesquisa 48
Quadro 3 - Adesão de diferentes grupos de participantes da pesquisa 49
Quadro 4 - Classificação dos indicadores estatísticos 51
Quadro 5 - Critérios de inclusão e exclusão para a revisão sobre o tema 54
Quadro 6 – Artigos selecionados sobre o tema "curricularização da extensão" 55
Quadro 7 - Comparativo das características qualitativas dos artigos 65
Quadro 8 - Modalidades de ensino ofertadas pelo IFSULDEMINAS 68
Quadro 9 - Principais pontos da Resolução CONSUP nº 91/2019 71
Quadro 10 - Exemplos de Legislações Gerais 76
Quadro 11 - Regulamentações específicas do IFSULDEMINAS 77
Quadro 12 - PPCs em vigor - Bacharelado em Administração 78
Quadro 13 - Análise dos PPCs vigentes 79
Quadro 14 - Análise qualitativa das respostas da Questão 20 88
Quadro 15 - Alfa de Cronbach - Questionário coordenadores: cálculo 195
Quadro 16 - Alfa de Cronbach - Questionário discentes/egressos: cálculo 196
Quadro 17 - Alfa de Cronbach - Questionário discentes/egressos: cálculo 197

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo das características quantitativas dos artigos.....63

Tabela 2 - Resumo estatístico das respostas: percepções sobre a Curricularização da Extensão (Coordenação) 84

Tabela 3 - Resumo estatístico das respostas: percepções sobre a Curricularização da Extensão (Docentes).....95

Tabela 4 - Resumo estatístico das respostas: percepções sobre a Curricularização da Extensão (Alunos/egressos).....105

Tabela 5 - Alfa de Cronbach - Questionário coordenadores 195

Tabela 6 - Alfa de Cronbach - Questionário docentes.....196

Tabela 7 - Alfa de Cronbach - Questionário discentes/egressos.....197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BGPS	Bacharelado em Gestão Pública e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CES	Câmara de Educação Superior
CFB	Constituição Federal do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP	Conselho Superior
DS	Desenvolvimento Sustentável
EaD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENS	Escolas Normais Superiores
FOREXT	Fórum Nacional de Extensão das Universidades Comunitárias
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas no Brasil
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IES	Instituições de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
IFSul	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do sul de Minas Gerais
ILP	Instituição de Longa Permanência
INEP	Instituto Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
ONU	Organização das Nações Unidas
OT	Oficina Temática
PDIs	Planos de Desenvolvimento Institucionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPD	Programa Nacional de Pós-Doutorado
PPCs	Projetos Pedagógicos de Curso
PPIs	Projetos Políticos Institucionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
ProUni	Programa Universidade para todos
REBIO	Reserva Biológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
UFT	Universidade Federal do Tocantins
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UPF	Universidade de Passo Fundo
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIVÁS	Universidade do Vale do Sapucaí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17

2 A TRÍADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO 21

2.1 A evolução histórica da relação entre ensino, pesquisa e extensão 21

2.2 A indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão na Universidade 29

3 LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO 32

3.1 Constituição Federal do Brasil (CFB) de 1988 32

3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 33

3.3 Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 34

3.4 Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira - Parecer CNE/CES nº 608/2018 36

3.5 Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 - Resolução nº 7/2018 39

3.5.1 Os princípios estruturantes conforme Resolução nº 7/2018 40

3.6 Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Parecer CNE/CES nº 576/2023 44

4 MÉTODO DA PESQUISA 46

5 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO 54

6 OS RESULTADOS DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO *CAMPUS* CARMO DE MINAS 67

6.1 Um breve recorte sobre o percurso do IFSULDEMINAS 67

6.1.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) 67

6.1.2 Diretrizes da Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS 70

6.1.3 Integração e capacitação: eventos sobre a Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS 72

6.2 Um breve recorte sobre o percurso do *Campus* Carmo de Minas 75

6.2.1 O *Campus* Carmo de Minas 75

6.2.2 O Político Pedagógico do Bacharelado em Administração (único curso superior ofertado pelo *Campus* Carmo de Minas) 76

6.2.3 Diretrizes da Curricularização da Extensão no *Campus* Carmo de Minas 82

6.2.4 Percepção sobre a implementação das ações de Curricularização da Extensão no *Campus* Carmo de Minas à luz dos princípios estruturantes da Resolução nº 7/2018 82

6.2.4.1 Percepção dos coordenadores 83

6.2.4.2 Percepção dos docentes 95

6.2.4.3 Percepção dos alunos/ egressos 104

6.2.4.4 Correlações entre os dados obtidos e as percepções ao cumprimento dos princípios estabelecidos na resolução 111

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 135

REFERÊNCIAS 141

ANEXO I – Pesquisa de campo - questionários 152

ANEXO II – Pareceres CEP 179

ANEXO III – Compilado da pesquisa de campo 190

ANEXO IV - Alfa de Cronbach 194

1 INTRODUÇÃO

A autora é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), vinculada à linha de pesquisa Educação e Tecnologia: Inovação, Ferramentas e Processos, que se dedica ao estudo das transformações sociais, políticas, econômicas e produtivas no campo educacional, com ênfase na inovação, no uso de tecnologias e redes digitais, e na produção e circulação do conhecimento em diferentes espaços e formas de ensino e aprendizagem.

Possui uma trajetória de mais de dez anos no ensino técnico, superior e na gestão educacional. Sua experiência inclui a atuação como professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *Campus* Carmo de Minas, onde também desempenhou funções de coordenação de curso, coordenação de extensão, coordenação de projetos de extensão e coordenação do Centro Integrado de Educação a Distância, entre outras. Essa vivência tem contribuído para a construção da base teórica e prática que sustenta a pesquisa apresentada nesta tese, a qual investiga o processo de implantação e implementação da curricularização da extensão no referido *campus*.

A partir dessa trajetória profissional e acadêmica, emergiu a inquietação que motivou esta pesquisa: compreender como as diretrizes da extensão universitária, especialmente após a promulgação da Resolução nº 7/2018, têm sido incorporadas ao currículo dos cursos superiores. A vivência concreta nos espaços institucionais e nos processos de gestão educacional permitiu observar de perto os desafios e potencialidades dessa integração, situando a investigação em um contexto real de transformação educacional.

A educação superior no Brasil tem passado por transformações, com destaque para a integração entre ensino, pesquisa e extensão, incentivando atividades que relacionam teoria e prática. Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm se concentrado cada vez mais em questões sociais, como direitos humanos, sustentabilidade e inclusão, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e engajados.

Um marco nesse processo é a Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece diretrizes para a curricularização da extensão nas IES, que é o foco desse estudo. O objetivo é investigar as percepções com relação à implantação e

implementação da extensão como carga horária disciplinar no Bacharelado em Administração, curso ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – *Campus* Carmo de Minas, em relação às concepções e práticas delineadas pelos princípios estruturantes estabelecidos pela referida resolução.

A implementação da curricularização da extensão consiste no processo de materialização das diretrizes e normativas legais no cotidiano acadêmico, por meio da integração efetiva das atividades extensionistas ao currículo dos cursos. Diferentemente da fase de implantação, que se refere à inserção inicial da proposta no plano pedagógico, a implementação demanda ações concretas, articulação entre teoria e prática e o engajamento de todos os atores institucionais para que as atividades de extensão se tornem parte indissociável da formação discente.

Esse percurso envolve superar barreiras estruturais, culturais e operacionais, garantindo que a intencionalidade educativa se traduza em práticas efetivas e significativas para a comunidade acadêmica e a sociedade. Nesse sentido, "há uma distância entre intenção e gesto, entre abstrato e concreto, entre proposição legal e efetiva implementação” (Arienti, 2023).

Essa distância entre a intenção normativa e a concretização prática revela-se ainda mais evidente quando se considera o contexto da autonomia universitária estabelecida pela legislação brasileira. Embora tal autonomia seja fundamental para a liberdade acadêmica e para a gestão das instituições, ela também implica uma responsabilidade na incorporação da extensão como dimensão obrigatória da formação.

Assim, a implementação da curricularização não se resume ao cumprimento formal de dispositivos legais, mas exige uma reorganização interna, tanto pedagógica quanto administrativa, para alinhar a autonomia institucional aos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previstos na Constituição.

A literatura sobre o ensino superior no Brasil destaca o desafio imposto pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que, no artigo 207, afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988). A autonomia concedida às instituições abrange não apenas a gestão de suas atividades acadêmicas, mas também a administração do conhecimento e do capital intelectual.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio que transcende aspectos conceituais e legislativos, refletindo uma dimensão político-pedagógica fundamental para a missão das universidades, conforme discutido por autores como Fleck (2011) e Tauchen (2009). Contudo, percebe-se que o desafio está em operacionalizar esse princípio, garantindo que a extensão seja devidamente incorporada ao currículo de forma integrada e eficaz.

Historicamente, a educação superior no Brasil passou por mudanças desde suas origens coloniais até o contexto contemporâneo. Durante o período colonial e republicano, a educação era elitista e restrita, focando na formação de quadros técnicos e administrativos. A partir do século XX, houve um avanço expressivo, com a reforma educacional promovida por Anísio Teixeira e a implementação de políticas voltadas para a democratização do acesso e a integração da tríade ensino-pesquisa-extensão. Atualmente, o desafio continua sendo a integração efetiva dessas dimensões, especialmente diante das novas demandas sociais e tecnológicas, como destacado por autores como Tauchen (2009), Picinin *et al*. (2012) e Brasil (2018).

A centralidade desta pesquisa reside na seguinte questão: como se deu o processo de implantação e implementação da extensão como carga horária disciplinar no Bacharelado em Administração do IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas, e como as concepções e práticas delineadas pelos princípios estruturantes da Resolução nº 07, de 18/12/2018, são percebidas pela coordenação, professores, alunos e egressos? Os objetivos específicos incluem:

a) Compreender a política de implantação da curricularização da extensão, incluindo sensibilização institucional, resistências, questões orçamentárias e adaptações legais;

b) Formalizar, mediante pesquisa, as percepções dos coordenadores, docentes e discentes/egressos envolvidos nas atividades de curricularização da extensão;

c) Comparar os resultados obtidos com as concepções e práticas estabelecidas pela Resolução nº 07, de 18/12/2018, conforme os Art. 5º e Art. 6º.

A relevância deste estudo é evidenciada pela contribuição que ele pode oferecer para a compreensão e aprimoramento da curricularização da extensão nas IES. A integração da extensão ao ensino e à pesquisa visa promover uma formação mais completa e contextualizada dos estudantes, respondendo de maneira mais eficaz às necessidades sociais. A pesquisa realizada no IFSULDEMINAS – *Campus*

Carmo de Minas pode servir como referência para outras instituições em processo de implementação dessa política, proporcionando devolutivas sobre os desafios e a necessidade de melhores práticas nesse campo.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa analisou a percepção dos envolvidos no processo de implantação e implementação das atividades de extensão incorporadas ao currículo do Bacharelado em Administração. Foram realizadas análises bibliográficas e documentais, além de uma pesquisa de campo com questionários aplicados a coordenadores, docentes, alunos e ex-alunos. Os dados coletados foram analisados com técnicas estatísticas, respeitando considerações éticas e reconhecendo limitações, como a representatividade da amostra e o tempo de existência do curso.

Este estudo limita-se ao processo de implantação e implementação da curricularização da extensão no IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas, durante o período de 2018 a 2024. A pesquisa foca especificamente nas ações e impactos observados nesse *campus*, não abrangendo outros *campi* ou instituições. Essa delimitação permite uma análise detalhada e contextualizada do processo, oferecendo uma compreensão dos desafios e sucessos envolvidos na curricularização da extensão no contexto estudado. Considera-se, no entanto, que essa delimitação pode limitar a generalização dos resultados para outros contextos institucionais, reforçando a importância de futuras pesquisas comparativas.

A tese está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução do estudo. O segundo capítulo aborda a tríade ensino-pesquisa-extensão, destacando sua evolução histórica e relevância no contexto acadêmico. O terceiro capítulo apresenta a legislação e normativas sobre a curricularização da extensão no ensino superior brasileiro. O quarto capítulo detalha o método da pesquisa, descrevendo as etapas de coleta e análise de dados de forma detalhada. O quinto capítulo foca na curricularização da extensão no ensino superior brasileiro, com destaque para os principais desafios e avanços observados. O sexto capítulo apresenta os resultados quanto a percepção do processo de implantação e implementação da curricularização da extensão no *Campus* Carmo de Minas, seguido das considerações finais, que sintetizam as contribuições, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 A TRÍADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Neste capítulo, apresenta-se o desafio descrito na Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 207, que enuncia o seguinte princípio: "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Brasil, 1988).

A autonomia concedida às instituições não apenas abrange a gestão do ensino, pesquisa e extensão, mas também está ligada à administração do conhecimento e do capital intelectual, tanto das instituições quanto dos profissionais que nelas atuam. A compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme apontado por Tauchen (2009), transcende uma mera questão conceitual ou legislativa; é paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois se relaciona às funções e à razão de ser das universidades, historicamente vinculadas às aspirações e projetos nacionais de educação.

Segundo Rays (2003, p. 73), as atividades de ensino, pesquisa e extensão são consideradas elementos fundamentais para a concretização dos objetivos das Instituições de Ensino Superior (IES), integrando o processo educativo. Essas atividades podem ser definidas como "um processo multifacetado de relações e correlações que buscam a unidade da teoria e da prática". Estão ligadas aos valores que orientam e sustentam a sociedade, tais como o princípio da dignidade da pessoa humana, o respeito aos direitos fundamentais, a liberdade e a igualdade, bem como ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os fundamentos constituem a base que explica ou justifica uma escolha, derivada de nossa inserção no mundo. Ao compreender os fundamentos paradigmáticos e epistemológicos presentes na história e tradição universitária, torna-se possível analisar as implicações, inconsistências e a valorização desse princípio de indissociabilidade nas atividades desenvolvidas pelas universidades brasileiras.

2.1 A evolução histórica da relação entre ensino, pesquisa e extensão

As três dimensões da educação superior no Brasil – ensino, pesquisa e extensão – evoluíram de forma intercalada ao longo da história, moldadas pelos contextos políticos, sociais e econômicos do país. Desde os primeiros anos após a

chegada dos portugueses ao território que hoje compreende o Brasil, a educação foi gradualmente estruturada para atender às demandas de uma sociedade em evolução.

Durante o período colonial, a educação era ministrada em língua portuguesa e mantida, em grande parte pelas ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, os Dominicanos e a Ordem Terceira de São Francisco (Tauchen, 2009, p. 45-65). Os registros iniciais da educação no Brasil estão ligados à Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534. A extensão, por sua vez, não era concebida como prática estruturada no período, mas estava presente de maneira informal nas missões religiosas, pois de acordo com Buss (2017, p. 92), os jesuítas, além de catequizar crianças, promoviam obras de caridade e tinham a missão de educar em Portugal e suas colônias.

Em 1549, seis membros da Companhia chegaram ao Brasil com Tomé de Souza, o primeiro governador-geral. Iniciaram a educação formal com foco na evangelização e "humanização" dos indígenas segundo padrões europeus. A primeira escola foi aberta pelo padre Manoel da Nóbrega em Salvador, oferecendo noções de leitura, escrita e doutrina cristã, mas com ensino científico limitado devido às proibições da colônia (Buss, 2017, p. 91-93).

> [...] a Metrópole continuou sufocando qualquer manifestação de cultura viva, qualquer penetração do espírito crítico e qualquer difusão do estudo das ciências na Colônia, que permanecia alheia, bem como aquela, à revolução científica que se processava no Velho Mundo. Como ponderava Rui Barbosa: “a instrução científica não existia no Brasil, em Portugal e em toda a Península” (Almeida Júnior, 1979, p. 47-48).

Buss (2017, p. 93), também descreve que durante a invasão holandesa, em 1637, João Maurício de Nassau impulsionou avanços científicos ao trazer estudiosos como Willem Piso e Georg Marcgraf, que contribuíram para o *História Naturalis Brasiliae*, a primeira obra científica sobre a fauna e flora do Brasil. Contudo, o fim da ocupação holandesa extinguiu essas iniciativas, mantendo o Brasil distante da ciência moderna.

No século XVIII, Bartolomeu de Gusmão destacou-se com invenções como a Passarola[1], mas a falta de apoio impediu o progresso científico. A reforma educacional promovida pelo Marquês de Pombal, após a expulsão dos jesuítas em 1759, buscou modernizar o ensino em Portugal e colônias. Ele criou o Colégio dos Nobres e implementou um gabinete de Física Experimental, mas a educação no Brasil

[1] “Bartolomeu de Gusmão constrói o primeiro aeróstato, uma espécie de balão de ar quente que mais tarde foi batizado de Passarola, no ano de 1709” (Buss, 2017, p. 94).

permaneceu precária. Pombal também incentivou jovens brasileiros a estudar em Coimbra, como José Bonifácio, que se tornou uma referência em ciências naturais (Rosa; Rosa, 2012).

Até o final do século XIX, a educação brasileira permaneceu elitista, voltada para a formação de quadros técnicos e administrativos do Estado colonial e para o preparo de jovens ao sacerdócio católico. Ribeiro (2021, p. 26) corrobora ao afirmar que o sistema era mantido pelas ordens religiosas e focava basicamente no ensino. De acordo com Brasil (2018), “a extensão universitária ocorria por meio de conferências e semanas abertas ao público, com diversos temas a serem trabalhados, porém não relacionados às problemáticas sociais e políticas da época”.

Nos primeiros anos do período republicano, pouco mudou: as escolas religiosas continuaram formando a elite, enquanto a instrução pública era praticamente inexistente. A criação do Curso Jurídico-Científico do Largo de São Francisco em 1827, posteriormente transformado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1934, foi uma exceção, sem, contudo, representar mudanças significativas até meados do século XIX (Tauchen, 2009, p. 45-65).

Foi apenas com a consolidação do ensino superior que, para além do ensino, a pesquisa começou a ganhar maior relevância, ainda que de forma tímida e restrita a algumas áreas do conhecimento. Picinin *et al.* (2012, p. 10) descrevem que, de “1900 a 1930, o sistema de pós-graduação foi construído por escolas de caráter formativo de profissionais liberais e dissociado da atividade de pesquisa”.

Segundo Pedrosa (2015), na segunda metade da década de 1920, a indústria cafeeira brasileira entrou em declínio devido à queda dos preços, à concorrência internacional e aos impactos financeiros da crise de 1929. Esses desafios agravaram um sistema já pressionado, resultando na quebra do sistema democrático.

O golpe de 1930 trouxe mudanças importantes ao ensino superior, que passou a ter uma função mais social, com foco na ciência e na pesquisa. A Reforma Francisco Campos, promovida durante o governo Vargas em 1931, estabeleceu as bases jurídicas do modelo universitário atual, gerando debates sobre educação pública (Ribeiro, 2021, p. 28). Por meio do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, Getúlio Vargas sancionou o Estatuto das Universidades Brasileiras, com as primeiras referências legais à extensão universitária (Brasil, 2018).

De acordo com Ribeiro (2021, p. 30), a nomeação de Anísio Teixeira[2] como Diretor-Geral da Educação em Salvador marcou um ponto de inflexão, com reformas que priorizaram línguas e humanidades, enfrentando resistências, mas também alcançando avanços.

Com a mudança de governo, novas legislações foram implementadas para estruturar as futuras universidades, definindo normas que guiariam o desenvolvimento do ensino superior no Brasil pelas próximas três décadas. Surge então a Universidade de São Paulo, fundada em 1934, a primeira instituição de ensino superior no Brasil a ter uma missão explicitamente direcionada para a pesquisa (Pedrosa, 2015).

Um aspecto relevante a ser destacado entre 1940 e 1960, conforme Cavalcante (2000), é a vinda de pesquisadores e professores estrangeiros para integrar a Universidade de São Paulo. Nesse período, a pesquisa começou a ser institucionalizada nas universidades, enquanto a extensão ainda permanecia em estágio embrionário.

Durante as décadas de 1940 a 1970, a pesquisa científica no Brasil passou por um período de consolidação e expansão, impulsionado pelo processo de industrialização e pela criação de agências de fomento à pesquisa, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse período, surgiram os primeiros institutos de pesquisa e laboratórios científicos, bem como os primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* (Picinin *et al*., 2012, p. 10).

A promulgação da Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fundamentada nos ideais da Reforma de Anísio Teixeira e no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscou garantir o direito à educação de qualidade. A legislação estabeleceu responsabilidades compartilhadas entre o setor público e o privado, com financiamento federal (Prado; Henrique, 2022, p. 1054-1055). Além disso, incentivou a criação de institutos de pesquisa e fomentou a integração entre ensino e pesquisa. Em 1966, o Conselho Federal de Educação elaborou um relatório

[2] Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900, em Caetité, sertão baiano. Faleceu em 11 de março de 1971, na cidade do Rio de Janeiro, onde se graduou em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Tornou-se educador, gestor educacional, escritor e intelectual, cuja produção inclui livros, textos avulsos, discursos, depoimentos e opiniões. Defendeu a educação como um direito de todos e uma ação de qualidade para todos; mudou os fundamentos do sistema educacional ao assumir que os alunos são centrais no processo educacional e que a sociedade tem alguma responsabilidade pelo sucesso ou falha do processo educacional; e os professores precisam ser valorizados e treinados (Souza, 2018, p. 417-428).

que resultou na Lei das Universidades de 1968, inspirada pelos movimentos intelectuais e estudantis das décadas anteriores (Tauchen, 2009, p. 61-62).

> [...] a reforma de 1968, a despeito de ocorrer em clima de deterioração dos direitos civis, inspirou-se em muitas das ideias do movimento estudantil e da intelectualidade das décadas anteriores: 1– instituiu o departamento como unidade mínima de ensino, 2 – criou os institutos básicos, 3 – organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante, 4 – alterou o exame vestibular, 5 – aboliu a cátedra, 6 – tornou as decisões mais democráticas, 7 – institucionalizou a pesquisa, 8 – centralizou decisões em órgão federais. A partir de 1970, a política governamental para a área foi estimular a pós-graduação e a capacitação docente (PICD) (Martins, 2002, p. 5).

Essa reforma trouxe várias mudanças: instituiu departamentos como unidades de ensino, criou institutos básicos, organizou o currículo em ciclos básico e profissionalizante, alterou o exame vestibular, aboliu a cátedra, democratizou as decisões e institucionalizou a pesquisa (Martins, 2002, p. 5). Com a promulgação da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, o Art. 2º estabeleceu a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, enquanto o Art. 20 tornou obrigatória a presença da extensão universitária nas IES, ao instituir que "as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes" (Brasil, 1968).

No entanto, conforme observado por Ribeiro e Cunha (2022, p. 154-155), apesar da obrigatoriedade da oferta de extensão universitária nas IES, não havia uma correlação efetiva com o ensino e a pesquisa, e a prática muitas vezes se concentrava no assistencialismo. Nesse contexto, mesmo com o período marcado por tensões políticas e repressão por parte do governo militar, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaborou o Plano de Trabalho para Extensão Universitária em 1975, o qual teve importância no processo de institucionalização da extensão.

> Somente em 1975 o MEC e o CRUB (Conselho de Reitores de Universidades Brasileiras) definiram a extensão baseados em três características básicas: ofertas de serviços à população, fornecimento de material de trabalho à universidade e a integração dessas duas ênfases (Fehlberg; Silva; Valle, 2014, p. 2).

Medeiros (2017, p. 11) destaca que, na história da expansão universitária no Brasil, o Plano de Trabalho desempenhou um papel relevante. Esse plano permitiu ao MEC fornecer orientações para a implementação dos projetos de expansão, mesmo em um contexto de repressão institucional, desenvolvendo uma linha de ação política que abriu espaço para novos atores sociais, incluindo a própria universidade.

Outro marco primordial desse período foi a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas no Brasil (FORPROEX). As discussões sobre o trabalho universitário e sua relação com a comunidade embasaram o documento fundador do Fórum. Essas discussões contribuíram para a compreensão da extensão universitária como uma das atividades inerentes à função social das IES, pois, através dela, busca-se inserir a universidade na sociedade, promovendo o diálogo entre a academia e a comunidade (Brasil, 2018).

Conforme Ribeiro (2021, p. 31) e Sampaio (1991, p. 18), na década de 1980, o ensino superior enfrentou desafios como o aumento de matrículas e problemas relacionados ao recrutamento, marcado por clientelismo e diferenças salariais não baseadas em competência. Paralelamente, a pesquisa enfrentava dificuldades de financiamento e infraestrutura, mas de acordo com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2024) “com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia, o CNPq passou a ser vinculado ao órgão que se tornou o centro do planejamento estratégico da ciência no Brasil”, fato que significou um fortalecimento da coordenação e da integração das políticas públicas voltadas para a pesquisa científica e tecnológica, permitindo um direcionamento mais eficaz e coordenado dos recursos e esforços em ciência e tecnologia no país.

Nos anos 90, as reformas universitárias incluíram a privatização e a criação de programas de financiamento estudantil, culminando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) (Dourado, 2002, p. 241). A pesquisa foi intensificada, com maior estímulo à pós-graduação e à capacitação docente, pois como descrito em CNPq (2024), “em 1995 foi instituída a nova missão do CNPq: promover o desenvolvimento científico e tecnológico e executar pesquisas necessárias ao progresso social, econômico e cultural do País”.

A extensão também ganhou relevância, especialmente com o fortalecimento de políticas públicas que incentivaram sua implementação em larga escala nas universidades. A Lei nº 9.394/1996, em seu Art. 43, preconizou que as IES devem "promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição".

No início dos anos 2000, programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) democratizaram o acesso ao ensino superior, oferecendo bolsas de estudo em instituições privadas (Souza; Menezes, 2014, p. 615). Políticas de ação

afirmativa, como as cotas raciais e sociais, também ganharam espaço. Durante os anos 2010, destacaram-se a Lei de Cotas (2012) e a regulamentação da educação superior pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que avalia instituições, cursos e desempenho de estudantes (Ribeiro, 2021, p. 47-54).

Apesar dos avanços alcançados, a pesquisa científica no Brasil ainda enfrenta desafios como a baixa taxa de investimento em pesquisa e desenvolvimento, a infraestrutura científica precária, a burocracia institucional e a “fuga de cérebros”. Pedrosa (2015) aponta que, no melhor cenário, “a colaboração científica internacional certamente se tornará cada vez mais comum do que já é hoje”.

Não é diferente ao retratar a extensão, conforme o relator do Parecer CNE/CES nº 608/2018, apesar do avanço e do alcance legal das ações de extensão nas recentes legislações nacionais da educação, os sistemas de ensino não acompanharam esse progresso. Ele menciona que,

> [...] o avanço e o alcance legal da extensão nas recentes leis nacionais da educação, paradoxalmente, não fizeram com que os sistemas de ensino, por si próprios, progredissem no mesmo ritmo frente à responsabilidade de regular tais leis e de oferecer aparato regimental explícito sobre a matéria da extensão.

Esse Parecer também trata da necessidade de aprimoramento das instituições de ensino no que se refere ao registro adequado das atividades de extensão, em conformidade com a legislação vigente, particularmente no que diz respeito à “curricularização” da extensão. O Quadro 1 traz algumas ponderações descritas no Parecer CNE/CES nº 608/2018.

Quadro 1 - Parecer CNE/CES nº 608/2018: regulação quanto às atividades de extensão

Elementos Essenciais	**Descrição**
Inclusão no PDI	As instituições devem incluir nos seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) a concepção e estratégias de financiamento das atividades de extensão, que serão refletidas nos projetos pedagógicos dos cursos superiores.
Detalhamento dos Projetos Pedagógicos	Os projetos pedagógicos devem detalhar o planejamento e a descrição das atividades de extensão, esclarecendo as modalidades de atividades que serão desenvolvidas.
Definição de estratégias de creditação	As políticas institucionais de extensão precisam definir claramente as estratégias de creditação curricular e a participação dos estudantes nas atividades de extensão.
Implementação de processos autoavaliativos	Implementação de processos autoavaliativos com estratégias e indicadores específicos para avaliar as atividades de extensão.
Adequação ao novo ordenamento legal	Projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação devem se adequar ao novo ordenamento legal, conferindo às atividades de extensão a devida importância e garantindo a participação dos estudantes de maneira que permita a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente.

Proposição e registro sistemático das atividades	As atividades de extensão devem ser propostas, desenvolvidas, concluídas, registradas e analisadas sistematicamente, assegurando a organização dos planos de trabalho, metodologias, instrumentos e conhecimentos gerados.
Sistematização e avaliação das atividades	A sistematização, acompanhamento, fomento e avaliação das atividades de extensão devem ser realizados por instâncias administrativas institucionais estabelecidas conforme regimentos próprios, garantindo o devido registro na documentação estudantil como forma de reconhecimento de sua dimensão formativa.
Parcerias entre Instituições de Ensino Superior	A expansão e melhoria das atividades de extensão podem ser alcançadas através de parcerias entre instituições de ensino superior, promovendo a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes, e valorizando a participação do corpo técnico-administrativo nas atividades de extensão.

Fonte: (Brasil, 2018).

A integração das ações apresentadas no Quadro 1 evidencia a importância de uma abordagem holística na regulação das atividades de extensão, reforçando a necessidade de garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal princípio deve estar refletido nos projetos pedagógicos dos cursos superiores para assegurar que o conhecimento gerado e disseminado pelas IES seja não apenas teórico, mas também aplicado e relevante para a sociedade.

Além disso, houve maior integração entre as três dimensões, com a exigência de que a extensão representasse pelo menos 10% da carga horária dos cursos de graduação, conforme a Resolução nº 7 de 2018 (Brasil, 2018).

A análise histórica das três dimensões da educação superior no Brasil – ensino, pesquisa e extensão – revela um processo marcado por avanços graduais, tensões e descompassos, evidenciando a influência dos contextos políticos, sociais e econômicos em sua consolidação. Desde as primeiras iniciativas educativas dos jesuítas, voltadas à catequese e ao assistencialismo (Buss, 2017; Tauchen, 2009), até a modernização promovida pelas reformas pombalinas e, posteriormente, pelas reformas republicanas e varguistas (Ribeiro, 2021; Pedrosa, 2015), observa-se que a indissociabilidade entre essas dimensões sempre foi um desafio a ser alcançado.

A pesquisa, embora institucionalizada tardiamente, fortaleceu-se com a criação de órgãos de fomento e programas de pós-graduação, enquanto a extensão permaneceu, por longo período, em caráter secundário, com práticas predominantemente assistencialistas (Fehlberg; Silva; Valle, 2014; Ribeiro; Cunha, 2022). Somente nas últimas décadas, especialmente com a LDB/1996 e a Resolução nº 7/2018, a extensão passou a ser regulamentada de forma mais efetiva, com exigência mínima de 10% da carga horária nos cursos de graduação (Brasil, 2018), visando à sua integração com o ensino e a pesquisa.

Contudo, como destaca o Parecer CNE/CES nº 608/2018, esse avanço legal

não eliminou os entraves institucionais e operacionais, reforçando a necessidade de uma abordagem holística que assegure a função social da universidade e a produção de conhecimento socialmente relevante. Assim, a trajetória da educação superior brasileira demonstra que, embora haja avanços, o ideal de uma prática acadêmica verdadeiramente integrada e transformadora ainda é um horizonte em construção.

2.2 A indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão na Universidade

As IES enfrentam o desafio de integrar ensino e pesquisa na construção teórico-acadêmica e aplicar esse conhecimento para melhorar a qualidade de vida da sociedade através de trabalhos extensionistas. Essas instituições, originalmente criadas para atender às necessidades da coroa e que posteriormente assumiram padrões elitizados e repressivos, buscam, ao longo de sua história, características de pluralização social, respeito às diferenças regionais e assistência especializada (Ribeiro, 2021).

Inspirando-se em países desenvolvidos, como afirma Fleck (2011), essas instituições procuram oferecer suporte às regiões onde estão inseridas, proporcionando estrutura, objetivo e inserção comunitária distinta. Para tal, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio fundamental que orienta a atuação das universidades, reconhecendo a interdependência e complementaridade dessas dimensões no contexto acadêmico e social.

> O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo (Tauchen, 2009, p. 93).

A base conceitual da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão fundamenta-se na compreensão de que essas três dimensões da atividade acadêmica são interdependentes e complementares, devendo ser articuladas de forma integrada no ambiente universitário. Miguel (2023), em seu artigo, reconhece que o processo de formação acadêmica não se restringe apenas à transmissão de conhecimentos em sala de aula, mas também engloba a produção e disseminação do saber por meio da pesquisa científica e da interação da universidade com a sociedade através da extensão.

No centro dessa base conceitual está a ideia de que o ensino não pode ser

dissociado da pesquisa, pois é por meio da investigação científica que se ampliam as fronteiras do conhecimento e se atualiza o conteúdo transmitido aos estudantes. Da mesma forma, a extensão universitária, ao promover a interação entre a academia e a comunidade, enriquece o processo de ensino-aprendizagem ao contextualizar os conteúdos curriculares e estimular a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos (Miguel, 2023).

Essa indissociabilidade também se reflete na formação do corpo docente, que não apenas ensina, mas também pesquisa e atua como agente de transformação social por meio de projetos de extensão. Assim, a universidade se configura como um espaço dinâmico e interdisciplinar, onde o conhecimento é produzido, compartilhado e aplicado em benefício da sociedade. Como destaca Charlot (2000, p. 78), o educador é a “relação de um sujeito com o mundo, com ele mesmo e com os outros. É relação com o mundo como conjunto de significados, mas, também, como espaço e atividades, e se inscreve no tempo”.

Além disso, uma base conceitual de indissociabilidade propõe uma abordagem holística da educação, que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos disciplinares e visa formar cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento humano e social. Nesse contexto, a pesquisa e a extensão tornam-se ferramentas essenciais para a construção de uma educação integral, que valorize tanto o conhecimento teórico quanto as habilidades práticas e o engajamento cívico. Ademais, ressalta-se conforme a estabelecido na Resolução nº 7/2018 (Art. 5, II), a relevância da extensão na formação cidadã dos estudantes, “marcada e apresentada pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular”. Não se limita a ser uma atividade complementar, mas integra-se ao próprio currículo, contribuindo para a “formação como cidadão”.

Chauí (2001, p. 187) descreve a universidade como uma “instituição que tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa.” Essa definição fundamenta o trabalho compreendido pela tríade ensino-pesquisa-extensão, pois os conhecimentos adquiridos e as hipóteses comprovadas precisam ser inseridos na sociedade, buscando desenvolvimento, melhorias na qualidade de vida das pessoas e formação crítica.

No entanto, essa integração nem sempre é realizada de forma conjunta. Frequentemente, o ensino e a pesquisa são priorizados no ambiente formativo,

enquanto as atividades extensionistas ficam mais ligadas às áreas culturais ou assistencialistas. Lima (2009, p. 19) argumenta que “a extensão pode ser um meio de ligar universidade e sociedade e, através dela, a sociedade ser ouvida e o ensino e a pesquisa poderem tanto atender aos anseios da sociedade quanto serem reelaborados.” Diante desse cenário, é preciso analisar como a legislação e as normativas buscam promover a curricularização da extensão nas IES, criando diretrizes para integrar essas dimensões de maneira mais orgânica e equitativa.

Os autores convergem na visão da universidade como espaço de democratização do conhecimento e transformação social, fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ribeiro (2021) destaca a evolução histórica das IES, enquanto Fleck (2011) aponta a necessidade de integração com a comunidade. Tauchen (2009) e Miguel (2023) reforçam a indissociabilidade como paradigma epistemológico, e Charlot (2000) e Chauí (2001) ressaltam sua dimensão social e crítica. Lima (2009) evidencia a dificuldade de efetivar essa integração, com a extensão ainda em posição secundária, o que justifica as políticas de curricularização previstas na Resolução nº 7/2018. Apesar do consenso teórico, a implementação plena continua sendo um desafio que exige mudanças institucionais e culturais.

3 LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Neste capítulo, apresentam-se as leis e normativas que norteiam a curricularização da extensão no ensino superior brasileiro, com foco na Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018. Essa resolução estabelece diretrizes para integrar as atividades de extensão aos currículos de graduação, visando promover uma formação acadêmica mais integrada e engajada socialmente.

Analisa-se o contexto histórico e os objetivos principais dessa normativa, bem como suas implicações para as instituições de ensino superior no Brasil. Além disso, apresentam-se os benefícios para a formação do graduando e para a sociedade proporcionados pela implementação dessas diretrizes, oferecendo uma visão crítica sobre sua aplicação prática.

3.1 Constituição Federal do Brasil (CFB) de 1988

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (CFB) é um marco legal relevante para a educação superior no Brasil. No contexto da extensão universitária, o artigo 207 desempenha um papel-chave ao assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades brasileiras. Esse artigo reforça a importância da extensão como componente obrigatório da missão das IES, ao lado das atividades de ensino e pesquisa.

O artigo 207 estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, art. 207). Essa autonomia permite que as universidades desenvolvam programas e projetos de extensão que atendam às necessidades das comunidades em que estão inseridas, promovendo uma interação direta entre o conhecimento acadêmico e a realidade social.

A extensão universitária, conforme definida pela CFB, supera a transferência de conhecimento, buscando uma interação dialógica entre a universidade e a sociedade. Nesse contexto, o conhecimento é construído de forma colaborativa, com respeito e valoração pelos saberes populares e pelas demandas sociais. Esse processo enriquece a formação acadêmica dos estudantes, permitindo-lhes uma melhor compreensão das complexidades e desafios da sociedade, ao mesmo tempo

em que contribuem para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades (Miguel, 2023, p. 8)

O autor também destaca que, além de promover o desenvolvimento social, a extensão universitária, fundamentada no artigo 207, também protagoniza a democratização do acesso ao conhecimento. Ela facilita a inclusão social e educacional de populações historicamente marginalizadas, oferecendo-lhes oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Através de projetos de extensão, as universidades podem atuar em áreas como saúde, educação, cultura, meio ambiente e direitos humanos, proporcionando benefícios diretos às comunidades e fomentando a cidadania ativa.

Outros artigos da CFB também destacam a importância da extensão universitária. O artigo 23, inciso V, estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (Brasil, 1988, art. 23). Reforça a necessidade de promover atividades extensionistas que possibilitem o acesso ao conhecimento e à cultura, beneficiando a sociedade como um todo.

O artigo 218 igualmente possui importância, afirmando que “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação” (Brasil, 1988, art. 218). Ao incentivar a pesquisa e a inovação, a Constituição cria um ambiente propício para a extensão universitária, que se beneficia das descobertas científicas e tecnológicas para desenvolver projetos que impactam positivamente a comunidade.

A autonomia garantida pela CFB permite que as universidades inovem e experimentem novas formas de integração entre ensino, pesquisa e extensão, como afirma Steigleder, Zucchetti e Martins (2019). Essa liberdade é importante para que as instituições possam adaptar suas atividades extensionistas às realidades locais e regionais, respondendo de maneira mais eficaz às demandas sociais. Além disso, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão assegura que as atividades acadêmicas não sejam desenvolvidas de forma isolada, mas sim em uma perspectiva holística e integradora.

3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996

No contexto da extensão universitária, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) desempenha um papel articulador ao estabelecer diretrizes que promovem a integração entre ensino, pesquisa e extensão como componentes indissociáveis da educação superior. A extensão universitária, conforme definida pela LDB em seu artigo 43, é compreendida como uma das ações das IES.

De acordo com a LDB, as IES devem promover a extensão universitária como um meio de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Essa situação é evidenciada no artigo 43, que define como uma das finalidades da educação superior "promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição".

Essa abordagem não se limita à prestação de serviços à comunidade, mas também envolve a inserção dos estudantes em atividades de extensão que complementem sua formação acadêmica, proporcionando-lhes experiências práticas e oportunidades de aprendizado contextualizado. De acordo com Pimenta e Anastasiou (2005, p. 162), na interação entre a universidade e a sociedade, a instituição desempenha uma função dual de oposição e cooperação, mantendo e alterando ao mesmo tempo.

> Ou seja, na produção do conhecimento por meio da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos, de seus resultados na construção da sociedade humana e das novas demandas e desafios que ela apresenta. Estes, por sua vez, são produzidos e identificados também nas análises que se realizam no próprio processo de ensinar e na experimentação e análise dos projetos de extensão, mediante as relações estabelecidas entre os sujeitos e os objetos de conhecimentos.

Além disso, a LDB enfatiza a importância da extensão universitária como instrumento de democratização do acesso ao conhecimento, especialmente para populações historicamente excluídas dos benefícios da educação superior. Ao estimular a atuação das universidades em parceria com comunidades e instituições locais, a extensão contribui para a promoção da inclusão social e o fortalecimento da cidadania (Arienti, 2023).

3.3 Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de dez anos, visa articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração, estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e estratégias para garantir a

continuidade e o crescimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades. O PNE abrange todos os níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, com o objetivo de promover uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa.

No contexto do ensino superior, o PNE destaca a importância da extensão universitária como um componente necessário à formação integral dos estudantes e ao cumprimento da função social das universidades. De acordo com Santos (2004, p. 53-54),

> A reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Uma das metas específicas do PNE relacionadas à extensão universitária é a Meta 12, que visa elevar a taxa de matrículas na educação superior. Além disso, a Meta 12.7 determina que as instituições de educação superior devem assegurar, "no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (Brasil, 2014, p. 74).

Miguel (2023) nos traz que, essa exigência tem como objetivo garantir que todos os estudantes de graduação participem de atividades extensionistas durante sua formação, promovendo uma educação mais prática e contextualizada. Ao incluir a extensão universitária nos currículos, o PNE busca fomentar uma formação acadêmica mais conectada com as realidades e necessidades sociais, econômicas e culturais do país.

De acordo com a Resolução nº 7/2018, é preciso que as atividades de extensão sejam realizadas em diálogo constante com a comunidade externa. Esse processo de interação contínua garante que os projetos extensionistas atendam de fato às necessidades das comunidades, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A participação ativa dos estudantes em projetos de extensão também promove a cidadania e o compromisso social, formando profissionais mais conscientes e engajados com as questões sociais (Brasil, 2018).

A integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovida pelo PNE, fortalece a capacidade das universidades de desenvolver soluções inovadoras para os problemas enfrentados pela sociedade. Esse enfoque interdisciplinar e colaborativo

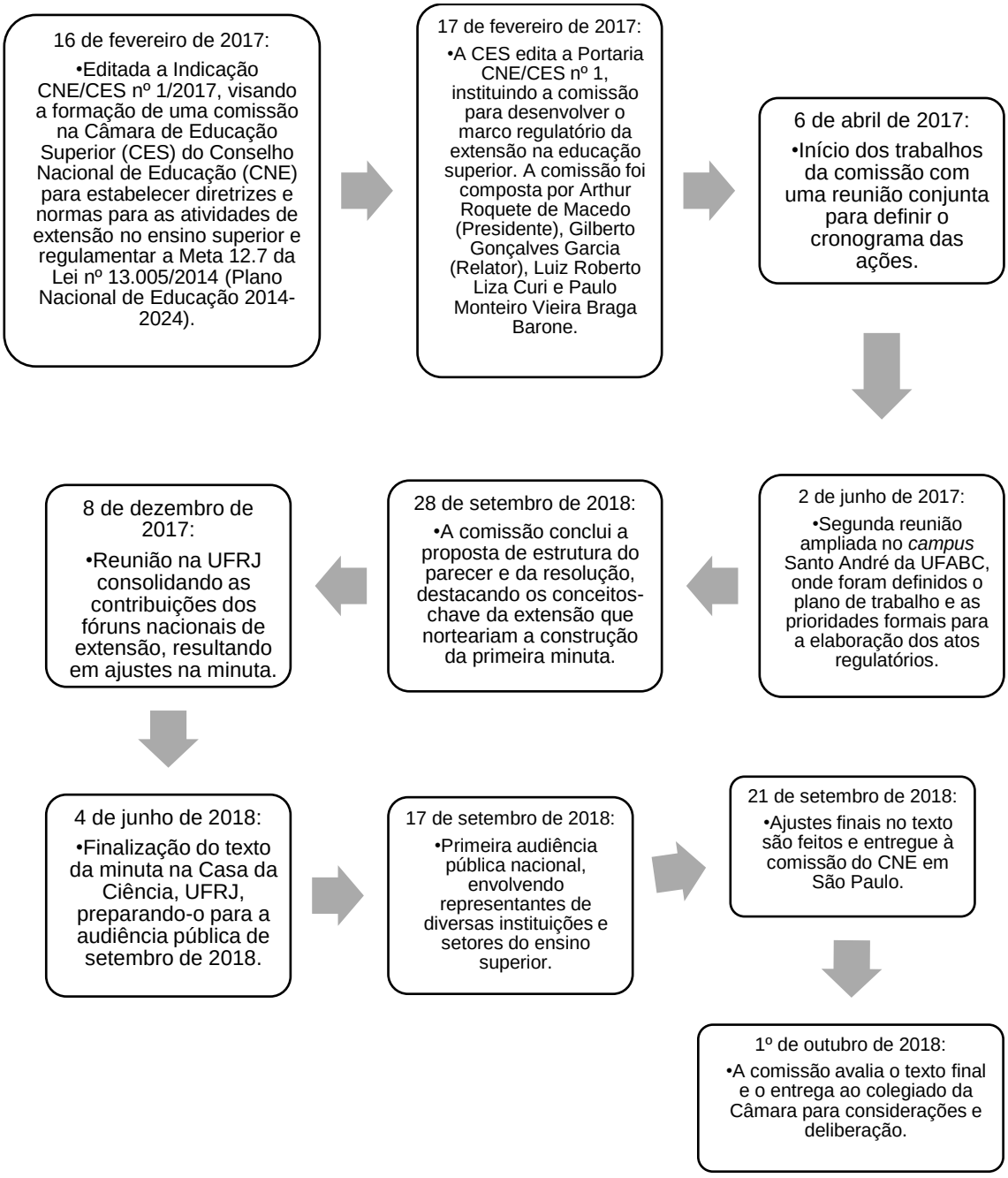
auxilia no enfrentamento dos desafios complexos e na promoção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

3.4 Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira - Parecer CNE/CES nº 608/2018

Para contextualizar o desenvolvimento das diretrizes e normas para as atividades de extensão no ensino superior brasileiro, é relevante apresentar uma linha do tempo que destaque os principais marcos e eventos desse processo. A jornada começou em fevereiro de 2017, quando a Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) formou uma comissão destinada a estabelecer um marco regulatório.

Desde as reuniões iniciais até a consolidação das propostas e audiências públicas, cada etapa contribuiu para a construção de um escopo robusto que alinha as políticas de extensão com a Meta 12.7 do PNE (2014-2024). A seguir, na Figura 1, são apresentados os eventos-chave que marcaram este processo.

Figura 1 - Principais marcos e eventos para a construção das diretrizes para as políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira



Fonte: Parecer CNE/CES nº 608/2018 (Brasil, 2018)

O Parecer CNE/CES nº 608/2018 enfatiza a importância da avaliação contínua das atividades de extensão, tanto interna quanto externamente, para assegurar a qualidade e a relevância acadêmica e social dessas ações. As atividades de extensão devem estar alinhadas aos planos de desenvolvimento institucional e aos projetos pedagógicos dos cursos, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão em um processo único e interdisciplinar.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão posiciona a extensão universitária como parte integrante do processo acadêmico. A extensão ganha maior efetividade quando vinculada ao ensino e à pesquisa, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas de sua formação técnica e cidadã. Esse conceito redefine a "sala de aula", expandindo-a para além do espaço físico tradicional e promovendo uma relação mais inclusiva entre estudantes, professores, comunidade e outros agentes sociais (Brasil, 2018).

No capítulo destinado aos "Fundamentos Teóricos do Marco Regulatório Legal Nacional da Extensão", no Parecer CNE/CES nº 608/2018, a relação entre extensão e pesquisa é destacada pela incorporação de metodologias participativas e de investigação/ação, que envolvem a participação dos atores sociais e o diálogo. A extensão também é vista como uma forma de produção de conhecimento, integrando-se aos programas de pós-graduação e resultando em teses, dissertações, livros, artigos e outras formas de produção acadêmica.

Também há menção na parte destinada à formação do estudante, que a extensão contribui ao ampliar o universo de referência e possibilitar o contato direto com questões contemporâneas. As atividades extensionistas devem ser integradas aos currículos de graduação, conforme regulamentado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a participação mínima de 10% da carga horária em programas e projetos de extensão. Para isso, é necessário que as atividades extensionistas possuam um projeto pedagógico claro, incluindo um professor orientador, objetivos definidos e uma metodologia de avaliação (Brasil, 2018).

O princípio da transformação social reforça a extensão como meio de inter-relação entre instituições de ensino superior e a sociedade, visando a atuação transformadora que atenda aos interesses e necessidades da população. As atividades extensionistas devem ser ecléticas e efetivas, contribuindo para a solução de problemas sociais, monitorando e avaliando seu impacto.

O parecer também menciona a evolução do marco regulatório, destacando leis e diretrizes que fortalecem a extensão, como a Lei nº 9.394/1996, que ampliou o alcance da extensão a todas as modalidades de organizações acadêmicas, e a Lei nº 13.005/2014, que assegurou a inclusão da extensão nos currículos de graduação. No entanto, aponta a necessidade de um marco regulatório mais claro e unificado para garantir a implementação eficaz dessas atividades.

Finalizando, são apresentadas as considerações do relator (Brasil, 2018), que ressaltam as diretrizes para a extensão na educação superior como uma forma de regular as atividades acadêmicas de extensão, integrando-as aos componentes curriculares e à formação dos estudantes. As diretrizes enfatizam a importância da interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, promovendo a formação cidadã dos estudantes e incentivando a produção de mudanças sociais através da construção e aplicação de conhecimentos.

3.5 Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 - Resolução nº 7/2018

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, regulamentando a Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, referente ao PNE. Essa resolução define os princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.

De acordo com seu Art. 2º, a regulamentação contempla as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, integrando-as como componentes curriculares conforme os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) e os Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais. As diretrizes também são aplicáveis aos cursos de pós-graduação, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições (Brasil, 2018).

A extensão universitária é definida como uma atividade interdisciplinar, político-educacional, cultural, científica e tecnológica, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Estabelece-se que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação (Brasil, 2018).

Conforme a Resolução nº 7/2018, as atividades de extensão englobam programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços, devendo envolver diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior. Nos

cursos superiores na modalidade a distância, essas atividades devem ser realizadas presencialmente em regiões compatíveis com os polos de apoio presencial.

A extensão deve estar sujeita a uma contínua autoavaliação crítica, que aborde a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a sociedade e a participação dos parceiros. A avaliação externa, realizada pelo Instituto Anísio Teixeira (INEP), deve considerar a previsão e o cumprimento de, no mínimo, 10% da carga horária curricular para as atividades de extensão, a articulação entre as atividades de extensão e ensino/pesquisa, e os docentes responsáveis pela orientação dessas atividades.

As instituições de ensino superior devem estabelecer a forma de participação, registro e valorização do corpo técnico-administrativo nas atividades de extensão, promovendo uma formação acadêmica mais completa e alinhada com as demandas da sociedade.

Os princípios estruturantes das diretrizes incluem a interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade, a formação cidadã dos estudantes, a produção de mudanças nas instituições e na sociedade, e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Esses princípios promovem a formação integral dos estudantes, o diálogo transformador com a sociedade, o compromisso social das instituições de ensino superior e a reflexão ética sobre o ensino e a pesquisa (Arienti, 2023).

3.5.1 Os princípios estruturantes conforme Resolução nº 7/2018

A Resolução nº 7/2018 estabelece os princípios estruturantes que fundamentam as Diretrizes da Extensão na Educação Superior. Esses princípios visam integrar a extensão ao ensino e à pesquisa, promovendo uma formação cidadã e crítica dos estudantes, além de gerar impactos positivos na sociedade. A seguir, são apresentados os artigos 5º e 6º da Resolução, que detalham esses princípios:

- Art. 5º: Estruturação da concepção e prática das diretrizes da extensão

Em se tratando da interação dialógica com a sociedade, Miguel (2023) destaca que a crescente integração entre a universidade e a sociedade, embora já discutida no contexto da função histórica da instituição, ganhou maior relevância com os Planos Nacionais de Educação mais recentes, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) com

validade de dez anos. Essa legislação fortaleceu o papel social e político da universidade na construção e disseminação do conhecimento científico.

Além disso, o autor menciona que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (DS), assinada por 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu uma política global voltada para o aprimoramento do desenvolvimento mundial. Essas diretrizes, reiteradas no PNE 2014-2024, reforçam a importância de superar as desigualdades educacionais e de promover a cidadania, tratando a educação como um meio de combater discriminações.

Nesse contexto, o PNE de 2014, ao mesmo tempo em que defende o aumento do acesso ao ensino superior, também estabelece a obrigatoriedade de que 10% dos créditos curriculares sejam destinados a atividades de extensão universitária, priorizando áreas de relevância social e desenvolvimento sustentável. No entanto, a implementação dessa exigência nas universidades brasileiras encontra-se em estágios variados de consolidação (Miguel, 2023).

A interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade envolve a troca de conhecimentos e a participação ativa em questões contemporâneas complexas presentes no contexto social. Dessa forma, a extensão torna-se um espaço de diálogo e aprendizado mútuo, onde academia e sociedade colaboram para solucionar problemas e promover o desenvolvimento social.

A extensão, ao destacar a formação cidadã dos estudantes, contribui para a formação cidadã dos estudantes ao integrá-los em vivências práticas e interdisciplinares, que são valorizadas e incorporadas à matriz curricular. O objetivo é prepará-los para atuar como cidadãos críticos e responsáveis, capazes de aplicar seus conhecimentos em contextos reais e diversos.

Almeida e Barbosa (2019) destacam que a utilização de metodologias ativas, que promovem a reflexão sobre as experiências vivenciadas e a prática da facilitação, permite aos estudantes desenvolver valores humanos, como empatia e sensibilidade social, desde o início de sua formação. Essas metodologias não apenas fortalecem a dimensão afetiva e a indissociabilidade entre razão e emoção, mas também incentivam o compromisso com o bem-estar da comunidade, preparando os futuros profissionais para atuar de forma crítica e responsável em diferentes contextos.

Miguel (2023, p. 5) apresenta, refletindo sobre a produção de mudanças na instituição e na sociedade, a efetiva aplicação da curricularização da extensão. Ele

enfatiza que, apesar de os termos creditação e curricularização serem frequentemente considerados sinônimos, é preciso fazer uma distinção entre eles:

> [...] o primeiro se refere ao ato de destinar à carga horária dos cursos de graduação um percentual referente às ações e atividades de extensão, enquanto o segundo sugere trazer em seu bojo, além de consequências para a organização técnico-burocrática dos programas de ensino superior, implicações profundas relativas ao conceito de universidade, à transformação de paradigmas de organização curricular e à própria forma de construção e, principalmente, de socialização ou disseminação do conhecimento científico.

A construção e aplicação de conhecimentos na extensão geram transformações pontuais tanto na instituição de ensino superior quanto nos diversos setores da sociedade. Através das atividades acadêmicas, integradas ao ensino e à pesquisa, a extensão assume o papel de agente transformador, proporcionando um impacto positivo e duradouro na realidade social. Esse ponto é reforçado por Thiollent (2002), que adota a perspectiva da construção social do conhecimento, destacando que a articulação entre pesquisa e extensão universitária pode servir de maneira mais eficaz aos objetivos de transformação social.

A articulação entre ensino, extensão e pesquisa deve ser sustentada por um processo pedagógico único e interdisciplinar. Esse processo deve contemplar aspectos políticos, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos, promovendo uma integração efetiva das três funções acadêmicas e potencializando os resultados de cada uma delas.

Milhomem (2023), em seu artigo, reforça a ideia de que a extensão universitária é fundamental para a formação acadêmica, servindo como um pilar quando integrada ao ensino e à pesquisa. A extensão atua como um elo que conecta a universidade à sociedade e, por meio dessa interação dinâmica, promove uma transformação benéfica para ambos os lados.

Art. 6º: Estruturação da concepção e prática das diretrizes da Extensão

A extensão deve contribuir para a formação integral do estudante, estimulando seu desenvolvimento como cidadão crítico e responsável. Esse princípio reforça a importância da extensão na construção de uma formação que ultrapassa o conhecimento técnico, inserindo aspectos éticos, sociais e culturais.

> É justamente aqui que se afirma a centralidade da Extensão Universitária, como prática acadêmica, como metodologia inter e transdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade. Prática comprometida com a relevância e abrangência social das ações desenvolvidas; metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma

> cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial (Forproex, 2012, p. 19-20).

Desde a criação do Fórum de Extensão dos Pró-Reitores de Graduação das Universidades Públicas (FORPROEX) em 1987, consolidou-se no Brasil uma visão crítica da extensão, distanciando-se da abordagem assistencialista. A valorização da capacidade da extensão para inovar nas práticas convencionais de ensino e pesquisa, além de explorar novas possibilidades para "ver a Universidade como parte ativa e positiva de um processo maior de mudança" (Forproex, 2012, p. 19), tem sido um passo significativo.

Estabelecer um diálogo construtivo e transformador com a sociedade envolve respeitar e promover a interculturalidade, valorizando a diversidade cultural e social e contribuindo para um entendimento mais profundo e inclusivo das diferentes realidades. Em vez de simplesmente "transmitir o conhecimento acumulado pela Universidade" para a sociedade, a proposta é gerar conhecimento inovador por meio da interação com a comunidade. Esse novo conhecimento visa combater a desigualdade e a exclusão social, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (Forproex, 2012, p. 30).

A extensão deve promover iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior, contemplando áreas como comunicação, cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Deve alinhar-se às políticas e diretrizes nacionais e internacionais relacionadas a esses temas.

Conforme destaca Nogueira (2005, p. 51), é dever da extensão universitária “implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática”.

A promoção da reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa deve incentivar a comunidade acadêmica a considerar as implicações sociais e éticas de suas atividades, promovendo uma atuação responsável e comprometida com o bem-estar coletivo. De acordo com Forproex (2012, p. 32), “o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).

A extensão deve incentivar a atuação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento das questões da sociedade brasileira, buscando soluções para atender às necessidades e desafios da realidade nacional, incluindo o desenvolvimento econômico, social e cultural. Conforme descrito na Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012), para promover efetivamente a transformação social em busca de justiça, solidariedade e democracia, é preciso que os envolvidos tenham uma compreensão clara dos problemas sociais que pretendem abordar, dos objetivos e propósitos de sua intervenção, das ferramentas analíticas, teóricas e conceituais a serem empregadas, das atividades a serem realizadas e, por fim, da metodologia para avaliar os resultados e, quando possível, os impactos sociais gerados pela ação.

Os princípios éticos que refletem o compromisso social das instituições de ensino superior devem orientar todas as atividades de extensão, assegurando que a atuação da extensão esteja alinhada com valores como justiça, equidade e respeito aos direitos humanos. Conforme descrito na Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012), a Interação Dialógica, inserida no âmbito das relações, aborda diretamente a dimensão ética nos processos de Extensão Universitária.

A extensão deve focar na produção e construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável. O conhecimento deve estar alinhado com a realidade brasileira, contribuindo para o progresso e o bem-estar da sociedade.

A proposta deve envolver a integração da especialização com uma abordagem holística, alcançada por meio da combinação de modelos, conceitos e metodologias de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, além da formação de parcerias intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. O objetivo é conferir às ações de Extensão Universitária a robustez teórica e prática necessária para garantir sua efetividade (Forproex, 2012).

3.6 Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Parecer CNE/CES nº 576/2023

A pandemia de Covid-19[3], iniciada em 2019, trouxe novos desafios e a necessidade de adaptar as diretrizes existentes para melhor atender às novas

[3] De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em dezembro de 2019, a OMS foi alertada sobre casos de pneumonia em Wuhan, China, causados por um novo coronavírus, o SARS-

realidades. A comissão propôs modificações nos artigos 9º e 12 da Resolução nº 7/2018, permitindo que parte das atividades de extensão seja realizada de forma remota, síncrona ou assíncrona, sem perder o foco na prática vivencial.

As propostas de alteração também visam flexibilizar o processo de oferta de atividades de extensão, permitindo que as IES elaborem seus percursos formativos conforme as características dos cursos e necessidades regionais. De acordo com o artigo 9º:

> Art. 9º As atividades especificadas no Art. 8º desta Resolução, considerando o disposto nas normas vigentes, poderão ser desenvolvidas de forma remota, síncrona ou assíncrona, sem serem confundidas com a modalidade Educação a Distância (EaD), observadas as seguintes condições:
> I – programas e projetos deverão dar importância à prática vivencial, considerada esta
> como a participação ativa do estudante, podendo ter, no máximo, 20% (vinte por cento) da carga horária total dessas atividades de extensão ofertadas de forma remota síncrona ou assíncrona; e
> II – cursos, oficinas e eventos poderão ter até 30% (trinta por cento) da carga horária
> total dessas atividades de extensão ofertadas de forma remota síncrona ou assíncrona.

Ao permitir que parte das atividades fossem realizadas de forma síncrona ou assíncrona, as normativas oferecem às IES maior autonomia para ajustar seus percursos formativos às especificidades dos cursos e contextos regionais, garantindo, ao mesmo tempo, a qualidade e o compromisso social das ações extensionistas. Esse movimento reforça a importância de alinhar as políticas institucionais às necessidades contemporâneas, estabelecendo as bases para uma extensão mais flexível e inclusiva.

CoV-2. Em janeiro de 2020, autoridades chinesas confirmaram a identificação do vírus. A doença, nomeada COVID-19, levou a OMS a declarar Emergência de Saúde Pública em 30 de janeiro. Em março, a COVID-19 foi caracterizada como pandemia devido à sua disseminação global. Em maio de 2023, a OMS declarou o fim dessa emergência internacional.

4 MÉTODO DA PESQUISA

O capítulo detalha os procedimentos metodológicos da pesquisa sobre a curricularização da extensão no IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas, com base na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

- Delineamento da Pesquisa

Esta pesquisa utilizou uma abordagem quantitativa, para analisar a percepção sobre a implantação e implementação da curricularização da extensão no IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018.

- Procedimentos

Fase 1: Análise bibliográfica

Inicialmente, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica, conforme definido por Gil (2002, p. 44), que consiste em uma investigação baseada em materiais já existentes, principalmente compostos por obras literárias e publicações científicas. O objetivo foi explorar os conceitos ligados à extensão, à curricularização e ao engajamento comunitário, além de compreender as complexidades e desafios associados a esse campo.

Fase 2: Revisão sistemática da literatura

A revisão sistemática foi estruturada com o objetivo de identificar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis sobre um tema específico, seguindo um método rigoroso, previamente planejado e conduzido de forma transparente. Diferentemente da revisão narrativa, de caráter mais descritivo e subjetivo, a revisão sistemática adota etapas bem definidas que asseguram maior confiabilidade e reprodutibilidade dos resultados. Esse tipo de revisão é utilizado para integrar informações provenientes de diversos estudos realizados de forma independente sobre uma mesma intervenção ou temática, que podem apresentar resultados divergentes ou semelhantes. Além disso, contribui para a identificação de lacunas no conhecimento, fornecendo subsídios para orientar futuras investigações (Klaus; Stefan, 2003).

Fase 3: Análise documental

Foi conduzida uma análise dos documentos institucionais que trataram da legalização das ações de curricularização da extensão no IFSULDEMINAS e no *Campus* Carmo de Minas. Esta análise teve como objetivo compreender como se deu o processo de implantação da Resolução nº 7/ 2018 à realidade da instituição.

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica compartilham semelhanças, mas se diferenciam principalmente pela natureza das fontes utilizadas. Enquanto a pesquisa bibliográfica faz uso das análises e contribuições de diversos autores sobre um tema específico, a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não foram analisados em profundidade, ou que podem ser reinterpretados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2002, p. 45).

Fase 4: Pesquisa de campo

A pesquisa de campo envolveu a aplicação de questionários aos coordenadores de curso, docentes, alunos e ex-alunos do *Campus* Carmo de Minas, vinculados ao curso superior – Bacharelado em Administração. O objetivo foi avaliar a eficácia da integração das atividades de extensão no âmbito acadêmico e na esfera social, conforme preconizado pela Resolução nº 7. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Pareceres nº 6.824.878 e 6.933.102.

a) Instrumentos de coleta de dados

Para a coleta de dados desta pesquisa, foi desenvolvido um questionário aplicado a coordenadores, docentes, discentes e egressos. O questionário incluiu aproximadamente 40 perguntas, estruturadas para captar percepções sobre a implantação e implementação da curricularização da extensão.

As perguntas foram organizadas em duas categorias: fechadas e abertas, sendo que as questões abertas foram exclusivas para o questionário aplicado aos coordenadores de curso. As questões fechadas adotaram uma escala *Likert* de 5 pontos, que possibilitou a avaliação dos níveis de concordância ou discordância dos respondentes em relação às afirmações apresentadas. A escala *Likert* foi configurada da seguinte forma: 1 = Discordo totalmente, 2 = Discordo, 3 = Neutro, 4 = Concordo, 5 = Concordo totalmente, ou expressões equivalentes.

Cada expressão na escala foi escolhida para refletir um grau específico de acordo ou desacordo, visando garantir que os dados coletados pudessem ser analisados com a precisão e profundidade. A variação nas expressões ajuda a minimizar a ambiguidade e a interpretação errônea, proporcionando uma compreensão mais clara das opiniões e sentimentos dos participantes.

Para assegurar a confiabilidade do questionário, foi realizado um processo de teste de efetividade. O questionário foi revisado por especialistas, e um teste piloto foi conduzido com uma amostra reduzida da população-alvo, permitindo identificar e corrigir quaisquer problemas relacionados à compreensão e ao tempo de resposta.

Após os ajustes necessários, a consistência interna do questionário foi avaliada utilizando o *alfa de Cronbach*.

De acordo com Gaspar e Shimoya (2017, p. 1), o coeficiente *alfa de Cronbach* "é uma das ferramentas estatísticas mais importantes e difundidas em pesquisas que envolvem a construção de testes e sua aplicação". Hora, Monteiro e Arica (2010) delimitam que, a aplicação do *alfa de Cronbach* deve observar alguns pressupostos para garantir a validade dos resultados.

Os autores apresentam que, primeiramente, o questionário deve ser estruturado em construtos distintos, agrupando questões que abordam aspectos semelhantes; além disso, é preciso que o questionário seja aplicado a uma amostra ampla e diversificada da população-alvo, e; por fim, a escala utilizada deve estar devidamente validada, assegurando que o instrumento realmente mede o que se propõe a medir. O cálculo da alfa de *Cronbach* pode ser realizado utilizando *softwares* estatísticos especializados ou, alternativamente, o Excel. Para esta pesquisa, optou pela utilização do Excel.

Os resultados obtidos foram os seguintes: para o questionário aplicado aos coordenadores, o valor obtido foi 0,743, o que sugere uma confiabilidade moderada do instrumento. Embora não seja um valor extremamente alto, ele indica que os itens do questionário estão razoavelmente correlacionados, e que o conjunto de questões mede de forma consistente o conceito ou construção intencional. Para o questionário dos docentes, obteve-se o valor de 0,825, garantindo que o instrumento apresenta boa consistência interna e é confiável. Já para o questionário dos alunos/egressos, o valor de 0,964 é muito próximo de 1, o que sugere uma alta confiabilidade do instrumento utilizado.

b) Participantes da pesquisa

A pesquisa envolveu coordenadores de curso, docentes, alunos matriculados e egressos do IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas. O Quadro 2 detalha as categorias dos participantes da pesquisa, bem como os critérios de inclusão, exclusão e não-inclusão adotados para assegurar a qualidade e a consistência dos dados coletados.

Quadro 2 - Participantes da pesquisa

Categoria de Participantes	Descrição
Coordenadores de Curso	Servidores que ocupam cargos de coordenação em cursos superiores, diretamente envolvidos na implementação da curricularização da extensão do *Campus* Carmo de Minas.

Docentes	Professores que ministram aulas nos cursos superiores e participam ativamente das atividades de curricularização da extensão no *Campus* Carmo de Minas.
Alunos Matriculados	Estudantes atualmente matriculados em cursos superiores no IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas, envolvidos no passado ou atualmente em atividades de curricularização da extensão.
Egressos	Ex-alunos que concluíram cursos superiores no IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas, com experiência em curricularização da extensão durante sua formação.
Critérios de Inclusão	Adultos de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, pertencentes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *Campus* Carmo de Minas.
Critérios de Exclusão	Docentes afastados, redistribuídos ou destituídos; docentes não vinculados ao curso superior; alunos menores de 18 anos; alunos matriculados ou egressos de curso superior já curricularizado que não apresentarem o TCLE.
Critérios de Não-Inclusão	Docentes que não pertencem ao quadro do IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas; servidores que não exercem a função de Professor EBTT; alunos de outras modalidades de ensino; alunos de curso superior não curricularizado conforme Resolução nº 7/2018.

Fonte: Elaborado pela autora.

Já o Quadro 3 apresenta a adesão de diferentes grupos de participantes da pesquisa, com base no número de atuantes (população) e respondentes (amostra), assim como o ano de atuação ou conclusão, no caso dos egressos. A coluna "Percentual de Adesão" foi calculada para mostrar a representatividade de cada grupo em relação ao total, oferecendo uma visão clara da participação de cada segmento na pesquisa.

Quadro 3 - Adesão de diferentes grupos de participantes da pesquisa

Categoria	Ano de Atuação na função/ alunos ativos ou concluintes	População	Adesão	Percentual de Adesão (%)
Coordenadores	2024	2	2	100%
Docentes	2024	6	6	100%
Alunos	2024	111	89	80,2%
Egressos (ex-alunos)	2023 (conclusão)	23	22	95,7%

Fonte: Elaborado pela autora.

c) Tratamento dos dados

O tratamento dos dados coletados foi realizado conforme o tipo de questão.

- Questões fechadas:

i. Organização dos dados: inicialmente, as respostas foram organizadas para facilitar a análise. As perguntas do questionário foram divididas por seções, conforme as áreas da Resolução 7, que orienta a curricularização da extensão. Cada questão foi atribuída a uma seção específica. Os dados quantitativos, oriundos das questões fechadas dos questionários, foram organizados em planilhas eletrônicas, facilitando a tabulação e o cálculo das

estatísticas descritivas, como médias, medianas, desvios-padrão e frequências[4].

ii. Para determinar o valor estatístico geral de cada seção, optou-se pelo cálculo da média simples das questões, considerando que todas as perguntas possuem igual relevância no contexto da pesquisa.

 Questões abertas:

iii. Codificação das respostas: as respostas foram transcritas e codificadas para identificar temas recorrentes.

iv. Identificação de categorias: as categorias temáticas emergentes foram agrupadas, a fim de identificar as principais percepções e experiências dos participantes em relação à curricularização da extensão.

d) Análise dos dados

 Questões fechadas:

i. Análise dos valores: a análise dos dados coletados por meio do questionário estruturado na escala *Likert* de 1 a 5 será realizada a partir de indicadores estatísticos descritivos, incluindo média, mediana, moda, desvio-padrão e frequência das respostas, conforme Quadro 4. Para a média, serão estabelecidos intervalos que classificam os resultados como baixo, médio ou alto, permitindo identificar tendências gerais de percepção dos respondentes. A mediana será utilizada para verificar o valor central das respostas, evidenciando a posição predominante das avaliações, enquanto a moda apontará a resposta mais frequente, fornecendo subsídios sobre o consenso entre os participantes. O desvio-padrão será analisado para identificar a dispersão das opiniões, distinguindo situações de maior ou menor concordância entre os respondentes. Por fim, a frequência representa a proporção ou percentual de respostas obtidas para cada item da pesquisa. Com base na escala Likert (1 a 5), as respostas foram agrupadas em categorias de baixa, média e alta frequência, permitindo identificar a intensidade de concordância ou

[4] A média aritmética é obtida somando-se todos os valores de uma variável e dividindo-se pelo número total de observações. A mediana representa o valor central de um conjunto de dados ordenados; se houver quantidade par de elementos, calcula-se a média dos dois centrais. A moda corresponde ao valor que ocorre com maior frequência, podendo não existir em alguns conjuntos (amodais). O desvio-padrão mede a dispersão dos valores em relação à média. A frequência absoluta indica quantas vezes cada valor aparece em uma pesquisa (Introdução à Estatística, 2020).

percepção dos participantes, reforçando a interpretação da representatividade de cada avaliação.

Quadro 4 - Classificação dos indicadores estatísticos

Indicador	Intervalo / Critério	Classificação/ formatação	Justificativa
Média	1,0 – 2,5	Baixa/ vermelha	Considera que a média está na faixa inferior da escala (1 a 5), indicando tendência geral de respostas negativas ou insatisfatórias.
	2,6 – 3,7	Média/ amarela	Está próxima do ponto médio (3) da escala, refletindo respostas neutras ou moderadas.
	3,8 – 5,0	Alta/ verde	Média na faixa superior da escala, indicando percepção positiva ou concordância geral.
Mediana	1 – 2	Baixa/ vermelha	A mediana representa o valor central; valores baixos indicam que pelo menos metade dos respondentes avaliou negativamente.
	3	Média/ amarela	Mediana igual ao ponto médio da escala indica respostas moderadas ou neutras.
	4 – 5	Alta/ verde	Mediana alta mostra que a maioria dos respondentes avaliou positivamente.
Moda	1 – 2	Baixa/ vermelha	Moda baixa indica que a resposta mais frequente está na faixa negativa.
	3	Média/ amarela	Moda igual a 3 sugere predominância de respostas neutras.
	4 – 5	Alta/ verde	Moda alta indica que a maioria concorda ou avalia positivamente o item.
Desvio-padrão (σ)	0,0 – 0,99	Baixa dispersão/ vermelha	Respostas concentradas, concordância maior entre os respondentes.
	1,0 – 1,49	Média dispersão/ amarela	Moderada variabilidade, opiniões divergem parcialmente.
	≥ 1,5	Alta dispersão/ verde	Grande variação nas respostas, indicando opiniões muito divergentes.
Frequência (%)	0 – 33%	Baixa/ vermelha	Predomínio de valores baixos na escala (1 ou 2), revelando discordância ou percepção negativa sobre o item.
	34% - 66%	Média/ amarela	Respostas distribuídas em valores intermediários (3), mostrando tendência moderada ou opinião dividida.
	67% - 100%	Alta/ verde	A maioria dos participantes selecionou valores altos na escala (4 ou 5), indicando forte concordância ou percepção positiva em relação ao item.

Fonte: Elaborado pela autora.

ii. Análise de cada grupo: para analisar as percepções de coordenadores, professores, alunos e egressos sobre a curricularização da extensão as respostas foram apuradas numericamente. Cada resposta foi atribuída a um valor específico (por exemplo, 1 para "discordo totalmente", 2 para "discordo", 3 para "neutro", 4 para "concordo", 5 para "concordo totalmente"). As médias dessas respostas foram calculadas por questão e, posteriormente, por seção, permitindo uma visão geral de como os respondentes percebem os temas abordados.

 Questões abertas:

i. A partir da codificação prévia das respostas e da identificação das categorias temáticas emergentes, procedeu-se à interpretação dos sentidos atribuídos pelos participantes às experiências relacionadas à curricularização da extensão.

e) Triangulação dos Dados:

i. Interpretação dos resultados: a triangulação dos dados foi realizada para integrar os achados e proporcionar uma associação entre os respondentes e uma visão sobre a eficácia e os desafios da curricularização da extensão. Com base nas análises, foi possível interpretar as percepções dos coordenadores, professores e alunos/egressos sobre a curricularização da extensão, destacando os principais pontos de consenso, os desafios enfrentados e as possíveis áreas de melhoria. Além disso, as análises permitiram discutir como as concepções e práticas delineadas pela Resolução 7 estão sendo aplicadas e percebidas de acordo com o objetivo da pesquisa.

ii. Comparação com referenciais teóricos: os resultados foram comparados com a literatura existente, com a legislação e normativas e, com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 7/2018, assegurando que as análises estavam alinhadas com as práticas e princípios preconizados.

f) Validação dos dados

A validação dos dados foi realizada por meio de triangulação, combinando as informações obtidas nas diferentes fases da pesquisa e através dos diferentes instrumentos de coleta de dados. Este método permitiu assegurar a consistência e a confiabilidade dos resultados obtidos.

g) Considerações éticas

A pesquisa foi conduzida respeitando os princípios éticos estabelecidos para pesquisas envolvendo seres humanos, conforme as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí e da instituição coparticipante, o IFSULDEMINAS. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, e o consentimento foi obtido antes da coleta de dados.

h) Limitações do estudo

A principal limitação esteve relacionada ao tempo de existência do curso, iniciado em 2020. Por se tratar de um curso relativamente recente, os dados analisados podem refletir cenários ainda em consolidação, marcados por desafios e adaptações inerentes a contextos iniciais.

i) Resultados esperados

Esperou-se com os resultados desta pesquisa, melhor compreensão sobre a percepção dos participantes em relação à curricularização da extensão implementada no IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas. Previu-se que os coordenadores de curso, docentes e alunos matriculados ou egressos que participaram da pesquisa pudessem oferecer sua visão sobre a efetividade das concepções e práticas estabelecidas pela Resolução nº 7, de 18/12/2018.

Além disso, esperava-se que os dados coletados revelassem o grau de concordância ou conformidade dos respondentes em relação às ações de curricularização da extensão, avaliando seu impacto no contexto acadêmico do *campus*. Fornecendo subsídios importantes para aprimorar ainda mais a implementação e execução dessas atividades, contribuindo assim para o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão no IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas.

5 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Nos últimos anos, a curricularização da extensão tem se consolidado como um tema relevante na pesquisa acadêmica, refletindo um movimento crescente em direção a uma integração mais profunda entre a universidade e a sociedade. Este capítulo visa explorar e sintetizar as contribuições da literatura acadêmica sobre o tema, analisando as práticas implementadas em instituições de ensino superior brasileiras e discutindo os resultados, conclusões e impactos dessas práticas relacionadas à curricularização da extensão.

A curricularização da extensão representa não apenas uma expansão dos horizontes acadêmicos tradicionais, mas também uma resposta às demandas por uma formação mais conectada às necessidades sociais e comunitárias. Ao examinar estudos diversos, este capítulo busca identificar tendências, desafios e potenciais boas-práticas dessa integração curricular, proporcionando uma base para a investigação que será desenvolvida ao longo desta tese.

Antes de apresentar os resultados selecionados para a revisão literária sobre a curricularização da extensão, é necessário descrever o processo de seleção dos estudos identificados durante a busca inicial. Esse procedimento envolveu a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, garantindo a escolha dos estudos mais pertinentes e alinhados ao tema deste capítulo. O Quadro 5 apresenta uma descrição dos critérios de inclusão e exclusão aplicados, juntamente com a quantidade de estudos excluídos em cada categoria. Adicionalmente, a Figura 2 ilustra o fluxograma do processo realizado.

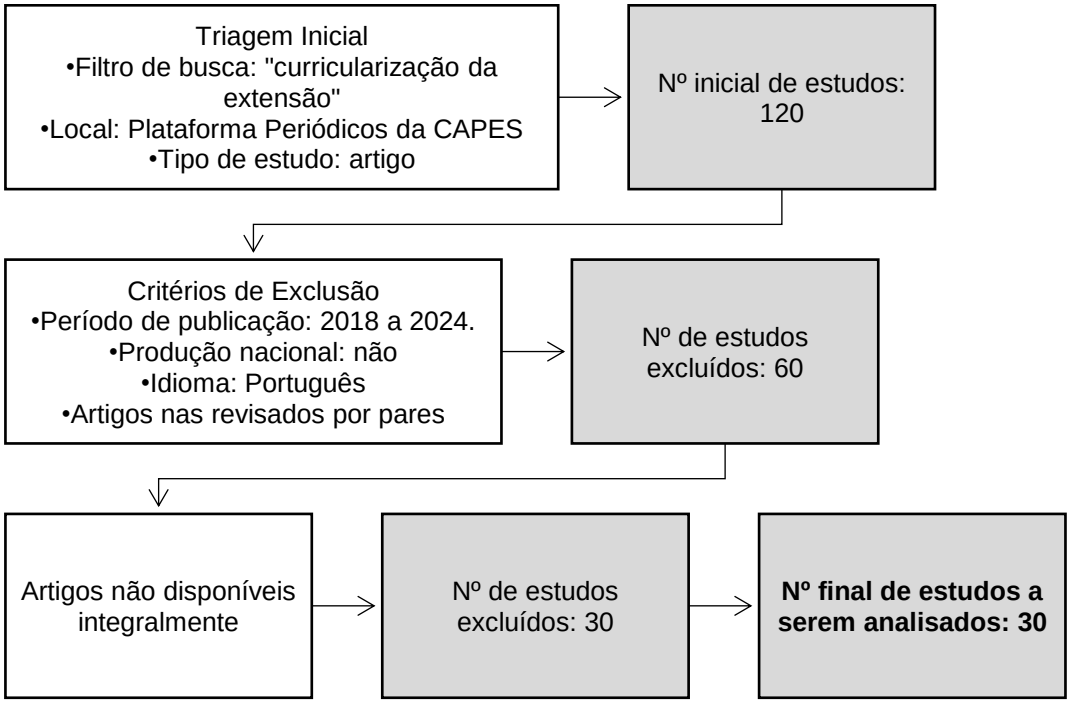
Quadro 5 - Critérios de inclusão e exclusão para a revisão sobre o tema

Triagem Inicial	**Nº inicial de estudos**	**Justificativa**
Filtro de busca realizado em 07/07/2024: qualquer campo é (exato) “curricularização da extensão” na plataforma Periódicos da CAPES.	120	Os artigos abordavam as temáticas pertinentes ao escopo da revisão.
Critério de Exclusão	**Nº de estudos excluídos**	**Justificativa**
Período de publicação: 2018 a 2024 **Produção nacional**: somente **Idioma**: português	50	Os estudos excluídos não se enquadravam no período contemplado, não eram de produção nacional, ou não estavam no idioma português.
Artigos revisados por pares	10	Os artigos não passaram pelo processo de revisão por pares, comprometendo a credibilidade e a qualidade dos resultados

		apresentados, conforme definido pelos critérios de inclusão.
Artigos não disponíveis integralmente	30	Os estudos excluídos não estavam disponíveis na íntegra, o que impossibilitou a análise completa dos conteúdos e resultados.
Total de estudos excluídos	90	A soma dos estudos excluídos em cada critério, que não atendiam aos requisitos estabelecidos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2 - Fluxograma do processo de revisão da literatura



Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudos selecionados para esta revisão atendem aos critérios, conforme Figura 2. Com base nesses critérios, foram escolhidos 30 artigos. Estes serão apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Artigos selecionados sobre o tema "curricularização da extensão"

Código do estudo	**Título do Artigo**	**Autor(es)**	**Ano de publicação**	**Revista**
A1	A Curricularização da Extensão: análise de uma experiência no curso superior de Tecnologia em Design de Moda	CUNICO, Letícia; SPESSATTO, Marizete Bortolanza	2022	Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade
A2	Curricularização da Extensão no âmbito do curso de Licenciatura Em Matemática da Universidade Estadual do	SILVÉRIO, Eduardo Dall'Agnol; SOARES, Matheus; MEIRINHO, Bruno Mateus	2023	Revista Conexão UEPG

	Centro-Oeste: percepções discentes	Limberger; WICHNOSKI, Paulo		
A3	A Curricularização da Extensão Universitária no contexto da função social da Universidade	MIGUEL, José Carlos	2023	Revista Práxis Educacional
A4	A experiência do processo de Curricularização da Extensão na Universidade Federal do Tocantins: a tessitura necessária entre a extensão, pesquisa e ensino	MILHOMEM, Maria Santana Ferreira dos Santos	2023	Extensio: Revista Eletrônica de Extensão
A5	A experiência do projeto EDUPAZ para as discussões da curricularização da extensão universitária	PESCE, Marly Krüger de; MARQUES, Dalva; SCREMIN, João Pedro Alves	2022	E-mosaicos
A6	A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a Curricularização da Extensão	JIMENEZ, Michele de Oliveira; ANDRADE, Gislaine Buraki de; LEITZKE, Milene Rocha Lorenco; STOECKL, Bianca Petermann; SOSSMEIER, Kelly Daiane	2023	Educação: Teoria e Prática
A7	A metodologia de implementação da Curricularização da Extensão no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	PEREIRA, Rafael Madruga; MONTIEL, Fabiana Celente	2023	Caminho Aberto – Revista de Extensão do IFSC
A8	Aprendizados e reflexões advindos de atividade extensionista de educação em saúde em centros de educação infantil	FERRARESSO, Lucas Fernando Oliveira Tomaz; CODATO, Lucimar Aparecida Britto	2021	Revista Ciência Plural
A9	Curricularização da Extensão: Particularidades e Desafios Vividos nos Cursos De Graduação (Apresentação do Dossiê)	BRANDÃO, Milena de Mesquita; SPRÍCIGO, Fabrício	2023	Caminho Aberto – Revista de Extensão do IFSC
A10	Atividades de estágio e atividades de extensão no processo de Curricularização da Extensão: diferenças conceituais	FRUTUOSO, Tomé de Pádua	2023	Caminho Aberto – Revista de Extensão do IFSC
A11	Contribuições da Curricularização da Extensão na formação de professores	SANTOS, Paloma Marques dos; GOUW, Ana Maria Santos	2021	Revista Interfaces da Educação
A12	Curricularização da Extensão e as suas relações com o acesso à educação superior nos PNES 2001-2010 e 2014-2024: um estudo documental	WOCIECHOSKI, Darlan Pez; CATANI, Afrânio Mendes	2023	Revista Educação e Políticas em Debate

A13	Curricularização da Extensão nos cursos de licenciatura: uma análise da produção científica brasileira	SOUZA, Vânia de Fátima Matias de; MOREIRA, Evando Carlos; SILVA, Fernando Lazaretti Onorato; CATABRIGA, Lorena Mota; FLORES, Patric Paludett; CARAÇATO DE SOUSA, Yedda Maria da S.	2023	Educação: Teoria e Prática
A14	Curricularização da Extensão: reflexões sobre a conservação da zona de amortecimento da reserva biológica (REBIO) do Jaru	SILVA, Mônica Veloso; SILVA, Edegmaria da Costa; JESUS, Denilda Ribeiro Araújo de; BARROS, Luan Garcia Pereira; MENDONÇA, Andreza Pereira; FELZKE, Lediane Fani	2022	Revista ELO - Diálogos em Extensão
A15	Curricularização da Extensão: uma abordagem na educação básica acerca a radiologia e suas vertentes	SILVA, Maria Júlia da; MORAIS, Senédia Menezes de; AMARAL, Whilliam Guilherme; SILVA, Charlene da	2019	Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC
A16	Curricularização da Extensão: uma experiência no Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação	FERNANDES, Alessandra Furtado; FERNANDES, Alexandre Furtado; LOPES, Carla Fabiana Gouvêa; MAGALHÃES, Lúcia Helena de; MAGALHÃES, Teresinha Moreira de; RODRIGUE, Alan Camilo; LUCAS, Hamilton Melo; SOUSA, Yago Carvalho de; PIRES, Gustavo Soares.	2023	Revista de Extensão Tecnológica - IFC
A17	Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico: o encontro das gerações para humanização da formação	ALMEIDA, Sinara Monica Vitalino de; BARBOSA, Larissa Marcelle Vaz	2019	Revista Brasileira de Educação Médica
A18	Currículos e curricularização da formação docente contemporânea nos mestrados em educação da UFPA, UEPA, UFT na/da Amazônia brasileira	ROCHA, Damião; COELHO, Marcos Irondes	2021	Revista Exitus
A19	Emburrecimento e estudo	CECHINEL, André; DURÃO, Fabio Akcelrud	2023	Revista Brasileira de Literatura Comparada
A20	A experiência vivida com a Curricularização da Extensão no âmbito do projeto brinquedomática	SILVEIRA, Ivan Kuelkamp; MEDEIROS, Vanessa; OLIVEIRA, Elaine Borges de; WICHNOSKI, Paulo	2023	Revista Brasileira de Literatura Comparada

A21	O retorno de Paulo Freire à Faculdade de Direito do Recife: um relato do método freiriano nos projetos de extensão da Faculdade de Direito do Recife	NÓBREGA, Flavianne Fernanda Bitencourt; LIMA, Camilla Montanha de.	2021	Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife
A22	Pedagogia crítica para a gestão pública e social: o dispositivo da oficina temática como experiência integral	GIANNELLA, Valéria	2024	Revista Internacional de Educação Superior
A23	Práxis e Curricularização da Extensão Universitária na Educação Física	NOZAKI, Joice Mayumi; HUNGER, Dagmar Aparecida Cynthia; FERREIRA, Lílian Aparecida	2022	Revista Brasileira de Extensão Universitária
A24	O processo de Curricularização da Extensão no curso de Educação Física da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ibirité	NOVAES, Fernanda Abatepietro; PUCHTA, Diogo Rodrigues	2022	Revista Em Extensão
A25	Produção de um *vlog* como experiência de divulgação científica em uma proposta de Curricularização da Extensão: um olhar para a sistematização das transformações gasosas	CASAGRANDE, João Victor; VANIEL, Ana Paula Härter	2022	Revista Insignare Scientia
A26	Sobre a Curricularização da Extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de Direito	HOGEMANN, Edna Raquel	2023	Revista Consinter
A27	Sobre a implementação da Curricularização da Extensão: caracterizações e preocupações	ARIENTI, Wagner Leal	2023	Extensio: Revista Eletrônica de Extensão
A28	Tão, tão distante: a extensão universitária e a (ir)relevância das periferias	MINGHELLI, Marcelo; PEREIRA, Vanessa Souza; VALE, Mariene Alves do; GARCIA, Bárbara Balbis; MARTINS, Yuri Dutra; FARIAS, Íris Garcia Tramontim de	2021	Revista Brasileira de Extensão Universitária
A29	Trajetória para a Curricularização Da Extensão Universitária: atuação do FOREXT e diretrizes nacionais	STEIGLEDNER, Luciane Iwanczuk; ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MARTINS, Rosemari Lorenz	2019	Revista Brasileira de Extensão Universitária
A30	Universidade e Educação Superior em retrospectiva	WAGNER, Flávia; CUNHA, Maria Isabel da.	2022	Revista Em Aberto

Fonte: Elaborado pela autora.

A curricularização da extensão tem se revelado uma prática relevante para integrar ensino, pesquisa e extensão nos currículos acadêmicos, promovendo uma formação mais completa e conectada às demandas sociais. A análise dos artigos apresentados no Quadro 6 revela uma diversidade de abordagens, metodologias e contribuições, evidenciando tanto avanços quanto desafios nessa área.

Os artigos analisados apresentam uma variedade de temas centrais para a curricularização da extensão, que podem ser classificados em algumas categorias principais.

- Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Os textos A2, A3, A4, A7, A9, A10 e A12 discutem como a curricularização da extensão promove a integração entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a indissociabilidade desses três pilares. Destaca-se que a curricularização permite aos alunos aplicar seus conhecimentos acadêmicos em projetos sociais, ampliando a função da universidade na transformação social.

O texto A9, por exemplo, destaca que a curricularização da extensão em cursos de graduação, como os projetos Brinquedomática e oficinas para idosos, oferece uma integração eficaz entre teoria e prática, promovendo uma formação profissional e social mais robusta para os estudantes, ao mesmo tempo em que contribui diretamente para a sociedade. Essa articulação também é reforçada pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, que orientam a implementação da curricularização, buscando uma universidade mais voltada para as necessidades sociais.

- Impactos da Curricularização da Extensão na formação dos estudantes

Os textos A1, A2, A9, A12, A16, A17, A18 e A19 exploram os impactos da curricularização na formação dos estudantes, apontando que ela contribui para o desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais, além de fomentar a cidadania e a responsabilidade social. A experiência extensionista é vista como fundamental para fornecer uma formação mais crítica e prática, capacitando os alunos a lidar com questões sociais e a aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade de maneira mais significativa.

O texto A13 também discute como a curricularização no curso de Licenciatura em Física, na Universidade de Passo Fundo, por exemplo, tem o poder de aprimorar a formação docente ao conectar teoria e prática, uma característica central da

curricularização, que também é observada em outros cursos como Ciências, Matemática e Educação Física.

- Desafios e limitações da Curricularização da Extensão

Os textos A5, A6, A7, A11, A15, A24 e A25 abordam os principais desafios e limitações da curricularização da extensão. Entre os obstáculos apontados estão a falta de recursos e infraestrutura adequada para a implementação das atividades, a resistência de alguns professores em integrar a extensão ao currículo e a sobrecarga de trabalho dos alunos. Além disso, destaca-se que a articulação entre as atividades acadêmicas e os extensionistas nem sempre é eficaz, o que pode comprometer o sucesso da curricularização.

O texto A25 também observa as dificuldades relacionadas à Educação a Distância (EaD), onde as atividades extensionistas devem ser adaptadas às ferramentas e metodologias adequadas para garantir a acessibilidade e a relevância das experiências extensionistas.

- Experiências práticas e Projetos de Extensão

Os textos A8, A14, A16, A18, A20, A22, A23, A24, A26 e A27 relatam experiências práticas e projetos de extensão que exemplificam a aplicação da curricularização em diferentes contextos. Os projetos descritos mostram como a integração de atividades acadêmicas com questões sociais e comunitárias enriquece a formação dos alunos, ao mesmo tempo em que gera benefícios tangíveis para as comunidades envolvidas.

O projeto A14, por exemplo, ilustra como o uso de vídeos educativos sobre a manipulação ambiental, promovido pelos alunos, contribui para a conscientização ambiental, além de fortalecer a relação entre academia e comunidade. Além disso, os projetos em cursos de Engenharia Civil, Tecnologia da Informação e Biomedicina também reforçam como a curricularização ajuda na formação prática dos alunos, conforme demonstrado nos textos A21, A22 e A29, que destacam a importância da aplicação de conhecimentos técnicos em situações reais, além de promover uma consciência ética e social.

O texto A26, por exemplo, ilustra como a curricularização em cursos de Artes contribui para a formação de artistas mais conscientes e comprometidos com a transformação social. A experiência de projetos extensionistas também é destacada no curso de Nutrição, sendo que o texto A27 revela como a aplicação de

conhecimentos em saúde pública e alimentação saudável impacta diretamente nas comunidades.

- Perspectivas Legais e Institucionais

Os textos A2, A3, A4, A6, A7, A10. A11 e A12 analisam as perspectivas legais e institucionais em relação à curricularização da extensão, destacando a importância das diretrizes impostas pela Resolução CNE nº 7/2018. Evidencia-se que, embora as políticas públicas e as regulamentações sejam um passo importante para a implementação da curricularização, ainda existem desafios na adaptação institucional e nas práticas pedagógicas. A participação ativa de professores e gestores na formulação e execução dessas políticas é apontada como fundamental para garantir uma implementação eficaz.

No contexto de cursos como Direito, Psicologia e Relações Internacionais, a curricularização proporciona uma formação mais ética e consciente, conforme proposto nos textos A30 e A28, que ressaltam a relevância dessa abordagem para preparar os alunos para atuar de forma responsável em suas áreas de atuação, comprometidos com os princípios sociais e humanitários. O texto A12 reforça como a implementação das diretrizes legais e institucionais está moldando a realidade acadêmica e os desafios para concretizar essa integração.

De forma geral, a curricularização é vista como promotora de competências técnicas e sociais, contribuindo para a formação de profissionais mais completos e preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Além disso, muitos textos relatam desafios comuns enfrentados durante a implementação, como a falta de recursos, a resistência institucional e a dificuldade de articulação entre teoria e prática, os quais dificultam uma integração mais fluida da extensão nas atividades acadêmicas.

Outro ponto destacado é a ênfase na formação cidadã, com a extensão sendo frequentemente abordada como um caminho para a construção de cidadãos críticos e engajados, evidenciando a responsabilidade social das instituições de ensino superior na promoção de uma educação voltada para a transformação social.

No que se refere as divergências, os artigos diferem principalmente em termos de enfoques metodológicos e nas percepções dos alunos sobre a curricularização. Os enfoques metodológicos variam, abrangendo desde análises bibliográficas (como nos textos A3 e A12) até estudos de caso (A5 e A11). Essas diferentes estratégias podem

levar a conclusões distintas quanto à eficácia e ao impacto da curricularização, refletindo a pluralidade de contextos e experiências observadas.

Já em relação às percepções dos alunos, há uma variação, com alguns textos apontando experiências positivas (como no artigo A18), enquanto outros revelam desafios e frustrações (A2 e A17). Essa disparidade sugere que, embora a curricularização seja amplamente vista como benéfica, sua implementação prática ainda apresenta inconsistências que afetam a experiência dos estudantes de maneiras diversas.

No entanto, há lacunas importantes na pesquisa, especialmente no que se refere à adaptação da curricularização para diferentes áreas do conhecimento. Futuros estudos poderiam investigar como cursos de áreas mais técnicas podem integrar a extensão de forma mais eficaz. Além disso, há uma necessidade de mais pesquisas que explorem o impacto a longo prazo da curricularização na formação dos estudantes, especialmente em relação ao desenvolvimento de competências sociais e cívicas.

As descobertas dos artigos têm implicações práticas para as instituições de ensino superior. A necessidade de revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) é uma das principais implicações, conforme apontado por Pereira e Montiel (2023). Adaptar os currículos para incluir formalmente a extensão é um passo importante para garantir que essa prática seja integrada de forma estruturada.

Outro ponto importante é a capacitação contínua de docentes e coordenadores, destacada no estudo de Nóbrega e Lima (2021). Sem o treinamento adequado, os professores podem não estar preparados para integrar a extensão às suas disciplinas, o que pode comprometer a eficácia da curricularização.

Em resumo, a curricularização da extensão tem o potencial de transformar a educação superior, promovendo uma formação mais completa e conectada às demandas sociais. A revisão dos artigos revela que, apesar dos desafios relacionados à falta de recursos e resistência institucional, há um consenso sobre os benefícios dessa prática para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Prosseguindo com a análise, a Tabela 1 oferece uma síntese quantitativa das características dos 30 artigos analisados, destacando aspectos como a revista de publicação, o ano de lançamento, a quantidade de autores e os métodos e instrumentos utilizados nos estudos. Esta análise revela tendências, como a

predominância de estudos qualitativos, o uso frequente de entrevistas e questionários como métodos de coleta de dados e a ênfase na análise qualitativa dos resultados.

Tabela 1 - Comparativo das características quantitativas dos artigos

Variável	Frequência (n=30)
Revista	
Revista Brasileira de Extensão Universitária	14 (46.7%)
Revista Em Aberto	10 (33.3%)
Outras revistas	6 (20.0%)
Ano de Publicação	
2019	12 (40.0%)
2021	9 (30.0%)
2022	6 (20.0%)
Outros anos	3 (10.0%)
Quantidade de Autores	
1 autor	5 (16.7%)
2 autores	8 (26.7%)
3 autores	12 (40.0%)
4 ou mais autores	5 (16.7%)
Tipo de Estudo	
Qualitativo	18 (60.0%)
Quantitativo	6 (20.0%)
Revisão	4 (13.3%)
Misto	2 (6.7%)
Design do Estudo	
Estudo de caso	10 (33.3%)
Pesquisa documental	8 (26.7%)
Revisão teórica	6 (20.0%)
Pesquisa de campo	4 (13.3%)
Outros	2 (6.7%)
Métodos de Coleta de Dados	
Entrevistas	10 (33.3%)
Questionários	8 (26.7%)
Análise documental	6 (20.0%)

Observação direta	4 (13.3%)
Outros	2 (6.7%)
Instrumentos Utilizados	
Questionários padronizados	10 (33.3%)
Entrevistas semiestruturadas	8 (26.7%)
Ferramentas de software	6 (20.0%)
Protocolos de observação	4 (13.3%)
Outros	2 (6.7%)
Análise de Dados	
Análise qualitativa	16 (53.3%)
Análise estatística	8 (26.7%)
Análise descritiva	4 (13.3%)
Análise mista	2 (6.7%)

Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria dos artigos foi publicada na Revista Brasileira de Extensão Universitária (46,7%), refletindo o papel central dessa publicação na disseminação de conhecimentos e práticas relacionadas à extensão no Brasil. A Revista Em Aberto também se destacou, concentrando 33,3% das publicações, o que indica sua relevância como veículo de discussões acadêmicas sobre educação superior.

Em termos de ano de publicação, 2019 foi particularmente produtivo, com 40% dos artigos lançados nesse período, seguido de 2021 (30%) e 2022 (20%). Esses dados sugerem um crescente interesse e investimento na pesquisa sobre curricularização nos últimos anos.

Quanto à autoria, os dados indicam que a maioria dos artigos foi escrita por três autores (40%), com uma quantidade representativa também envolvendo dois autores (26,7%). Esse padrão de coautoria pode indicar a prevalência do trabalho colaborativo na pesquisa sobre extensão universitária.

Os estudos qualitativos foram predominantes (60%), reforçando a natureza exploratória e interpretativa das pesquisas na área. O desenho de pesquisa mais comum foi o estudo de caso (33,3%), seguido por pesquisas documentais (26,7%), ambos refletindo a importância de contextos específicos e análises aprofundadas para compreender a integração da extensão nos currículos.

Os métodos de coleta de dados mais utilizados foram: entrevistas (33,3%) e questionários (26,7%), destacando a ênfase na coleta direta de percepções e experiências. Entre os instrumentos, os questionários padronizados foram os mais frequentes (33,3%), sugerindo uma busca por consistência e comparabilidade nos dados coletados.

Finalmente, a análise qualitativa foi predominante (53,3%), o que evidencia a importância da interpretação detalhada e contextual dos dados na investigação sobre a curricularização da extensão universitária.

Para complementar essa visão, o Quadro 7 oferece uma análise qualitativa, explorando os temas e subtemas emergentes nos artigos. Essa transição do quantitativo para o qualitativo permite uma compreensão mais completa e integrada dos desafios, práticas e impactos da curricularização da extensão, enriquecendo a análise geral da escrita acadêmica sobre o tema da curricularização da extensão.

Quadro 7 - Comparativo das características qualitativas dos artigos

Tema Principal	Subtemas Identificados	Descrição/Categoria	Exemplos de Artigos
Integração Curricular	Metodologias Ativas, Articulação Teoria-Prática	A integração da extensão ao currículo através de metodologias inovadoras que conectam teoria e prática.	Artigos de 2019 e 2021 na Revista Brasileira de Extensão Universitária
Desafios Institucionais	Recursos Financeiros, Capacitação Docente	Barreiras institucionais e organizacionais que dificultam a implementação efetiva da extensão.	Artigos de 2019 na Revista Em Aberto
Impacto na Comunidade	Inclusão Social, Desenvolvimento Local	Efeitos das práticas extensionistas na comunidade, especialmente em termos de inclusão e desenvolvimento.	Artigos de 2021 na Revista Brasileira de Extensão Universitária
Práticas Extensionistas	Projetos Comunitários, Aprendizagem Serviço	Tipos de atividades e projetos que compõem as práticas extensionistas nas IES.	Artigos de 2022 na Revista Em Aberto
Políticas e Diretrizes	Normas Institucionais, Orientações Governamentais	Conjunto de normas e diretrizes que regulam e orientam a curricularização da extensão nas IES.	Artigos de 2019 e 2022 na Revista Em Aberto e Revista Brasileira de Extensão Universitária

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise qualitativa dos artigos sobre curricularização da extensão universitária revela um campo rico e diversificado, onde a integração curricular surge como o tema central, abordado com ênfase em inovação e urgência. O processo é, entretanto, permeado por desafios institucionais, que variam desde a falta de recursos

financeiros até a necessidade de capacitação docente. O impacto na comunidade é amplamente discutido em termos de inclusão social e desenvolvimento local, sugerindo que as práticas extensionistas têm um papel transformador tanto para os estudantes quanto para as comunidades envolvidas.

Os artigos também destacam a importância das políticas e diretrizes institucionais, que são vistas como fundamentais para a normatização e expansão da extensão nas universidades.

6 OS RESULTADOS DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO *CAMPUS* CARMO DE MINAS

Neste capítulo, foca-se especificamente na implantação e implementação da curricularização da extensão no IFSULDEMINAS - *Campus* Carmo de Minas. Apresenta-se um panorama do contexto institucional, destacando a história, a estrutura organizacional e as particularidades do *campus*. Analisam-se as estratégias e iniciativas adotadas para incorporar as atividades de extensão aos currículos, avaliando os resultados alcançados até o momento. Este capítulo oferece uma visão da realidade local, contribuindo para uma compreensão dos processos e impactos da curricularização da extensão no contexto do IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas.

6.1 Um breve recorte sobre o percurso do IFSULDEMINAS

6.1.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)

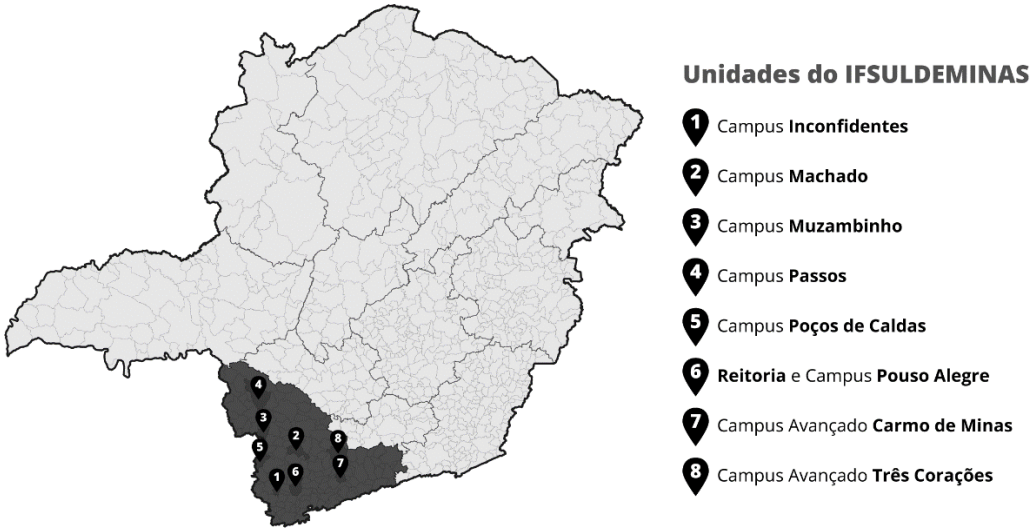
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criada em 29 de dezembro de 2008 como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A rede inclui 38 (trinta e oito) Institutos Federais, 2 (dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 25 (vinte e cinco) escolas vinculadas a universidades, o Colégio Pedro II e uma universidade tecnológica (IFSULDEMINAS, 2023).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSULDEMINAS (2023) apresenta que a instituição tem como missão oferecer educação profissional e tecnológica gratuita e de qualidade nos níveis técnico, profissional e superior, atuando de maneira multicampi. Originou-se da fusão de três escolas agrotécnicas tradicionais em Inconfidentes, Machado e Muzambinho, expandindo posteriormente para Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Carmo de Minas e Três Corações, e diversos núcleos avançados e polos de rede na região.

Essa adota o propósito de ofertar uma educação profissional verticalizada, que se distingue pela integração de conhecimentos e habilidades através dos diversos níveis de ensino. Além disso, destaca-se pelo seu papel no fomento ao

desenvolvimento sustentável da região do Sul de Minas Gerais. Essa contribuição é ilustrada pela Figura 3, que delineia os *campi* atendidos pela instituição.

Figura 3 - Os *campi* do IFSULDEMINAS[5]



Fonte: Mapa dos *campi* atendidos pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. Disponível em: **https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-instituto**.

O Quadro 8 apresenta as modalidades de ensino oferecidas pela instituição, refletindo seu compromisso com a formação acadêmica de qualidade e a integração de conhecimentos em diferentes níveis educacionais.

Quadro 8 - Modalidades de ensino ofertadas pelo IFSULDEMINAS

Modalidade de Ensino	Descrição
Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio	Cursos que combinam o ensino médio com formação técnica profissionalizante.
Ensino Técnico Concomitante	Cursos técnicos oferecidos para aqueles que ainda estão no ensino médio.
Ensino Técnico Subsequente	Cursos técnicos oferecidos para aqueles que já concluíram o ensino médio.
Ensino Superior	Cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento.
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Modalidade destinada a pessoas que não concluíram o ensino fundamental ou médio na idade regular.
Educação a Distância	Cursos oferecidos de forma remota, permitindo flexibilidade nos estudos.
Programas de Pós-Graduação	Cursos de especialização e mestrado nas áreas específicas.
Cursos de Extensão	Programas que complementam a formação acadêmica e profissional.
Educação Profissionalizante	Cursos rápidos e práticos voltados para a formação técnica em áreas específicas.
Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)	Cursos de curta duração que visam a capacitação profissional em áreas específicas.

Fonte: Elaborado pela autora com base no PDI 2024-2028 (IFSULDEMINAS, 2023)

[5] Pela Portaria nº 411, de 7 de maio de 2024, os *Campi* Avançado Carmo de Minas e Avançado Três Corações tiveram sua tipologia alterada para *Campus* Carmo de Minas e *Campus* Três Corações

Essa gama de modalidades educacionais permite que alunos de todos os níveis participem de projetos de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais e para a formação de profissionais qualificados e preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

As políticas de pesquisa do IFSULDEMINAS são desenhadas com o objetivo de fomentar a investigação científica e tecnológica, estimulando a produção de conhecimento relevante que atenda às demandas locais e regionais. Esse enfoque integrado entre ensino e pesquisa reforça a missão institucional de promover a inovação e o desenvolvimento socioeconômico da região.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSULDEMINAS (2023) destaca seu compromisso com a promoção da pesquisa, apoiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPPI). Este compromisso visa fortalecer a produção científica e tecnológica por meio da implementação de novos cursos de pós-graduação, qualificação de pessoal e parcerias com instituições de prestígio. A instituição apoia e financia projetos de pesquisa e inovação através de editais de bolsas e suporte financeiro, incentivando a publicação de artigos, periódicos e livros, e criando um espaço de diálogo entre a instituição e a comunidade.

O IFSULDEMINAS promove a pesquisa aplicada para resolver problemas técnico-científicos da sociedade, oferecendo bolsas de Iniciação Científica e incorporando pesquisa e inovação nos currículos dos cursos. A instituição estabelece critérios para fomento interno e externo, priorizando projetos que integram ensino, pesquisa e extensão, e incentivando a formação e consolidação de Grupos de Pesquisa. Além disso, busca captar recursos externos para melhorar a infraestrutura e a execução de projetos (IFSULDEMINAS, 2023).

As políticas de incentivo também incluem a comunicação e divulgação científica, promovendo a publicação de artigos e livros e a organização de eventos. A pós-graduação é destacada com a criação de novos cursos *stricto sensu*, visando à integração dos docentes e à melhoria dos cursos já existentes (IFSULDEMINAS, 2023).

A inovação é coordenada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), focado na proteção da propriedade intelectual e na promoção da transferência de tecnologias. Parcerias com empresas e instituições são estabelecidas para melhorar a qualidade da pesquisa e gerar inovação tecnológica. A criação do Polo EMBRAPII - Agroindústria do Café exemplifica a integração público-privada que beneficia a região

do Sul de Minas. A instituição também promove Empresas Juniores e Incubadoras de Empresas Mistas para conectar estudantes ao mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região (IFSULDEMINAS, 2023).

Os grupos de pesquisa, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificados pela PPPI, consolidam a pesquisa na instituição. Eles integram pesquisadores e otimizam os recursos destinados à pesquisa, alinhando-se à política institucional do PDI (IFSULDEMINAS, 2023).

Assim como a política de pesquisa, a política de extensão do IFSULDEMINAS visa integrar o conhecimento acadêmico com a comunidade, promovendo a troca de saberes e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região. A extensão universitária é vista como um meio para a aplicação prática das pesquisas realizadas, levando inovação e soluções tecnológicas às comunidades locais e fortalecendo o vínculo entre a instituição e a sociedade.

O PDI do IFSULDEMINAS (2023), também manifesta que políticas de extensão seguem preceitos legais. No IFSULDEMINAS, a Extensão visa fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados através do mapeamento de potenciais socioeconômicos e culturais.

As ações de extensão, conforme a Resolução CONSUP n° 92/2019, têm como objetivos integrar ensino, pesquisa e inovação às necessidades da sociedade, democratizar o conhecimento acadêmico, desenvolver consciência social e política nos estudantes, participar ativamente do desenvolvimento regional e contribuir para reformulações curriculares e sistematização do conhecimento produzido.

A Extensão na Educação Superior Brasileira é uma atividade interdisciplinar que se integra à matriz curricular e à pesquisa, promovendo interação entre instituições de ensino superior e a sociedade, aplicando conhecimento em articulação contínua com ensino e pesquisa, seguindo os preceitos da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

6.1.2 Diretrizes da Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS

No âmbito dos Institutos Federais, como o IFSULDEMINAS, a Lei 11.892/2008 e o Regimento Interno destacam a extensão como componente fundamental. Essa ênfase é respaldada pela Resolução CONSUP nº 91/2019, Quadro

8, que estabelece diretrizes claras para a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos oferecidos pelo IFSULDEMINAS.

Consequentemente, todas as graduações do IFSULDEMINAS, presenciais ou a distância, deveriam incluir atividades de extensão, correspondendo a pelo menos 10% da carga horária total do curso. Essas atividades são integradas à matriz e ao histórico curricular dos estudantes, abrangendo diversas modalidades como programas, projetos, capacitações, eventos e prestação de serviços.

A distribuição das atividades de extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) pode ocorrer como componentes curriculares específicos ou integrados a disciplinas não específicas de extensão, sempre garantindo o mínimo de 10% da carga horária total do curso.

Quadro 9 - Principais pontos da Resolução CONSUP nº 91/2019

Aspecto	Descrição
Instituição e Objetivos	- Inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSULDEMINAS.
	- Conformidade com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão prevista na Constituição de 1988 e no Plano Nacional de Educação.
	- Meta de destinar no mínimo 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação a programas e projetos de extensão universitária.
Obrigatoriedade e Aplicabilidade	- Atividades de extensão obrigatórias para cursos de graduação presenciais e a distância.
	- PPCs devem garantir no mínimo 10% da carga horária total dos cursos de graduação para atividades de extensão.
Definição e Características das Atividades	- Extensão como processo educativo interdisciplinar que articula ensino e pesquisa, promovendo a transformação entre instituições e sociedade.
	- Foco na identificação de demandas e construção de soluções para fortalecer arranjos produtivos, sociais e culturais locais.
Modalidades de Atividades de Extensão	- **Programas**: Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão.
	- **Projetos**: Ações educativas, sociais, culturais, científicas ou tecnológicas com objetivos específicos.
	- **Capacitações (Cursos e oficinas)**: Ações pedagógicas teórico-práticas.
	- **Eventos**: Apresentações públicas de conhecimento ou produtos culturais, científicos e tecnológicos.
	- **Prestação de serviços**: Trabalhos oferecidos ou solicitados por terceiros, como consultorias e assessorias.
Implementação e Validação	- Integração das atividades de extensão nas matrizes curriculares, distribuídas em componentes curriculares não específicos ou como componentes específicos.
	- Validação mediante apresentação de certificados de participação, respeitando regras específicas.
Prazo e Revisão	- Implementação a partir do primeiro semestre de 2020.
	- Revisão dos PPCs a partir de 2022.

Fonte: (IFSULDEMINAS, 2019).

O Quadro 9 resume a Resolução CONSUP nº 091/2019 do IFSULDEMINAS, que estabelece diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos de

graduação. A resolução visa a inclusão obrigatória de atividades de extensão, que devem representar no mínimo 10% dos créditos curriculares, e descreve suas definições, características e modalidades.

Destaca-se a importância de integrar ensino, pesquisa e extensão, priorizando a comunidade externa e fortalecendo arranjos produtivos, sociais e culturais locais. As atividades podem ser programas, projetos, capacitações, eventos ou prestação de serviços, sendo validadas por certificados de participação.

Além das formalidades legais, foram realizados eventos específicos para aprofundar o conhecimento sobre a curricularização da extensão no âmbito do IFSULDEMINAS. Esses eventos visaram promover discussões e capacitações entre os membros da comunidade acadêmica, destacando a importância da integração das atividades de extensão nos currículos dos cursos oferecidos pela instituição.

6.1.3 Integração e capacitação: eventos sobre a Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS

- **1º Seminário de Curricularização de Extensão e Pesquisa**

No dia 12/06/2019, o IFSULDEMINAS sediou o primeiro Seminário de Curricularização de Extensão e Pesquisa, realizado na Reitoria em Pouso Alegre. O evento, organizado pelas Pró-reitorias de Ensino, Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, reuniu 77 representantes de diversos *campi* da instituição, além de 13 servidores do *Campus* Passos que acompanharam via transmissão ao vivo (Ascom/Reitoria IFSULDEMINAS, 2019).

O seminário teve como objetivo discutir a reformulação das grades curriculares dos cursos superiores do instituto, em conformidade com a Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação, que estipula a reserva mínima de 10% dos créditos para atividades de extensão e/ou pesquisa. Três palestrantes foram convidados para abordar as diretrizes governamentais e compartilhar experiências de curricularização em outras instituições de ensino (IFSULDEMINAS, 2019).

O seminário também foi transmitido ao vivo pelo canal TV IFSULDEMINAS no YouTube, e pode ser acessado através do link: https://www.youtube.com/live/c9W1Eg7VwHo?si=B2je8QJ3BxlsbJp6).

Figura 4 - Fotos do 1º Seminário de Curricularização de Extensão e Pesquisa

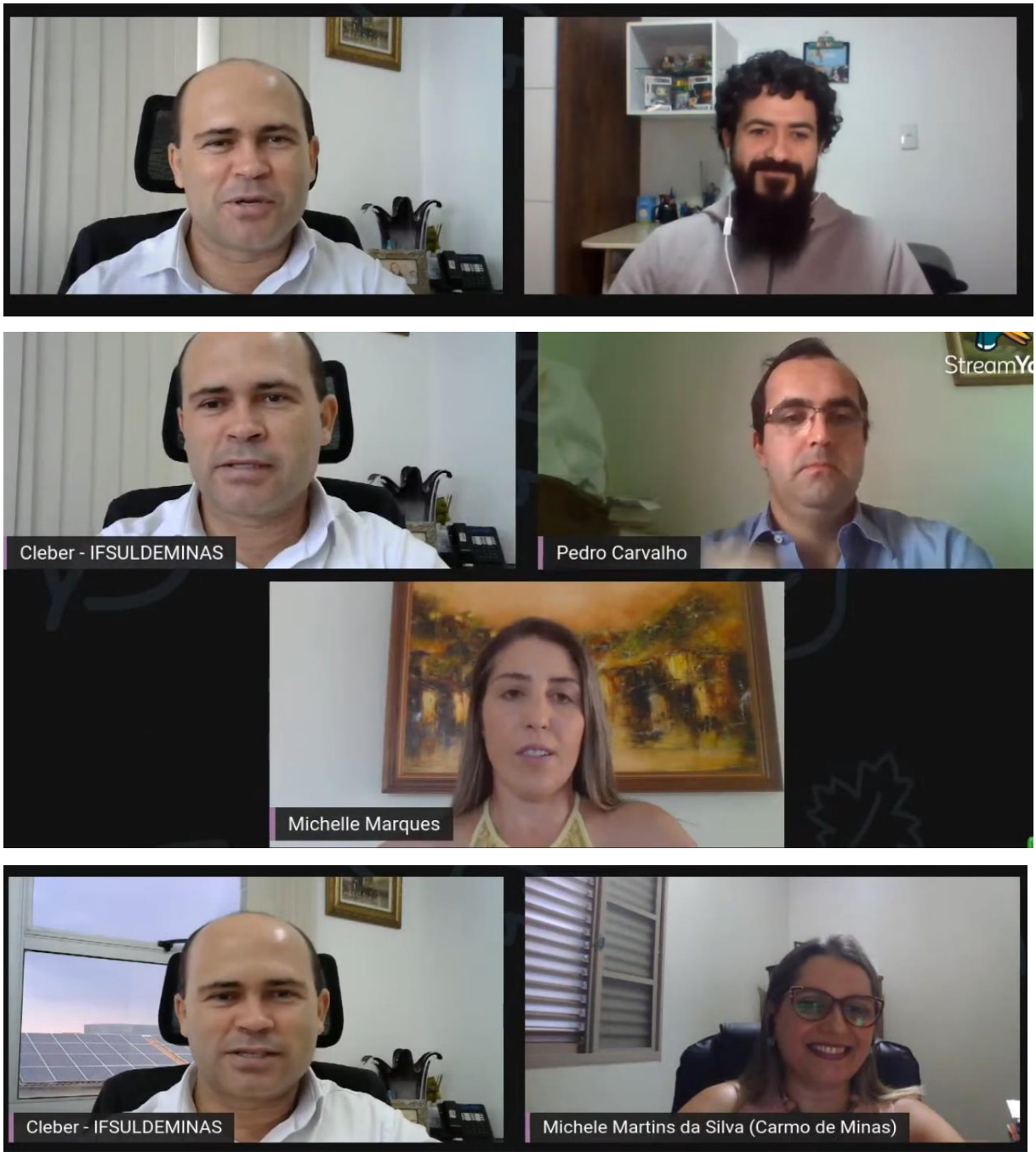
Fonte: IFSULDEMINAS. (2019). Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/ultimas-noticias-ifsuldeminas/115-teste-noticias-gerais/2883-curricularizacao-na-extensao.

- **Diálogo: Extensão e curricularização no IFSULDEMINAS**

O evento "Diálogo: Extensão e Curricularização no IFSULDEMINAS", transmitido pelo YouTube em 16 de setembro de 2021, abordou a integração da extensão nos cursos da instituição. Contando com a participação dos palestrantes Tomé de Pádua Frutuoso, Pedro Carvalho, Michelle Marques e Michele Martins Silva Ribeiro, o debate enfatizou a importância de incorporar tecnologia e práticas sustentáveis ao currículo.

Os palestrantes destacaram a necessidade de uma conduta estruturada para a implementação de projetos e o engajamento da comunidade. Discutiram o papel dos professores como facilitadores desse processo, os desafios relacionados à formalização dos projetos e a importância de uma metodologia que contemple tanto componentes teóricos quanto práticos. A conversa também ressaltou a colaboração interdisciplinar, o impacto positivo dos projetos na comunidade e a importância de um equilíbrio adequado para garantir o sucesso das iniciativas educacionais. A gravação do evento está disponível em: https://www.youtube.com/live/miVTjXW7KhM?si=K6T30qY-c4LuK1wI.

Figura 5 – Fotos da tela: reprodução do evento Diálogo: Extensão e curricularização no IFSULDEMINAS



Fonte: IFSULDEMINAS. Diálogo: Extensão e Curricularização no IFSULDEMINAS. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/live/miVTjXW7KhM?si=K6T30qY-c4LuK1wI.

- **I Encontro da Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS**

O "I Encontro da Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS", realizado em 13 e 14 de junho de 2023, teve como objetivo discutir e compartilhar experiências sobre a inserção da extensão nos cursos de graduação. Esse processo começou com a publicação da Resolução 091/2019 e incluiu diversas ações, como um questionário

para docentes, o evento virtual "Diálogo: Extensão e Curricularização no IFSULDEMINAS", palestras e rodas de conversa em 2022.

A curricularização da extensão segue o Plano Nacional de Educação (PNE), que exige que 10% da carga horária dos cursos de graduação sejam dedicados a atividades de extensão, visando impacto e transformação na formação dos estudantes. A transmissão do encontro, com as palestrantes Marleide Coan Cardoso e Michele Guizzo, mediado por Michele Martins Silva Ribeiro, está disponível no link: https://www.youtube.com/live/cdfFlIPqM7Q?si=EFAOHbUTOOX0Dt9s.

Figura 6 - Foto da tela reprodução do evento: I Encontro da Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS

Fonte: FSULDEMINAS. I Encontro da Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/live/cdfFlIPqM7Q?si=EFAOHbUTOOX0Dt9s.

6.2 Um breve recorte sobre o percurso do *Campus* Carmo de Minas

6.2.1 O *Campus* Carmo de Minas

Até 2010, o IFSULDEMINAS possuía seus *campi* situados à margem esquerda da Rodovia Fernão Dias (BR-381). Essa situação gerava preocupação para a Reitoria, uma vez que a missão do IFSULDEMINAS estabelece que sua atuação deve contemplar toda a região sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS, 2024)

O *Campus* Carmo de Minas foi oficialmente anunciado em 13 de dezembro de 2013 e criado em junho de 2014 pela Portaria nº 505, de 10/06/2014. O projeto inicial previa a instalação em um antigo prédio da União, que abrigou a Fundação

Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) na década de 1970. O imóvel possui uma área de aproximadamente 10,5 hectares (IFSULDEMINAS, 2024)

As aulas tiveram início em março de 2014, com o Curso Técnico em Administração na modalidade Subsequente. A primeira turma de 30 discentes frequentou as aulas na sede do Departamento Municipal de Educação de Carmo de Minas até a mudança para a sede oficial do *campus*, em dezembro de 2015. Em 2014, iniciou-se também o Curso Técnico em Alimentos Subsequente. Em 2016, foi criado o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (IFSULDEMINAS, 2024).

Em 2020, foi inaugurado o primeiro curso superior no *Campus* Carmo de Minas: o Bacharelado em Administração. Além disso, o *campus* destaca-se pela forte atuação na modalidade de Educação a Distância (EaD), com polos em diversas cidades de Minas Gerais.

Através da Portaria nº 411, de 7 de maio de 2024, os *Campi* Avançados de Carmo de Minas e Três Corações tiveram sua tipologia alterada, passando a ser denominados, respectivamente, *Campus* Carmo de Minas e *Campus* Três Corações.

6.2.2 O Político Pedagógico do Bacharelado em Administração (único curso superior ofertado pelo *Campus* Carmo de Minas)

A elaboração do PPC deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e outras regulamentações pertinentes, sejam elas gerais ou institucionais. O cumprimento assegura a conformidade do curso com as normas legais e regulamentares vigentes.

O Quadro 10 apresenta alguns exemplos de legislações gerais, enquanto o Quadro 11 mostra algumas legislações específicas do IFSULDEMINAS.

Quadro 10 - Exemplos de Legislações Gerais

Legislação	Definição
Lei nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	Define as competências das instituições de ensino superior, a organização dos cursos, e as exigências para a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores.
Lei nº 10.861/2004 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	O SINAES é o sistema que avalia a qualidade dos cursos e instituições de educação superior no Brasil. A avaliação é realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), da Avaliação de Cursos de Graduação e da Avaliação Institucional.
Lei nº 13.005/2014 Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024	O PNE inclui diversas metas para a educação superior, entre as quais está a ampliação das atividades de extensão universitária,

	promovendo a integração dessas atividades nos currículos de graduação.
Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Administração. As DCNs definem a estrutura curricular básica, a carga horária mínima, os conteúdos obrigatórios e as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver durante o curso.
Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018	Esta resolução estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e dispõe sobre a inserção de, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão, a serem incluídas na matriz curricular. Essas atividades devem ser vinculadas aos programas e projetos de extensão, e devem abordar áreas temáticas relacionadas às políticas públicas e às demandas sociais.
Parecer CNE/CES nº 67, de 06 de fevereiro de 2018	Complementa a Resolução CNE/CES nº 7/2018, fornecendo orientações adicionais sobre a implementação da curricularização da extensão, esclarecendo dúvidas e detalhando procedimentos para que as IES possam cumprir as novas exigências.
Parecer CNE/CES nº 134, de 04 de junho de 2003	Apresenta diretrizes específicas para os cursos de Administração.
Portaria MEC nº 1.350, de 24 de dezembro de 2018	Estabelece normas para a operacionalização da curricularização da extensão, incluindo prazos e procedimentos para a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos às novas diretrizes de integração da extensão na formação dos alunos.
Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024 Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia	Embora este catálogo seja mais específico para cursos tecnológicos, ele também estabelece padrões para cursos superiores em diversas áreas, incluindo a Administração.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) - Lei nº 10.861/2004, Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 - Lei nº 13.005/2014, Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005, Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Parecer CNE/CES nº 134/2003, Parecer CNE/CES nº 67/2018, Portaria MEC nº 1.350, de 24 de dezembro de 2018, e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Quadro 11 - Regulamentações específicas do IFSULDEMINAS

Legislação	**Definição**
Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS nº 309, de 21 de dezembro de 2022	Dispõe sobre os procedimentos para criação de cursos e alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) no âmbito do IFSULDEMINAS.
Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS nº 75, de 17 de abril de 2020	Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS
Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS nº 91, de 18 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos do IFSULDEMINAS.
Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS nº 92, de 18 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a aprovação dos Fundamentos, Princípios e Diretrizes para as Atividades de Extensão no IFSULDEMINAS.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS nº 309/2022, Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS nº 75/2020, Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS nº 91/2019 e Resolução CONSUP/IFSULDEMINAS nº 92/2019.

Os quadros apresentados oferecem um panorama das legislações tanto em âmbito nacional quanto específico do IFSULDEMINAS. O Quadro 10 detalha as principais leis e resoluções que regem a educação superior no Brasil, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e o Plano Nacional de Educação (PNE), entre outras. Essas legislações estabelecem as bases para a organização dos cursos, as competências necessárias, e a integração das atividades de extensão nos currículos de graduação.

Por outro lado, o Quadro 11 foca nas regulamentações específicas do IFSULDEMINAS, como as resoluções do Conselho Superior (CONSUP) que definem os procedimentos para a criação e alteração dos PPCs, além de diretrizes para a inclusão de atividades de extensão nos currículos. Essas regulamentações asseguram que os cursos da instituição estejam alinhados às normas acadêmicas e às necessidades de formação integral dos alunos.

O PPC deve ser revisado periodicamente para assegurar sua relevância e eficácia. Esse processo deve envolver a participação de todos os *stakeholders*, incluindo professores, alunos, gestores e representantes da sociedade. A revisão contínua permite a atualização das práticas pedagógicas e a incorporação de novas tecnologias e metodologias, mantendo o curso alinhado às evoluções do mercado de trabalho e às demandas sociais.

O PPC é um documento vivo, que deve evoluir junto com as demandas educacionais, sociais e do mercado de trabalho. Sua elaboração e revisão contínua são fundamentais para assegurar uma formação de qualidade, alinhada às necessidades dos alunos e da sociedade. Ao garantir que o PPC seja um reflexo fiel da missão e dos objetivos da instituição, bem como das expectativas do mercado, promove-se uma educação que é ao mesmo tempo relevante e transformadora.

O curso de Bacharelado em Administração do IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas possui três projetos pedagógicos em vigor, todos regulamentados por resoluções específicas, como observado no Quadro 12.

Quadro 12 - PPCs em vigor - Bacharelado em Administração

Resoluções	**Data de aprovação**	**Link para acesso** (para abrir o documento, pressione Ctrl e clique no ícone)	**Alterações**

Resolução CONSUP nº 46/2019	29 de agosto de 2019		PPC de criação
Resolução CONSUP nº 180/2022	03 de fevereiro de 2022		Melhor distribuição da curricularização da extensão entre as disciplinas e atualização dos ementários.
Resolução CONSUP nº 01/2023	14 de abril de 2023		Atualização das referências bibliográficas nos ementários.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 13 apresenta uma análise da construção das três resoluções vigentes. Examinou-se a estrutura dos PPCs, com foco na compreensão de como o currículo está estruturado para atender os objetivos do curso, perfil do egresso, matriz curricular, metodologia de ensino, avaliação do processo de ensino-aprendizagem, corpo docente, infraestrutura, curricularização da extensão, integração com a pesquisa, políticas de inclusão e diversidade, regulamentação e conformidade, além do alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Quadro 13 - Análise dos PPCs vigentes

Ponto de Análise	**Conceitos esperados no PPC**	**Resolução CONSUP nº 46/2019**	**Resolução CONSUP nº 180/2022**	**Resolução CONSUP nº 01/2023**
Objetivos do Curso	Definir claramente o propósito do curso, incluindo a formação integral do profissional e desenvolvimento de habilidades.	Bem definidos, foco na formação integral do profissional, na atuação em cenários locais e globais e no desenvolvimento de habilidades de comunicação nacional e internacional.	Inalterado.	Inalterado.
Perfil do Egresso	Descrever competências técnicas e habilidades necessárias, alinhadas às demandas do mercado atual.	Descrição de competências técnicas e habilidades críticas para o mercado. Adequação às demandas atuais, tais como consultorias e tecnologias aplicadas.	Inalterado.	Inalterado.
Matriz Curricular e ementário	Estrutura das disciplinas, obrigatórias e optativas, com conteúdo atualizado e relevante para a área.	Matriz curricular detalhada, com disciplinas obrigatórias e optativas bem estruturadas. Conteúdos	Ajustes nas disciplinas para atualização de acordo com as necessidades do mercado e adequação	Atualização das referências bibliográficas nos ementários.

		curriculares atualizados e relevantes para a área de Administração. Especificação das disciplinas com carga horária teórica, prática e destinada à curricularização da extensão.	para a curricularização da extensão	
Metodologia de Ensino	Uso de metodologias ativas e centradas no aluno, promovendo interdisciplinaridade e integração de diversas áreas.	Evidencia o uso de metodologias ativas e centradas no aluno. Integração de diversas áreas do conhecimento no currículo.	Inalterado.	Inalterado.
Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem	Critérios claros e métodos diversificados de avaliação, com mecanismos de *feedback* contínuo.	Critérios claros e métodos diversificados de avaliação. Mecanismos para *feedback* contínuo e aprimoramento dos processos.	Inalterado.	Inalterado.
Corpo Docente	Alta qualificação, experiência relevante e número adequado de docentes para atender às necessidades do curso.	Alta qualificação do corpo docente com títulos e experiência relevantes. Número adequado de docentes para atender às necessidades do curso.	Inalterado.	Inalterado.
Infraestrutura	Instalações físicas adequadas, incluindo bibliotecas, laboratórios e serviços de apoio ao estudante.	Instalações físicas adequadas, incluindo bibliotecas e laboratórios. Serviços de orientação acadêmica e apoio ao estudante disponíveis	Inalterado.	Inalterado.
Curricularização da Extensão	Integração de atividades de extensão no currículo, beneficiando a formação do estudante e registro dessas atividades.	Atividades de extensão integradas ao currículo, beneficiando a formação do estudante. Métodos claros para planejamento e avaliação das atividades de extensão. Boa integração das atividades de extensão com ensino e pesquisa.	Readequação na distribuição da carga horária da curricularização da extensão nas disciplinas. Melhorias na documentação das atividades de extensão.	Inalterado.

		Registro adequado das atividades de extensão no histórico dos alunos		
Integração com a Pesquisa	Incentivo à iniciação científica e promoção de projetos de pesquisa interdisciplinares.	Incentivo à iniciação científica desde os primeiros semestres. Promoção de projetos de pesquisa interdisciplinares.	Inalterado.	Inalterado.
Políticas de Inclusão e Diversidade	Implementação e melhoria contínua de políticas de acessibilidade e promoção da diversidade e inclusão.	Políticas de acessibilidade implementadas e em constante melhoria. Promoção da diversidade e inclusão no ambiente acadêmico.	Inalterado.	Inalterado.
Regulamentação e Conformidade	Conformidade com diretrizes do MEC e procedimentos administrativos claros e transparentes.	Curso em conformidade com as diretrizes do MEC. Procedimentos administrativos claros e transparentes.	Inalterado.	Inalterado.
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Alinhamento com os objetivos e metas do PDI.	Curso alinhado com os objetivos e metas do PDI.	Inalterado.	Inalterado.

Fonte: Elaborado pela autora.

A curricularização da extensão no PPC do Bacharelado em Administração do *Campus* Carmo de Minas representa uma importante inovação no modelo educacional da instituição, visando integrar o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável. Como relatado por Gadotti (1994, p. 579), “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se”.

Os objetivos educacionais e sociais incluem a promoção da socialização dos alunos e o fortalecimento da empregabilidade, enquanto as atividades de extensão são distribuídas ao longo do curso, com uma carga horária mínima de 10% do total curricular. As metodologias adotadas englobam o planejamento, execução e avaliação de projetos, sempre buscando a interação com a comunidade externa através de eventos e projetos de pesquisa, como pode ser visto no Quadro 13.

Exemplos práticos de atividades de extensão incluem participação em feiras tecnológicas e projetos de pesquisa, alinhados às diretrizes institucionais e nacionais.

Contudo, a implementação enfrenta desafios como a sistematização e documentação das atividades, apontando para a necessidade de maior integração e reconhecimento futuro.

6.2.3 Diretrizes da Curricularização da Extensão no *Campus* Carmo de Minas

Além das informações inseridas no PPC do Bacharelado em Administração, na legislação federal aplicável e na legislação específica do IFSULDEMINAS, não há uma regulamentação particular para o *Campus* Carmo de Minas. A ausência dessas diretrizes pode gerar alguns desafios e implicações:

- a ausência de diretrizes específicas pode comprometer a implementação e o acompanhamento eficaz das políticas institucionais e dos programas acadêmicos. Diretrizes gerais podem não contemplar todas as particularidades e necessidades locais do *campus*, resultando em uma aplicação menos eficiente das políticas e na dificuldade de alinhar atividades e projetos às expectativas e demandas da comunidade local.
- a ausência de regulamentação pode afetar o reconhecimento e a credibilidade do *campus* junto à comunidade acadêmica e à sociedade.
- a administração e a gestão do *campus* podem enfrentar desafios adicionais na tomada de decisões e na coordenação de atividades, devido à ausência de uma base normativa clara que oriente essas ações.
- sem normas específicas, pode ser difícil evidenciar adequadamente as necessidades e a importância da curricularização da extensão para o *campus*, o que pode levar a uma não alocação de recursos para essas ações.

6.2.4 Percepção sobre a implementação das ações de Curricularização da Extensão no *Campus* Carmo de Minas à luz dos princípios estruturantes da Resolução nº 7/2018

A curricularização da extensão, conforme estabelecida pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, consolidou-se como uma prática para promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino superior. Este tópico visa analisar a implementação das ações de curricularização da extensão no

Campus Carmo de Minas, levando em consideração os princípios estruturantes dessa resolução.

Exploram-se as percepções dos diferentes atores envolvidos — coordenadores, professores, alunos e egressos — quanto à eficácia, aos desafios e ao impacto das atividades de extensão no currículo acadêmico. Inicialmente, será realizada uma comparação entre as percepções dos distintos grupos, destacando as semelhanças e divergências na compreensão e aceitação da curricularização. Em seguida, a análise buscará identificar tendências e padrões emergentes nas respostas, proporcionando uma visão sobre a implementação dessa política nas instituições de ensino superior.

Além disso, serão investigadas as correlações entre os dados coletados e o cumprimento dos princípios estabelecidos na Resolução nº 7, com o objetivo de avaliar o grau de aderência das práticas extensionistas às diretrizes normativas. Por fim, será conduzida uma discussão crítica sobre os desafios enfrentados no processo de implantação e as estratégias relatadas pelos participantes para superá-los, indicando possíveis caminhos para a melhoria contínua da curricularização da extensão no ensino superior.

O questionário aplicado a esses grupos foi dividido em várias seções, alinhadas aos princípios estruturantes da Resolução nº 7/2018, de modo a avaliar diferentes aspectos da curricularização da extensão. Para facilitar a compreensão e análise dos dados, as representações gráficas foram organizadas conforme cada uma dessas seções.

6.2.4.1 Percepção dos coordenadores

No período de realização da pesquisa, no semestre de 2024-2, o curso de Bacharelado em Administração passou por uma mudança na coordenação, o que resultou na atuação de dois coordenadores durante o período em questão. Ambos foram convidados a participar da pesquisa, e, com isso, obteve-se uma taxa de resposta de 100%, uma vez que ambos os coordenadores responderam ao questionário.

Com o objetivo de analisar as percepções dos coordenadores sobre a curricularização da extensão no curso de Bacharelado em Administração, foi realizada uma análise quantitativa das respostas obtidas por meio do questionário. A seguir, na

Tabela 2, apresenta-se um resumo estatístico das respostas, que reflete as opiniões e os comentários dos coordenadores sobre os desafios e impactos da integração das atividades extensionistas ao currículo acadêmico, permitindo identificar padrões de opinião, bem como pontos de concordância e divergência entre os principais participantes da pesquisa.

Tabela 2 - Resumo estatístico das respostas: percepções sobre a Curricularização da Extensão (Coordenação)[6]

Seção	Questões	Média (M_e)	Mediana (M_d)	Moda[7] (M_o)	Desvio-Padrão (σ)	Frequência (f)
Seção I – De âmbito geral	**Q5**	1,5	1,5	Não calculada	0,7	30%
	Q6	2,5	2,5	Não calculada	0,7	50%
	Q7	3,0	3,0	Não calculada	1,4	60%
	Q8	3,0	3,0	Não calculada	1,4	60%
	Q9	4,5	4,5	Não calculada	0,7	90%
	Q10	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	Q11	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	Q12	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	Q13	3,0	3,0	3,0	0,0	60%
	Q14	2,5	2,5	Não calculada	0,7	50%
	Q15	2,5	2,5	Não calculada	0,7	50%
	Q16	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	Q17	4,5	4,5	Não calculada	0,7	90%
	Q18	2,5	2,5	Não calculada	0,7	50%
	Q19	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	GERAL	**3,2**	**3,2**	**Não calculada**	**0,7**	**64%**
Seção II - Art. 5º - Inciso I – "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por	**Q21**	3,0	3,0	Não calculada	1,4	60%
	Q22	4,0	4,0	4,0	0,0	80%

[6] Interpretação dos indicadores estatísticos: Média (Me): representa o valor médio de um conjunto de dados, obtido pela soma de todos os valores dividida pelo total de observações. Na análise, indica a tendência central das respostas. Mediana (Md): é o valor que divide o conjunto de dados em duas partes iguais, com metade dos valores abaixo e metade acima. É útil para compreender a posição central sem influência de valores extremos. Moda (Mo): é o valor que ocorre com maior frequência no conjunto de dados. Na análise, evidencia a resposta mais recorrente entre os participantes. Desvio-Padrão (σ): mede a dispersão ou variabilidade dos dados em relação à média. Valores baixos indicam maior consistência entre as respostas, enquanto valores altos mostram maior variação. Frequência (f): representa a proporção ou percentual de ocorrência de determinado valor ou categoria. Na análise, permite identificar a distribuição e concentração das respostas, mostra o quanto aquela questão se aproxima do valor máximo (5), transformando a média em uma proporção.

[7] O cálculo da moda foi realizado com base nas respostas fornecidas pelos dois respondentes. No entanto, quando as respostas foram distintas, o cálculo da moda não foi possível, pois ela é definida com o valor que ocorre com maior frequência no conjunto de dados. Com apenas duas respostas diferentes, não há reprodução de valores, impossibilitando a identificação de uma moda.

meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social"	**Q23**	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	GERAL	**3,5**	**3,5**	**Não calculada**	**0,7**	**70%**
Seção III - Art. 5º - Inciso II – "a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular"	**Q24**	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	Q25	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	Q26	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	GERAL	**3,8**	**3,8**	**Não calculada**	**0,2**	**77%**
Seção IV - Art. 5º - Inciso III – "a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais"	**Q27**	2,5	2,5	Não calculada	0,7	50%
	Q28	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	GERAL	**3,3**	**3,3**	**4,0**	**0,4**	**65%**
Seção V - Art. 5º - Inciso IV – "a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico."	**Q29**	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	Q30	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	GERAL	**3,8**	**3,8**	**Não calculada**	**0,4**	**75%**
Seção VI - Art. 6º - Inciso I – "a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável".	**Q31**	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	GERAL	**4,0**	**4,0**	**4,0**	**0,0**	**80%**
Seção VII - Art. 6º -: Inciso II – "o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade".	**Q32**	3,0	3,0	Não calculada	1,4	60%
	Q33	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	GERAL	**3,3**	**3,3**	**Não calculada**	**1,1**	**65%**
Seção VIII - Art. 6º - Inciso III – "a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena".	**Q34**	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	Q35	3,0	3,0	Não calculada	1,4	60%
	GERAL	**3,5**	**3,5**	**Não calculada**	**0,7**	**70%**
Seção IX - Art. 6º - Inciso IV – "a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa".	**Q36**	3,0	3,0	Não calculada	1,4	60%
	GERAL	**3,0**	**3,0**	**Não calculada**	**1,4**	**60%**
Seção X - Art. 6º - Inciso V – "o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural".	**Q37**	4,0	4,0	4,0	0,0	80%
	GERAL	**4,0**	**4,0**	**4,0**	**0,0**	**80%**
	Q38	4,0	4,0	4,0	0,0	80%

Seção XI - Art. 6º - Inciso VI – "o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação".	**Q39**	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	GERAL	**3,8**	**3,8**	**Não calculada**	**0,4**	**75%**
Seção XII - Art. 6º - Inciso VII – "a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira".	**Q40**	3,5	3,5	Não calculada	0,7	70%
	GERAL	**3,5**	**3,5**	**Não calculada**	**0,7**	**70%**

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados, organizada em formato quantitativo na Tabela 2, incluiu valores de média (M_e), mediana (M_d), moda (M_o), desvio-padrão (σ) e frequência (*f*), oferecendo uma visão detalhada das respostas dos participantes. Utilizou-se esses indicadores para compreender a consistência, variação e padrões nas percepções dos coordenadores sobre a curricularização da extensão no Bacharelado em Administração.

Na Seção I, que aborda informações gerais, a questão Q5, que investigou os desafios do processo de integração das atividades de extensão ao currículo, obteve uma média (M_e) de 1,5, destacando que o processo foi considerado "muito desafiador". O desvio-padrão baixo (σ = 0,7) revela baixa dispersão, indicando concordância entre os participantes. Além disso, a frequência (*f* = 30%) indica uma percepção predominantemente negativa dos participantes em relação a um processo considerado desafiador.

Já a questão Q6, sobre a eficácia da comunicação e do alinhamento de objetivos entre os setores envolvidos, obteve uma média (M_e) de 2,5, refletindo uma percepção negativa a moderada, com desvio-padrão (σ = 0,7) que também sugere uma baixa dispersão entre os participantes. A frequência (*f* = 50%) indica intensidade moderada, revelando que, embora predomine avaliação negativa, parte dos respondentes apresentou respostas intermediárias.

O nível de envolvimento e entusiasmo dos docentes (Q7) teve uma média (M_e) de 3,00, caracterizando uma percepção "neutra". O desvio-padrão de 1,4 reflete alta dispersão e divergência de opiniões, e a frequência (*f* = 60%) mostra que a percepção predominante é intermediária, com respostas distribuídas entre moderadas e levemente negativas.

A questão Q8, sobre a eficácia das estratégias de avaliação das atividades de extensão, obteve uma média (M_e) de 3,0, com um desvio-padrão de 1,4, refletindo

também variabilidade nas respostas. A frequência (*f* = 60%) indica, como a questão anterior, uma percepção predominante é intermediária, com respostas distribuídas entre moderadas e levemente negativas.

A questão Q9, que tratou da importância da curricularização para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, obteve uma alta média (M_e) de 4,5, gerando um consenso favorável à sua relevância. O desvio-padrão baixo (σ = 0,71) reforça esse consenso, e a frequência (*f* = 90%) indica avaliação positiva.

As questões 10 e 12, que investigaram a percepção dos docentes sobre a comunicação e o suporte administrativo no processo de implantação da curricularização da extensão, apresentaram médias e medianas de 3,5, indicando avaliação moderada. O desvio-padrão de 0,7 evidenciou baixa dispersão, enquanto a frequência de 70% apontou uma percepção predominantemente positiva, embora moderada.

Na Questão 11, sobre a percepção do engajamento dos docentes no processo, a média e mediana de 4,0 e o desvio-padrão de 0,0 evidenciam concordância total, com frequência de 80%, confirmando percepção positiva.

A Questão 13, que examinou a percepção da eficácia das atividades de extensão atualmente oferecidas no curso. apresentou média e mediana de 3,0 e desvio-padrão de 0,0, indicando percepção neutra e concordância entre os respondentes.

Por outro lado, a questão Q14, sobre o interesse dos estudantes em participar das atividades de extensão, teve uma média (M_e) de 2,5 e desvio-padrão de 0,7, refletindo uma percepção de "pouco interesse". A frequência (*f* = 50%) sugere que a visão sobre o desinteresse estudantil foi dividida entre os participantes, evidenciando uma percepção intermediária quanto ao engajamento dos alunos nas atividades propostas.

Já a questão Q15, sobre a disponibilidade de recursos para apoiar as atividades de extensão, apresentou uma média (M_e) de 2,5 e desvio-padrão de 0,7, indicando "pouca disponibilidade". A frequência (*f* = 50%) revela percepção dividida ou intermediária entre os participantes.

A Questão 16, que traz a percepção sobre o progresso da implementação da curricularização da extensão, apresentou média de 3,5 e mediana de 3,5, com desvio-padrão de 0,7, indicando concordância moderada e frequência de 70%, sugerindo avaliação positiva pela maioria, embora moderada.

A avaliação do impacto da curricularização na aprovação do curso (Q17) obteve uma média (M_e) de 4,5 e desvio-padrão de 0,7, demonstrando uma visão positiva sobre a contribuição da curricularização para a imagem institucional e a formação acadêmica. A frequência (*f* = 90%) demonstra percepção positiva.

A capacitação oferecida aos docentes (Q18) foi considerada insuficiente, com média (M_e) de 2,5 e desvio-padrão de 0,7. A frequência (*f* = 50%) revela uma percepção dividida ou intermediária entre os participantes, considerando essa área uma lacuna crítica.

Por fim, a questão Q19, que avaliou a capacidade da curricularização em preparar os estudantes para os desafios da sociedade atual, obteve uma média (M_e) de 4,0 e desvio-padrão nulo ($\sigma = 0,0$), estabelecendo um consenso absoluto entre os participantes. A frequência (*f* = 80%) reflete uma unanimidade, o que reforça que todos os participantes concordaram com a importância da curricularização para a formação cidadã e a integração teórico-prática, alinhando-se com os objetivos da Resolução nº 7.

Em geral, os dados da Seção I, revelam uma percepção majoritariamente neutra a positiva sobre a curricularização da extensão, destacando sua importância para o desenvolvimento acadêmico e a formação cidadã. No entanto, alguns desafios, como a ineficiência na comunicação institucional (Q6), o desinteresse estudantil (Q14) e a insuficiência de capacitação docente (Q18), precisam ser envolvidos para melhorar a implementação e o impacto das atividades de extensão.

O Quadro 13 nos traz a questão 20 do questionário, essa visa investigar as percepções dos coordenadores sobre os principais obstáculos encontrados na implementação da curricularização da extensão no curso de Bacharelado em Administração. Trata-se de uma questão aberta, que busca compreender, de forma ampla e qualitativa, os desafios enfrentados pelos coordenadores ao integrar as atividades extensionistas ao currículo, considerando não apenas as barreiras operacionais, mas também as limitações estruturais e institucionais.

Quadro 14 - Análise qualitativa das respostas da Questão 20

Etapa do Processo	Descrição
1. Transcrição das respostas	As respostas foram transcritas na íntegra, preservando o contexto original e encontram-se no Anexo III.
2. Leitura preliminar	Durante a leitura preliminar, identificaram-se temas recorrentes como **dificuldades no engajamento**, **falta de recursos e apoio**, e **falta de clareza nas diretrizes**.
3. Codificação inicial	Unidades de significado foram segmentadas e codificadas:

	• Engajamento: "Conseguir preparar um bom trabalho com engajamento de todos" • Falta de recursos e apoio: "Falta de fomento", "falta de uma explicação coerente sobre quais atividades extensionistas podem ser realizadas" • Falta de motivação e entendimento: "Falta de motivação e entendimento pelos docentes e discentes"
4. Desenvolvimento de categorias	As categorias emergentes foram: • Desafios no engajamento: reflete o envolvimento de docentes e discentes, com foco na motivação e compreensão. • Falta de recursos e suporte: refere-se à escassez de recursos materiais e financeiros e à falta de apoio claro para a implementação das atividades. • Comunicação e clareza nas diretrizes: refere-se à falta de explicação clara sobre as atividades extensionistas e os objetivos.
5. Refinamento das categorias	As categorias foram refinadas para: • Desafios no engajamento: subdividido para distinguir a percepção de docentes e discentes sobre motivação e entendimento. • Falta de recursos e suporte: detalhada para focar em questões específicas como a falta de fomento financeiro e suporte estrutural.

Fonte: Elaborado pela autora.

A codificação inicial revelou três temas recorrentes nas respostas dos coordenadores: engajamento, falta de recursos e apoio, e falta de motivação e entendimento. A codificação seguiu um processo aberto, permitindo que os dados se organizassem de maneira natural. Um exemplo que ilustra a questão do engajamento foi o depoimento de um coordenador, que destacou: "Conseguir preparar um bom trabalho com engajamento de todos", evidenciando a preocupação com a participação ativa de todos os envolvidos no processo.

A partir da codificação, foram identificadas três categorias temáticas principais, que sintetizam as percepções mais significativas dos participantes:

- Desafios no engajamento: a falta de compreensão sobre os objetivos da curricularização e a baixa motivação foram apontadas como obstáculos, refletindo resistência ou falta de preparo para a adoção dessa prática.
- Falta de recursos e suporte: esta categoria abrange a escassez de recursos adequados, tanto financeiros quanto estruturais, para viabilizar as atividades extensionistas de maneira eficaz. Os participantes expressaram preocupações com a falta de fomento e o suporte administrativo insuficiente, que prejudica a implementação das atividades propostas.
- Comunicação e clareza nas diretrizes: a última categoria refere-se à falha na comunicação e à falta de uma explicação clara sobre as atividades de extensão. O que gerou confusão sobre as metas e os procedimentos,

> sendo uma preocupação recorrente entre os coordenadores, que perceberam as diretrizes como insuficientemente claras para docentes e discentes.

Observou-se que, embora houvesse uma percepção positiva quanto à importância da extensão para o desenvolvimento acadêmico e para a reputação do curso, a implementação efetiva foi limitada por três fatores: a falta de clareza nas diretrizes, a insuficiência de recursos e a desmotivação de parte dos docentes e discentes. A análise também evidenciou que, enquanto alguns participantes estavam otimistas quanto ao impacto da curricularização, outros expressaram frustração e dificuldades em relação à sua implementação.

Na Seção II, dedicada à interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade, a questão Q21 investigou a percepção sobre a contribuição da curricularização da extensão para a troca de conhecimentos e a participação em questões complexas contemporâneas. Os resultados apontaram uma média (M_e) de 3,0, refletindo uma percepção neutra entre os entrevistados. O desvio-padrão ($\sigma = 1,4$) indicou variabilidade nas respostas, enquanto a frequência ($f = 60\%$) sugeriu uma percepção predominante intermediária, com opiniões distribuídas entre moderadas e levemente negativas.

A questão Q22, que avaliou a eficácia das atividades extensionistas em promover o contato dos estudantes com questões sociais complexas, apresentou uma média (M_e) de 4,0, indicando uma percepção predominantemente favorável. O desvio-padrão ($\sigma = 0,0$) revelou uniformidade nas respostas, a frequência de 80% reforça que a maioria dos participantes avaliou o item de forma favorável, demonstrando forte consenso.

Já a questão Q23 buscou compreender até que ponto a curricularização tem possibilitado a participação ativa da comunidade acadêmica na sociedade. Os dados apontaram uma média (M_e) de 3,5, revelando uma percepção intermediária positiva. O desvio-padrão ($\sigma = 0,71$) indicou moderada dispersão, e a frequência ($f = 70\%$) sinalizou um predomínio de percepções positivas.

De maneira geral, os resultados da Seção II mostram que, embora as percepções, sobre a troca de conhecimentos e a participação em questões contemporâneas variem, há consenso positivo sobre a eficácia das atividades em aproximar os estudantes desses temas, bem como uma avaliação moderada da participação ativa da comunidade acadêmica.

Na Seção III, que trata da formação cidadã por meio da vivência dos conhecimentos e sua integração à matriz curricular, a questão Q24 avaliou a contribuição da curricularização para essa formação, alcançando uma média (M_e) de 4,0, indicando concordância total e forte avaliação positiva. O desvio-padrão ($\sigma = 0,0$) indicou uniformidade nas respostas, reforçando consenso sobre essa contribuição. A questão Q25, que investigou a eficácia das atividades de extensão em valorizar a vivência dos conhecimentos e integrá-los à matriz curricular, também registrou uma média (M_e) de 4,0, com desvio-padrão ($\sigma = 0,0$), reafirmando consenso absoluto quanto à eficácia. As frequências de 80% reforçam o consenso entre os respondentes, demonstrando percepção favorável consolidada nesses itens.

Por outro lado, a questão Q26 avaliou o nível de integração teórico-prática promovido pela curricularização. A média (M_e) foi de 3,5, refletindo uma percepção intermediária positiva. O desvio-padrão ($\sigma = 0,7$) indicou baixa dispersão, sugerindo concordância relativa entre os participantes, e a frequência ($f = 70\%$) confirmou que a maioria percebe o item positivamente, ainda que de forma moderada.

Os dados da Seção III sugerem que a curricularização da extensão contribui positivamente para a formação cidadã e a integração à matriz curricular. Contudo, a integração teórico-prática ainda apresenta variações nas percepções.

Na Seção IV, voltada à produção de mudanças institucionais e sociais, a questão Q27 avaliou a contribuição da curricularização para mudanças nas diretrizes do curso. A média (M_e) de 2,5 revelou uma percepção desfavorável. O desvio-padrão ($\sigma = 0,7$) indicou baixa dispersão nas respostas, enquanto a frequência ($f = 50\%$) apontou uma percepção neutra nas opiniões.

Em contrapartida, a questão Q28 analisou a eficácia das atividades extensionistas na construção e aplicação de conhecimentos voltados a mudanças sociais. A média (M_e) de 4,0, com desvio-padrão ($\sigma = 0,0$), indicou uniformidade e percepção amplamente favorável. A frequência de 80%, revelou avaliação positiva.

Em síntese, os dados da Seção IV revelam discrepâncias: enquanto as mudanças nas diretrizes do curso são avaliadas de forma limitada, a contribuição para mudanças sociais é amplamente reconhecida.

Na Seção V, que aborda a articulação entre ensino, extensão e pesquisa, a questão Q29 investigou a eficácia da curricularização em promover um processo pedagógico único e interdisciplinar. A média (M_e) foi de 3,5, refletindo uma percepção

progressivamente positiva. O desvio-padrão (σ = 0,7) apontou baixa variabilidade, e a frequência (*f* = 70%) revelou tendências positivas.

A questão Q30, que avaliou a integração de aspectos políticos, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos, apresentou uma média (M_e) de 4,0, com desvio-padrão (σ = 0,0), indicando consenso altamente positivo, situação corroborada pela frequência de 80%.

Os dados da Seção V mostram que, embora haja variabilidade nas percepções sobre o caráter interdisciplinar do processo pedagógico, existe consenso quanto à integração de aspectos estruturantes no programa acadêmico.

A Seção VI, dedicada à formação integral, destaca a questão Q31, que avaliou a contribuição da curricularização para a formação de cidadãos críticos e responsáveis. Com uma média (M_e) de 4,0, desvio-padrão (σ = 0,0) e frequência de 80%, os dados indicaram consenso altamente positivo.

Na Seção VII, que aborda a integração entre teoria e prática por meio da experiência extensionista, a questão Q32, destinada a avaliar a contribuição da curricularização da extensão para uma articulação efetiva entre teoria e prática, apresentou uma média (M_e) de 3,0, indicando uma percepção neutra. O desvio-padrão (σ = 1,4) aponta moderada dispersão nas respostas e a frequência de 60%, o que revela interpretações intermediárias entre os respondentes.

A questão Q33, que analisou até que ponto as atividades de extensão estão integradas ao currículo como parte de um processo formativo único, obteve uma média (M_e) de 3,5, sinalizando uma percepção moderadamente positiva. O desvio-padrão (σ = 0,7) reflete uma baixa dispersão nas opiniões, enquanto a frequência (*f* = 70%) sugere tendência a uma visão favorável.

Em síntese, a Seção VII indica que, embora a integração entre prática, teoria e currículo apresente aspectos positivos, ainda há desafios a superar para alcançar uniformidade nas percepções sobre essa articulação.

Na Seção VIII, que trata da valorização dos saberes acadêmicos e populares, a questão Q34, que investigou a eficácia da curricularização na promoção do respeito entre esses diferentes saberes, apresentou uma média (M_e) de 4,0, evidenciando uma percepção positiva e uniforme. O desvio-padrão (σ = 0,0) reflete consenso absoluto entre os respondentes e a frequência de 80% corrobora positivamente.

Por outro lado, a questão Q35, que avaliou a prática conjunta entre saberes acadêmicos e populares no planejamento e na execução das atividades de extensão,

obteve uma média (M_e) de 3,0, com um desvio-padrão (σ = 1,4), evidenciando alta dispersão e indicando percepções variadas quanto à eficácia dessa valorização na prática. A frequência de 60% traz uma percepção geral intermediária, mas com discrepâncias relevantes entre os itens.

Os resultados da Seção VIII sugerem que, embora haja consenso sobre a importância do respeito entre os saberes, a aplicação prática ainda enfrenta divergências na percepção dos respondentes.

Na Seção IX, que aborda a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a questão Q36, que avaliou a percepção sobre a efetivação dessa tríade por meio da curricularização, apresentou uma média (M_e) de 3,0, indicando uma percepção neutra. O desvio-padrão (σ = 1,4) e frequência de 60%, evidenciam uma dispersão significativa e avaliação apenas moderada.

De forma geral, os dados da Seção IX apontam que, apesar de a indissociabilidade ser amplamente aceita em termos teóricos, sua implementação prática ainda enfrenta dificuldades para alcançar uma percepção uniforme.

Na Seção X, que discute a formação interdisciplinar, a questão Q37, destinada a avaliar a contribuição da curricularização para a interdisciplinaridade na formação acadêmica, apresentou uma média (M_e) de 4,0, indicando uma percepção altamente positiva. O desvio-padrão (σ = 0,0) e frequência de 80% refletem uniformidade e consenso positivo entre os respondentes.

Os dados da Seção X demonstram que as ações com vistas à interdisciplinaridade são aspectos fortemente percebidos como promovidos pela curricularização da extensão, com avaliações unânimes e consenso absoluto entre os participantes.

Na Seção XI, que trata da ampliação da relação dialógica com a sociedade, a questão Q38, que avaliou a percepção sobre o impacto da curricularização na ampliação do diálogo entre a instituição e a sociedade, apresentou uma média (M_e) de 4,0, indicando uma percepção positiva e uniforme. O desvio-padrão (σ = 0,0) e a frequência de 80% refletem consenso positivo entre os respondentes.

Por outro lado, a questão Q39, que analisou a eficácia das atividades extensionistas na promoção de um diálogo sustentável, apresentou uma média (M_e) de 3,5, sinalizando uma percepção moderadamente positiva. O desvio-padrão (σ = 0,7) evidencia variabilidade baixa e frequência de 70%, indicando que, embora haja avanços, ainda há espaço para aprimorar a construção de um diálogo mais robusto.

Na Seção XII, que aborda a superação das desigualdades sociais, a questão Q40, que avaliou a percepção sobre a contribuição da curricularização para a promoção da inclusão e equidade, apresentou uma média (M_e) de 3,5, indicando uma percepção moderadamente positiva. O desvio-padrão (σ = 0,7) em conjunto à frequência de 70%, sinalizaram uma avaliação positiva moderada e relativa concordância entre os participantes.

De forma geral, os dados da Seção XII sugerem que a curricularização da extensão é reconhecida como um instrumento importante para reduzir desigualdades sociais, embora ainda exista espaço para consolidar essas práticas de maneira mais ampla e uniforme entre os participantes.

De maneira geral, os resultados apontam para uma avaliação predominantemente positiva quanto à relevância e contribuição da curricularização da extensão para o desenvolvimento acadêmico, a formação cidadã e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

As percepções favoráveis são evidenciadas, por exemplo, pela unanimidade em questões relacionadas à formação integral dos estudantes e à valorização da interdisciplinaridade, conforme indicam as médias elevadas e o desvio-padrão nulo em diversas dimensões. Além disso, aspectos como a contribuição para mudanças sociais e o impacto na ampliação do diálogo entre a instituição e a sociedade foram amplamente reconhecidos pelos coordenadores.

Por outro lado, os resultados destacam desafios persistentes, como a insuficiência de recursos, a falta de capacitação docente e o desinteresse estudantil, que comprometem a implementação plena das atividades extensionistas. Limitações na comunicação institucional e na clareza das diretrizes também foram apontadas como barreiras, gerando percepções diversas sobre a eficácia do processo. Esses desafios são refletidos em questões como a integração teórico-prática e a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cujas respostas apresentaram ampla variabilidade.

Adicionalmente, a análise qualitativa das respostas abertas reforçou preocupações dos coordenadores, como a motivação de docentes e discentes, a necessidade de maior apoio administrativo e financeiro e a urgência de diretrizes mais claras e objetivas para a curricularização.

Em síntese, embora os coordenadores demonstrem consenso sobre a importância estratégica da curricularização para o fortalecimento da formação

acadêmica e cidadã, eles destacam também a necessidade de superar barreiras estruturais, institucionais e culturais que ainda dificultam sua plena integração ao currículo.

6.2.4.2 Percepção dos docentes

Durante o semestre de 2024-2 (segundo semestre), período em que a pesquisa foi realizada, o curso de Bacharelado em Administração contava com 12 (doze) docentes em atividade. Dentre eles, apenas 6 (seis) já haviam participado de atividades relacionadas à curricularização da extensão. Todos esses professores foram convidados a responder ao questionário, resultando em uma taxa de resposta de 100% (cem por cento). Esse universo de respondentes permitiu coletar percepções sobre a implementação da curricularização da extensão no curso. O resumo estatístico, Tabela 3, foca nas percepções dos docentes, considerando suas experiências e opiniões sobre essas práticas.

Tabela 3 - Resumo estatístico das respostas: percepções sobre a Curricularização da Extensão (Docentes)[8]

Seção	Questões	Média (M_e)	Mediana (M_d)	Moda (M_o)	Desvio-Padrão (σ)	Frequência (f)
Seção I – De âmbito geral	Q5	4,2	4,5	5,0	1,2	83%
	Q6	3,5	3,5	3,0	0,5	70%
	Q7	4,7	5,0	5,0	0,5	93%
	Q8	3,8	4,5	5,0	1,5	77%
	Q9	3,5	3,5	3,0	1,0	70%
	Q10	2,8	3,0	3,0	0,8	57%
	Q11	2,5	2,0	2,0	1,4	50%
	Q12	3,5	3,5	3,0	0,5	70%
	Q13	4,0	4,0	4,0	0,6	80%
	Q14	4,0	4,0	4,0	0,6	80%
	Q15	4,5	4,5	4,0	0,5	90%
	Q16	2,2	2,0	2,0	1,0	43%
	Q17	3,2	3,0	3,0	0,4	63%
	Q18	4,7	5,0	5,0	0,5	93%
	Q19	3,3	3,5	4,0	0,8	67%
	Q20	4,5	4,5	4,0	0,5	90%
	Q21	4,7	5,0	5,0	0,5	93%

[8] Interpretação dos indicadores estatísticos: Média (Me): representa o valor médio de um conjunto de dados, obtido pela soma de todos os valores dividida pelo total de observações. Na análise, indica a tendência central das respostas. Mediana (Md): é o valor que divide o conjunto de dados em duas partes iguais, com metade dos valores abaixo e metade acima. É útil para compreender a posição central sem influência de valores extremos. Moda (Mo): é o valor que ocorre com maior frequência no conjunto de dados. Na análise, evidencia a resposta mais recorrente entre os participantes. Desvio-Padrão (σ): mede a dispersão ou variabilidade dos dados em relação à média. Valores baixos indicam maior consistência entre as respostas, enquanto valores altos mostram maior variação. Frequência (f): representa a proporção ou percentual de ocorrência de determinado valor ou categoria. Na análise, permite identificar a distribuição e concentração das respostas, mostra o quanto aquela questão se aproxima do valor máximo (5), transformando a média em uma proporção.

	Q22	3,3	3,5	5,0	1,6	67%
	Q23	3,3	3,5	5,0	1,6	67%
	Q24	1,5	1,0	1,0	0,8	30%
	GERAL	**3,6**	**3,7**	**3,8**	**0,9**	**72%**
Seção II - Art. 5º - Inciso I – "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social"	Q25	4,0	4,0	4,0	0,6	80%
	Q26	3,8	4,0	4,0	0,8	77%
	Q27	2,8	3,0	3,0	0,4	57%
	GERAL	**3,6**	**3,7**	**3,7**	**0,6**	**71%**
Seção III - Art. 5º - Inciso II – "a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular"	Q28	4,2	4,0	4,0	0,8	83%
	Q29	3,7	3,5	3,0	0,8	73%
	Q30	3,3	3,0	3,0	0,5	67%
	GERAL	**3,7**	**3,5**	**3,3**	**0,7**	**74%**
Seção IV - Art. 5º - Inciso III – "a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais"	Q31	3,2	3,0	3,0	0,8	63%
	Q32	3,3	3,0	3,0	0,5	67%
	GERAL	**3,3**	**3,0**	**3,0**	**0,6**	**65%**
Seção V - Art. 5º - Inciso IV – "a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico."	Q33	3,3	3,5	4,0	0,8	67%
	Q34	3,5	3,5	3,0	0,5	70%
	GERAL	**3,4**	**3,5**	**3,5**	**0,7**	**68%**
Seção VI - Art. 6º - Inciso I – "a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável".	Q35	3,7	4,0	4,0	0,5	73%
	GERAL	**3,7**	**4,0**	**4,0**	**0,5**	**73%**
Seção VII - Art. 6º -: Inciso II – "o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade".	Q36	3,3	3,5	4,0	0,8	67%
	Q37	3,2	3,0	3,0	0,4	63%
	GERAL	**3,3**	**3,3**	**3,5**	**0,6**	**65%**
Seção VIII - Art. 6º - Inciso III – "a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena".	Q38	3,3	3,0	3,0	0,5	67%
	Q39	3,5	3,5	3,0	0,5	70%
	GERAL	**3,4**	**3,3**	**3,0**	**0,5**	**68%**

Seção IX - Art. 6º - Inciso IV – "a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa".	Q40	3,3	3,0	3,0	0,5	67%
	GERAL	**3,3**	**3,0**	**3,0**	**0,5**	**67%**
Seção X - Art. 6º - Inciso V – "o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural".	Q41	2,8	3,0	3,0	0,8	57%
	GERAL	**2,8**	**3,0**	**3,0**	**0,8**	**57%**
Seção XI - Art. 6º - Inciso VI – "o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação".	Q42	4,0	4,0	4,0	0,6	80%
	Q43	4,2	4,0	4,0	0,4	83%
	GERAL	**4,1**	**4,0**	**4,0**	**0,5**	**82%**
Seção XII - Art. 6º - Inciso VII – "a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira".	Q44	3,7	4,0	4,0	0,5	73%
	GERAL	**3,7**	**4,0**	**4,0**	**0,5**	**73%**

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise das respostas dos professores sobre a curricularização da extensão, os dados revelam percepções variadas ao longo das seções do questionário. Na Seção I, que aborda questões de âmbito geral, destacam-se os seguintes resultados:

A questão Q5, que investigou o conhecimento dos docentes sobre o conceito de extensão, obteve uma média (M_e) de 4,2, com mediana (M_d) de 4,5 e moda (M_o) de 5,0, indicando uma percepção predominantemente positiva e consenso parcial. O desvio-padrão (σ) de 1,2 aponta dispersão moderada nas respostas, enquanto a frequência (f) de 83% indica percepção positiva quanto à representatividade.

Em relação ao perfil extensionista dos docentes (Q6), a média (M_e) foi de 3,5, mediana (M_d) de 3,5 e moda (M_o) de 4,0, mostrando avaliação neutra. O desvio-padrão (σ) de 0,5 sugere baixa dispersão entre os respondentes, enquanto a frequência (f) de 70% sugere intensidade elevada apesar do teor moderado.

A importância da curricularização para a instituição (Q7) foi avaliada com uma alta média (M_e) de 4,7, mediana (M_d) de 5,0 e moda (M_o) de 5,0, demonstrando consenso sobre sua relevância. O desvio-padrão (σ) de 0,5 confirma essa homogeneidade, e a frequência (f) de 93% reforça a percepção favorável. Na questão Q8, que aborda a consciência dos docentes acerca dos objetivos da curricularização da extensão, observou-se média (M_e) de 3,8, mediana (M_d) de 4,5 e moda (M_o) de 5,0, indicando uma percepção predominantemente positiva. No entanto, o desvio-padrão

(σ) de 1,5 revela elevada variabilidade nas respostas, enquanto a frequência (f) de 77% reforça que, apesar da dispersão, a tendência geral é favorável.

Em relação às diretrizes e regulamentos (Q9), a média (M_e) de 3,5, a mediana de 3,5 e a moda de 3,0 indicam uma tendência central moderada. O desvio-padrão (σ) de 1,0 revela dispersão também moderada, enquanto a frequência (f) de 70% demonstra uma representatividade elevada da avaliação favorável. O acesso a ferramentas e recursos (Q10) foi avaliado com uma média (M_e) de 2,8, mediana (M_d) de 3,0 e moda (M_o) de 3,0, refletindo limitações percebidas. O desvio-padrão (σ) de 0,8 e frequência (f) de 57% reforçam essa percepção restritiva.

Sobre o treinamento para implementar a curricularização (Q11), a média (M_e) de 2,5 e desvio-padrão (σ) de 1,4 indicam divergência nas respostas e percepção negativa moderada. A frequência (f) de 50% evidencia a necessidade de investimento em capacitação, pois aponta intensidade moderada do julgamento negativo. A carga de trabalho adicional percebida (Q12) obteve média (M_e) de 3,5 e desvio-padrão (σ) de 0,5, apontando uma percepção levemente positiva. A frequência (f) de 70% reflete um equilíbrio nas respostas, com uma parcela dos participantes percebendo aumento moderado na carga de trabalho.

Sobre o apoio da coordenação (Q13), a média (M_e) foi de 4,0, mediana (M_d) de 4,0 e moda (M_o) de 4,0, indicando uma percepção predominantemente favorável. O desvio-padrão (σ) de 0,6 e frequência (f) de 80% corroboram o suporte percebido como positivo. A compatibilidade da curricularização com os objetivos do curso (Q14) apresentou média (M_e) de 4,00, desvio-padrão (σ) de 0,6 e frequência (f) de 80%, refletindo percepção favorável e consistente.

A experiência enriquecedora proporcionada aos estudantes (Q15) obteve média (M_e) de 4,5, mediana (M_d) de 4,5 e moda (M_o) de 5,0, com desvio-padrão (σ) de 0,5 e frequência (f) de 90%, reforçando uma percepção amplamente positiva. O tempo disponível para planejar atividades (Q16) foi avaliado com média (M_e) de 2,2 e desvio-padrão (σ) de 1,0, refletindo limitações significativas. A frequência (f) de 43% evidencia que a falta de tempo é uma barreira recorrente.

A avaliação das atividades (Q17) teve média (M_e) de 3,2 e desvio-padrão (σ) de 0,4, sugerindo uma percepção moderada sobre sua transparência e justiça. A frequência (f) de 63% reforça a necessidade de ajustes no processo avaliativo. Sobre a relação da instituição com a comunidade local (Q18), a média (M_e) foi de 4,7, desvio-padrão (σ) de 0,5 e frequência (f) de 93%, evidenciando percepção altamente positiva.

Apoio administrativo (Q19) obteve média (M_e) de 3,3, desvio-padrão (σ) de 0,8 e frequência (f) de 67%, revelando percepção mista, com espaço para melhorias. O impacto na imagem institucional (Q20) foi avaliado com média (Me) de 4,5, desvio-padrão (σ) de 0,5 e frequência (f) de 90%, refletindo contribuição amplamente positiva.

O desenvolvimento dos estudantes (Q21) obteve média (M_e) de 4,7, mediana e moda de 5,0 e desvio-padrão (σ) de 0,52, com frequência (f) de 93%, confirmando consenso favorável. A participação nas atividades institucionais (Q22 e Q23) apresentou médias (M_e) de 3,3 e desvio-padrão (σ) de 1,6, evidenciando percepções heterogêneas sobre o envolvimento. Ainda assim, a frequência de 67% indicou intensidade elevada, apesar da variabilidade nas respostas. Por fim, a compreensão sobre a necessidade da curricularização (Q24) apresentou média (M_e) de 1,5, mediana (M_d) e moda (M_o) iguais a 1,0, evidenciando predominância de avaliações desfavoráveis. O desvio-padrão (σ) de 0,8 indica variação moderada, enquanto a frequência de 30% destaca uma lacuna significativa no entendimento do tema.

De forma geral, os dados da Seção I evidenciam percepções positivas sobre a curricularização da extensão, ressaltando sua relevância para o desenvolvimento acadêmico e a formação cidadã. Contudo, desafios como insuficiência de recursos, capacitação inadequada e limitações de tempo precisam ser endereçados para aprimorar a implementação e os resultados das atividades extensionistas.

A Seção II, que trata do Art. 5º, Inciso I, da Resolução nº 7, aborda a "interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social". A primeira questão dessa seção, Q25, avaliou a percepção dos docentes sobre a contribuição da curricularização da extensão para a troca de saberes e o engajamento com questões sociais contemporâneas. A média (M_e) das respostas foi 4,0, indicando que os docentes concordam com a contribuição positiva dessa interação. A moda (M_o) também foi 4,00, refletindo uma percepção dominante, enquanto o desvio-padrão (σ) de 0,6 sugeriu uma variação baixa nas respostas. A frequência (*f*) de 80% aponta que uma proporção considerável dos docentes compartilha dessa percepção.

Em seguida, a Q26 investigou a eficácia das atividades de curricularização da extensão em promover o contato dos estudantes com questões sociais complexas. A média (M_e) foi 3,8, sugerindo que os docentes percebem eficácia nessas atividades, ainda que com algumas reservas. A moda (M_o) foi 4,0, e o desvio-padrão (σ) de 0,8

apontou para uma variabilidade baixa nas respostas. A frequência (*f*) de 77% revela uma percepção positiva sobre o tema.

A Q27, última questão da Seção II, abordou a participação ativa da comunidade acadêmica na sociedade. A média (M_e) de 2,8 refletiu uma percepção neutra, com a moda (M_o) de 3,0 indicando participação moderada. O desvio-padrão (σ) de 0,4 e a frequência (*f*) de 57% denotam concordância com intensidade intermediária.

A Seção II apresenta, predominantemente, uma visão positiva sobre a contribuição da curricularização da extensão para a interação entre a academia e a sociedade, especialmente no que tange à troca de saberes e ao engajamento com questões sociais. No entanto, a percepção sobre a participação ativa da comunidade acadêmica é mais neutra, apontando para a necessidade de maior envolvimento.

A Seção III, referente ao Art. 5º, Inciso II, aborda a "formação cidadã dos estudantes", enfatizando a vivência dos conhecimentos e sua integração à matriz curricular. A Q28 avaliou a contribuição da curricularização da extensão para a formação cidadã dos estudantes, com uma média (M_e) de 4,2, sugerindo que os docentes percebem uma contribuição positiva e consistente. A moda (M_o) foi 4,0, e o desvio-padrão (σ) de 0,8 indicou uma variabilidade baixa nas respostas. A frequência (*f*) de 83% aponta para uma percepção favorável.

A Q29, que investigou a eficácia das atividades de curricularização da extensão na valorização da vivência dos conhecimentos e sua integração à matriz curricular, apresentou média (M_e) de 3,7, sugerindo uma percepção moderada. A moda (M_o) foi 3,0, e o desvio-padrão (σ) de 0,8 revelou uma dispersão baixa nas respostas. A frequência (*f*) de 73% evidenciou que a percepção dos docentes tende a ser predominantemente positiva.

A Q30, que abordou a integração teórico-prática promovida pela curricularização da extensão, obteve média (M_e) de 3,3, o que sugere que, embora haja integração, os docentes percebem uma conexão mediana entre teoria e prática. A moda (M_o) foi 3,0, e o desvio-padrão (σ) de 0,5 indicou uma percepção relativamente homogênea, enquanto a frequência (*f*) de 67% refletiu uma aceitação alta, mas com restrições.

A Seção III revela que os docentes percebem de forma positiva a contribuição da curricularização da extensão para a formação cidadã, embora haja

questionamentos sobre a efetiva integração teórico-prática e a eficácia das atividades no currículo.

A Seção IV, que trata do Art. 5º, Inciso III, enfoca a "produção de mudanças na instituição superior e nos setores da sociedade". A Q31 avaliou a percepção dos docentes sobre a contribuição da curricularização da extensão para mudanças nas diretrizes do curso. A média (M_e) foi 3,2, indicando uma percepção moderada dessa contribuição. A moda (M_o) foi 3,0, enquanto o desvio-padrão (σ) de 0,8 refletiu uma variabilidade baixa nas respostas. A frequência (*f*) de 63% aponta para opiniões mais divididas e percepção mediana.

A Q32 investigou a eficácia das atividades de curricularização da extensão na promoção de mudanças sociais, apresentando média (M_e) de 3,3, o que indica percepção moderada. A moda (M_o) de 3,0 e o desvio-padrão (σ) de 0,5 revelam baixa variabilidade nas respostas. A frequência (*f*) de 67% sugere divergências pontuais, mas ainda se enquadra na faixa limítrofe de intensidade elevada.

A Seção IV indica uma percepção mista sobre a capacidade da curricularização da extensão de gerar mudanças significativas na instituição e na sociedade. Embora haja avaliações positivas, muitos docentes ainda não percebem transformações profundas nas práticas acadêmicas ou sociais.

A Seção V, referente ao Art. 5º, Inciso IV, aborda a "articulação entre ensino, extensão e pesquisa". A Q33 avaliou a eficácia da curricularização da extensão na articulação entre esses três elementos, com uma média (M_e) de 3,3, sugerindo que, apesar de uma percepção moderada, ainda há espaço para melhorias na integração. A moda (M_o) foi 4,0, refletindo uma visão otimista da parte dos docentes. O desvio-padrão (σ) de 0,8 e a frequência (*f*) de 67% indicam consistência nas opiniões e representatividade no limite da elevada.

A Q34 examinou a contribuição da curricularização da extensão para a integração de aspectos políticos, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos. A média (M_e) foi 3,50, sugerindo uma percepção neutra, embora com algumas ressalvas. A moda (M_o) foi 4,00, e o desvio-padrão (σ) de 0,5 refletiu uma variação baixa nas respostas, enquanto a frequência (*f*) de 70% indicou percepções com boa intensidade entre os docentes.

A Seção V revela uma avaliação moderada da curricularização da extensão na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, embora se reconheça que ainda há espaço para maior integração entre esses componentes.

A Seção VI, no Art. 6º, Inciso I, traz a "contribuição para a formação integral do estudante". A Q35 avaliou essa contribuição, obtendo uma média (M_e) de 3,7, o que sugere uma percepção moderada, ainda que com limitações. A moda (M_o) foi 4,00, e o desvio-padrão (σ) de 0,5 indicou uma variação baixa nas percepções. Apresenta uma frequência de 73%, com intensidade positiva para a questão.

A Seção VI apresenta uma avaliação moderada sobre a contribuição da curricularização para a formação integral dos estudantes, embora alguns aspectos ainda precisem de aprimoramento para uma formação mais abrangente.

A Seção VII, relacionada ao Art. 6º, Inciso II, trata do "diálogo construtivo com os setores da sociedade", com foco na promoção da interculturalidade. A Q36 investigou se a curricularização da extensão tem promovido um diálogo construtivo com diversos setores da sociedade, com uma média (M_e) de 3,3, refletindo uma percepção mediana, mas com algumas reservas. A moda (M_o) foi 4,0, enquanto o desvio-padrão (σ) de 0,8 e a frequência (*f*) de 67% sugerem uma baixa diversidade de opiniões, na faixa limítrofe da intensidade alta.

A Q37 abordou a promoção da interculturalidade, obtendo uma média (M_e) de 3,2, o que indica uma percepção média. A moda (M_o) foi 3,0, e o desvio-padrão (σ) de 0,4 refletiu uma percepção mais uniforme entre os respondentes, enquanto a frequência (*f*) de 63% indicou uma representatividade média quanto ao assunto.

A Seção VII revela que, embora a curricularização da extensão tenha promovido algum diálogo construtivo com os setores da sociedade, a promoção da interculturalidade ainda necessita de maior atenção e desenvolvimento.

A Seção VIII, referente ao Art. 6º, Inciso III, trata da "promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior". A Q38 avaliou a promoção de iniciativas que expressem esse compromisso, com uma média (M_e) de 3,3 e moda (M_o) de 3,0, refletindo uma percepção neutra. O desvio-padrão (σ) foi 0,5, enquanto a frequência (*f*) de 67% indicou uma visão homogênea entre os respondentes, no limítrofe da representatividade alta.

A Q39 investigou a eficácia das atividades de curricularização da extensão na promoção de políticas relacionadas à educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena. A média (M_e) foi 3,5, sugerindo uma percepção mediana. A moda (M_o) foi 4,0, com um desvio-padrão (σ) de 0,5, e a frequência (*f*) de 70% apontou percepções convergentes e fortes.

A Seção VIII destaca que há um compromisso social moderado, mas também evidencia que as iniciativas para promover políticas públicas, como educação ambiental e direitos humanos, precisam ser mais efetivas e visíveis no contexto da curricularização da extensão.

A Seção IX, referente ao Art. 6º, Inciso IV, aborda a "reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa". A Q40 avaliou a contribuição da curricularização da extensão para a reflexão ética nas atividades acadêmicas, com uma média (M_e) de 3,3. A moda (M_o) foi 3,0, enquanto o desvio-padrão (σ) de 0,5 e a frequência (*f*) de 67% indicaram percepções homogêneas entre os respondentes.

A Seção IX aponta que os docentes percebem uma contribuição moderada da curricularização da extensão para a reflexão ética, mas ainda há um caminho a percorrer para que esse aspecto se torne mais robusto nas práticas acadêmicas.

A Seção X, referente ao Art. 6º, Inciso V, trata do "incentivo à atuação da comunidade acadêmica em contextos reais e desafiadores". A Q41 investigou a efetividade das atividades de curricularização para atuação em contextos reais, apresentando uma média (M_e) de 2,8. A moda (M_o) foi de 3,0, refletindo uma visão predominantemente neutra, enquanto o desvio-padrão (σ) de 0,8 indicou uma percepção com dispersão baixa entre os respondentes. A frequência de 57% traz uma intensidade intermediária com base no assunto.

De forma geral, a Seção X revela uma percepção neutra sobre a efetividade da curricularização da extensão em promover a atuação da comunidade acadêmica em contextos reais e desafiadores, destacando um nível de discordância entre os docentes em relação à implementação desse aspecto.

A Seção XI, que foca no Art. 6º, Inciso VI, trata do "apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social da IES". A Q42 avaliou se as atividades de curricularização da extensão têm refletido e promovido princípios éticos, obtendo uma média (M_e) de 4,0 e moda (M_o) também de 4,0, o que sugere um alinhamento adequado com o compromisso da instituição. Já a Q43 investigou a percepção dos docentes sobre essa efetividade, com uma média (M_e) de 4,2 e moda (M_o) de 4,0, indicando uma avaliação positiva. Ambas, com frequência altas, 80% e 83%, respectivamente.

Assim, a Seção XI demonstra uma percepção favorável em relação às atividades desenvolvidas no tocante à aplicação dos princípios éticos institucionais,

sinalizando que os docentes consideram este item satisfatório e em consonância com os valores da IES.

Por fim, a Seção XII, relacionada ao Art. 6º, Inciso VII, abordou "a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável, alinhado à realidade brasileira". A Q44 investigou a percepção dos docentes sobre essa efetividade, registrando uma média (M_e) de 3,7 e moda (M_o) de 4,0, o que indica uma avaliação moderada. O desvio-padrão 0,5 sugere acordo amplo; a frequência 73% traz forte representatividade.

Portanto, a Seção XII destaca uma avaliação favorável da curricularização da extensão no que tange à atuação na produção e construção de conhecimentos atualizados e coerentes, sugerindo que os docentes reconhecem a importância desse processo para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável.

De maneira geral, a análise das respostas dos professores evidencia uma percepção positiva acerca da relevância da curricularização da extensão para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes, além de destacar seu papel no fortalecimento do vínculo entre a universidade e a sociedade. Contudo, foram identificados desafios, especialmente relacionados à infraestrutura, capacitação docente, disponibilidade de tempo e integração entre os aspectos teóricos e práticos das atividades de extensão.

6.2.4.3 Percepção dos alunos/ egressos

No semestre de 2024-2, o curso de Bacharelado em Administração contava com 23 (vinte e três) egressos e 111 (cento e onze) alunos matriculados, de acordo com o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). Para a coleta de dados, foram enviados questionários tanto aos egressos quanto aos alunos, obtendo-se um total de 111 respostas. Esse número de respostas representa uma taxa de efetividade de aproximadamente 82% (111/134), levando em consideração o total de alunos e egressos.

A seguir, na Tabela 4, são apresentados os dados coletados e analisados, que oferecem uma visão sobre a implementação e os efeitos da extensão universitária curricularizada, com foco nas percepções de alunos e egressos. A análise explora as experiências e opiniões desses participantes a respeito das práticas extensionistas,

buscando compreender de que maneira a curricularização impactou seu desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional, tanto durante o curso quanto após a conclusão.

Tabela 4 - Resumo estatístico das respostas: percepções sobre a Curricularização da Extensão (Alunos/egressos)[9]

Seção	Questões	Média (M_e)	Mediana (M_d)	Moda (M_o)	Desvio-Padrão (σ)	Frequência (f)
Seção I – De âmbito geral	Q5	4,6	5,0	5,0	0,7	92%
	Q6	4,4	4,0	5,0	0,6	89%
	Q7	4,1	4,0	4,0	0,8	83%
	Q8	4,5	5,0	5,0	0,6	91%
	Q9	3,9	4,0	4,0	0,9	79%
	Q10	4,5	5,0	5,0	0,7	91%
	Q11	4,2	4,0	5,0	0,8	85%
	Q12	3,9	4,0	4,0	0,9	77%
	Q13	4,4	5,0	5,0	0,8	87%
	Q14	4,6	5,0	5,0	0,5	91%
	Q15	3,9	4,0	4,0	0,9	78%
	Q16	4,6	5,0	5,0	0,6	91%
	Q17	4,2	4,0	5,0	0,8	84%
	Q18	3,7	4,0	4,0	0,9	75%
	Q19	4,1	4,0	4,0	0,7	82%
	Q20	4,6	5,0	5,0	0,7	91%
	Q21	3,9	4,0	4,0	0,9	79%
	Q22	4,5	5,0	5,0	0,6	91%
	Q23	4,4	5,0	5,0	0,8	88%
	Q24	4,2	4,0	5,0	0,9	84%
	GERAL	**4,3**	**4,5**	**4,7**	**0,8**	**85%**
Seção II - Art. 5º - Inciso I – "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social"	Q25	4,3	4,0	4,0	0,7	86%
	Q26	4,0	4,0	4,0	0,8	80%
	GERAL	**4,1**	**4,0**	**4,0**	**0,7**	**83%**
Seção III - Art. 5º - Inciso II – "a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular"	Q27	4,4	5,0	5,0	0,8	88%
	Q28	4,5	5,0	5,0	0,6	90%
	Q29	4,4	5,0	5,0	0,7	89%
	GERAL	**4,4**	**5,0**	**5,0**	**0,7**	**89%**
	Q30	4,1	4,0	4,0	0,8	81%

[9] Interpretação dos indicadores estatísticos: Média (Me): representa o valor médio de um conjunto de dados, obtido pela soma de todos os valores dividida pelo total de observações. Na análise, indica a tendência central das respostas. Mediana (Md): é o valor que divide o conjunto de dados em duas partes iguais, com metade dos valores abaixo e metade acima. É útil para compreender a posição central sem influência de valores extremos. Moda (Mo): é o valor que ocorre com maior frequência no conjunto de dados. Na análise, evidencia a resposta mais recorrente entre os participantes. Desvio-Padrão (σ): mede a dispersão ou variabilidade dos dados em relação à média. Valores baixos indicam maior consistência entre as respostas, enquanto valores altos mostram maior variação. Frequência (f): representa a proporção ou percentual de ocorrência de determinado valor ou categoria. Na análise, permite identificar a distribuição e concentração das respostas, mostra o quanto aquela questão se aproxima do valor máximo (5), transformando a média em uma proporção.

Seção IV - Art. 5º - Inciso III – "a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais"	Q31	4,2	4,0	4,0	0,8	85%
	Q32	4,0	4,0	4,0	0,8	80%
	GERAL	**4,1**	**4,0**	**4,0**	**0,8**	**82%**
Seção V - Art. 5º - Inciso IV – "a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico."	Q33	4,2	4,0	4,0	0,7	84%
	Q34	4,1	4,0	4,0	0,8	82%
	GERAL	**4,1**	**4,0**	**4,0**	**0,7**	**83%**
Seção VI - Art. 6º - Inciso I – "a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável".	Q35	4,3	4,0	4,0	0,7	85%
	GERAL	**4,3**	**4,0**	**4,0**	**0,7**	**85%**
Seção VII - Art. 6º -: Inciso II – "o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade".	Q36	3,9	4,0	4,0	0,9	77%
	Q37	4,1	4,0	4,0	0,8	83%
	GERAL	**4,0**	**4,0**	**4,0**	**0,8**	**80%**
Seção VIII - Art. 6º - Inciso III – "a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena".	Q38	4,2	4,0	4,0	0,7	83%
	Q39	3,9	4,0	4,0	0,8	79%
	GERAL	**4,1**	**4,0**	**4,0**	**0,8**	**81%**
Seção IX - Art. 6º - Inciso IV – "a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa".	Q40	3,8	4,0	4,0	0,8	77%
	GERAL	**3,8**	**4,0**	**4,0**	**0,8**	**77%**
Seção X - Art. 6º - Inciso V – "o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural".	Q41	4,0	4,0	4,0	0,8	80%
	GERAL	**4,0**	**4,0**	**4,0**	**0,8**	**80%**
Seção XI - Art. 6º - Inciso VI – "o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação".	Q42	4,3	4,0	4,0	0,7	85%
	Q43	4,4	5,0	5,0	0,7	88%
	GERAL	**4,3**	**4,5**	**4,5**	**0,7**	**87%**
Seção XII - Art. 6º - Inciso VII – "a atuação na produção e na construção de conhecimentos,	Q44	4,1	4,0	4,0	0,7	82%

atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira".	**GERAL**	**4,1**	**4,0**	**4,0**	**0,7**	**82%**

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise das respostas de alunos e egressos sobre a curricularização da extensão, os dados revelam percepções variadas ao longo das diferentes seções do questionário. A questão Q5, que investigou a percepção dos alunos sobre a importância da curricularização da extensão para a formação acadêmica, obteve uma média (M_e) de 4,6, com mediana (M_d) de 5,0 e moda (M_o) de 5,0, evidenciando tendência positiva nas percepções. A mediana revela que a maioria das respostas se concentrou no valor máximo da escala e a moda o consenso predominante. O desvio-padrão (σ) de 0,7 sugere uma variabilidade baixa nas respostas, enquanto a frequência (f) de 92% reforça intensidade elevada da percepção positiva.

Na questão Q6, sobre a consciência dos objetivos da curricularização da extensão, a média (M_e) foi de 4,4, com mediana (M_d) de 4,0 e moda (M_o) de 5,0. Indicando uma percepção positiva consistente, com centralidade em concordância e um número expressivo de respondentes marcou a máxima concordância. O desvio-padrão (σ) de 0,6 indica menor dispersão em relação à Q5. A frequência (*f*) de 89% sugere percepção fortemente positiva.

A questão Q7, que aborda o grau de informação sobre as oportunidades de extensão, apresentou uma média (M_e) de 4,1 e moda (M_o) de 4,0, enquanto a mediana (M_d) também foi de 4,0, refletindo avaliação positiva com predominância de respostas concordantes, ainda que não máximas. O desvio-padrão (σ) de 0,8 aponta baixa-moderada dispersão nas respostas, indicando que alguns alunos ainda não se sentem suficientemente informados. A frequência (*f*) de 83% reforça a alta intensidade.

Na questão Q8, que avalia a percepção dos benefícios da integração da extensão ao currículo, a média (M_e) foi de 4,5, com mediana (M_d) e moda (M_o) de 5,0, percepção altamente positiva, confirmada pela média elevada e pela mediana e moda máximas. O desvio-padrão (σ) de 0,6 sugere uma pequena variação nas respostas, enquanto a frequência (*f*) de 91% reforça a percepção positiva em relação aos benefícios da curricularização.

A questão Q9, sobre a participação ativa em atividades de extensão, apresentou uma média (M_e) de 3,9, com mediana (M_d) e moda (M_o) de 4,0. A média se aproxima do limite inferior de alta, revelando percepção moderadamente positiva.

Mediana e moda sugerem predominância de respostas favoráveis. O desvio-padrão (σ) de 0,9 demonstra maior variabilidade (baixa-média) nas respostas, e a frequência (*f*) de 79% é alta, mas menos intensa que nas questões anteriores.

A questão Q10, que trata do impacto das atividades de extensão na experiência acadêmica, obteve uma média (M_e) de 4,5, com mediana (M_d) e moda (M_o) de 5,0, e um desvio-padrão (σ) de 0,7, evidenciando um consenso positivo, pois mantém padrão elevado: média e moda altas, mediana máxima e baixa dispersão. A frequência (*f*) de 91% reforça a visão de que as atividades extensionistas são enriquecedoras.

Nas questões Q11 a Q24, foram identificadas percepções consistentes, com algumas variações pontuais. Por exemplo, questões como Q12 (relacionada ao equilíbrio de carga de trabalho) e Q18 (satisfação com a diversidade de atividades) apresentaram médias mais baixas, refletindo desafios específicos. No entanto, a visão geral dos alunos/egressos sobre a curricularização da extensão foi amplamente positiva, com uma média geral (M_e) de 4,3, mediana geral (M_d) de 4,5 e moda geral (M_o) de 4,7. O desvio-padrão geral (σ) de 0,8 indica variação baixa entre as respostas.

Os dados referentes à Seção I evidenciam que os alunos e egressos reconhecem a relevância da curricularização da extensão para sua formação acadêmica e cidadã. No entanto, a pesquisa também aponta a necessidade de ações externas para aumentar a participação ativa, melhorar a comunicação sobre as oportunidades de extensão e promover maior equilíbrio na carga de trabalho associada às atividades extensionistas.

Com relação à Seção II, as questões Q25 e Q26, que abordam a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, apresentam médias (M_e) de 4,3 e 4,0, com medianas (M_d) de 4,0 e modas (M_o) também de 4,0, indicando uma percepção positiva sobre a troca de conhecimentos e a abordagem de questões complexas. Os desvios-padrão (σ) de 0,7 e 0,8, com frequências (*f*) de 86% e 80%, sugerem uma distribuição relativamente homogênea das respostas, mas com alguma variabilidade na percepção dos alunos. A média geral da seção (M_e = 4,1) indica que os participantes avaliam positivamente a interação acadêmica com a sociedade, embora haja consenso predominante, as respostas não atingem unanimidade no valor máximo, apontando possibilidade de aprimoramento nas práticas de interação.

A Seção III, que abrange as questões Q27, Q28 e Q29 sobre formação cidadã interprofissional e interdisciplinar, apresenta médias de 4,4, 4,5 e 4,4, acompanhadas

de medianas de 5,0, o que indica forte consenso entre os alunos quanto à contribuição da curricularização da extensão para a formação cidadã e a integração de conhecimentos. A moda (M_o) de 5,0 em todas as questões reforça a predominância de avaliações positivas. Os desvios-padrão (σ), variando entre 0,6 e 0,8, aliados às frequências (*f*) entre 88% e 90%, evidenciam baixa dispersão e alta consistência nas respostas. A média geral da seção (M_e = 4,4) consolida essa percepção amplamente favorável, sugerindo apenas um pequeno grau de variação nas opiniões.

A Seção IV, referente à produção de mudanças na instituição e na sociedade, contempla as questões Q30, Q31 e Q32, que apresentaram médias de 4,1, 4,2 e 4,0, acompanhadas de medianas e modas de 4,0. Esses resultados indicam que os alunos percebem a curricularização da extensão de forma predominantemente positiva, ainda que de maneira mais moderada em comparação às demais seções. Os desvios-padrão (σ) mantidos em 0,8, juntamente com frequências (*f*) variando entre 80% e 85%, sugerem baixa dispersão, evidenciando certa homogeneidade nas respostas. A média geral da seção (M_e = 4,1) reforça que, embora exista apoio considerável à contribuição da curricularização para promover mudanças, a percepção do impacto é mais equilibrada e menos enfática do que a observada em outras dimensões avaliadas.

Na Seção V, as questões Q33 e Q34, sobre a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, tiveram médias de 4,2 e 4,1, com medianas de 4,0 e modas também de 4,0. As respostas são novamente positivas, mas os desvios-padrão (σ), variando de 0,70 a 0,8, e as frequências (*f*), de 84% a 82%, indicam uma leve dispersão nas respostas, com alguns alunos não totalmente convencidos da eficácia da articulação. A média geral (M_e = 4,1) reforça uma percepção positiva sobre a articulação entre ensino, extensão e pesquisa, com uma leve variação nas respostas.

Sobre a Seção VI, a questão Q35, sobre a contribuição da curricularização para a formação integral dos estudantes, obteve uma média de 4,3, com mediana e moda de 4,0, indicando um consenso favorável, embora com algum grau de variação nas respostas. O desvio-padrão (σ) de 0,7 e a frequência (*f*) de 85% sugerem que a percepção é positiva, e com alta intensidade da concordância. A média geral de 4,3 reflete uma visão amplamente favorável sobre a contribuição da curricularização para a formação integral dos alunos.

Na Seção VII, as questões Q36 e Q37, sobre o diálogo construtivo e a promoção da interculturalidade, apresentaram médias de 3,9 e 4,1, com medianas e

modas de 4,00. Os desvios-padrão (σ) de 0,9 e 0,8 e as frequências (f) de 77% e 83% indicam que, enquanto a maioria dos alunos considera positivo o efeito da curricularização na interculturalidade, a percepção é alta-moderada e há uma gama mais ampla de respostas. A média geral de 4,00 sugere que a implementação da curricularização tem promovido algum grau de diálogo construtivo e interculturalidade, mas com uma variação considerável nas percepções dos alunos.

As questões Q38 e Q39, pertencentes à Seção VIII, sobre o compromisso social da instituição e a eficácia das políticas de educação ambiental, direitos humanos e educação indígena, apresentaram médias de 4,2 e 3,9. A mediana de 4,0 e a moda de 4,0 indicam uma visão positiva, mas com algumas divergências na eficácia percebida. Os desvios-padrão (σ), variando entre 0,7 e 0,8, com frequências (*f*) de 83% e 73%, refletem uma percepção um pouco mais dispersa sobre a promoção de políticas eficazes. A média geral de 4,1 sugere uma percepção geralmente favorável sobre o compromisso social, mas com variações nas percepções de eficácia das políticas implementadas.

Já na Seção IX, a questão Q40, sobre a promoção da reflexão ética, obteve uma média de 3,8, com mediana e moda de 4,00. O desvio-padrão (σ) de 0,8 e a frequência (*f*) de 77% indicam uma percepção de que, embora a curricularização tenha contribuído para a reflexão ética, a contribuição percebida é alta-moderada. A média geral de 3,8 sugere uma percepção equilibrada, com alguns alunos sentindo que a curricularização tem promovido reflexão ética de maneira moderada.

Na Seção X, a questão Q41 e a média geral da seção, ambas com a média de 4,0, indicam uma percepção positiva, mas com variação baixa-moderada nas respostas, conforme evidenciado pelo desvio-padrão (σ) de 0,8. A frequência (*f*) de 80% indica intensidade boa, mas não excelente.

As questões Q42 e Q43, oriundas da Seção XI, sobre princípios éticos, apresentaram médias de 4,3 e 4,4, com medianas de 4,0 e 5,0, refletindo uma visão positiva sobre a promoção de princípios éticos. Os desvios-padrão (σ), de 0,7, e as frequências (*f*), de 85% e 88%, sugerem uma boa uniformidade nas respostas. A média geral de 4,3 confirma a percepção favorável sobre a promoção de princípios éticos pela curricularização da extensão.

A questão Q44, pertencente à Seção XII, sobre a contribuição para a produção de conhecimentos, obteve uma média de 4,1, com mediana e moda de 4,0, indicando uma percepção positiva sobre a relevância da curricularização para o

desenvolvimento social. O desvio-padrão (σ) de 0,7 e a frequência (*f*) de 82% indicam uma visão generalizada, com baixa variação nas percepções. A média geral de 4,1 reflete uma percepção positiva da contribuição da curricularização para a produção de conhecimentos alinhados ao desenvolvimento social sustentável.

As análises das seções indicam que, de maneira geral, os alunos/egressos percebem positivamente a curricularização da extensão, com algumas variações nas percepções, especialmente em relação ao impacto social e à reflexão ética. As percepções mais homogêneas se concentraram em aspectos como formação cidadã, princípios éticos e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

6.2.4.4 Correlações entre os dados obtidos e as percepções ao cumprimento dos princípios estabelecidos na resolução

O presente subcapítulo tem como objetivo analisar as percepções de coordenadores, professores e alunos/egressos em relação à curricularização da extensão, com base nos dados encontrados durante a pesquisa de campo. A análise é realizada à luz dos princípios definidos pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que orienta a integração das atividades extensionistas ao currículo acadêmico.

Além de analisar as diferenças e semelhanças nas percepções dos grupos envolvidos, este subcapítulo realiza a triangulação dos resultados obtidos e estabelece um parâmetro de comparação com a revisão da literatura apresentada no Capítulo 5. A apresentação dos achados será organizada em questões temáticas alinhadas às diretrizes da Resolução nº 7/2018. Para ilustrar as percepções entre os grupos e facilitar a identificação de convergências e divergências, serão utilizados gráficos comparativos elaborados a partir dos valores compilados com duas casas decimais.

Em se tratando da Seção I, as percepções sobre a curricularização da extensão, de maneira geral, variam entre os diferentes grupos analisados. Os alunos/egressos possuem uma visão mais positiva, com média de 4,27 (σ = 0,75) e mediana de 4,45, sugerindo que o impacto prático da curricularização foi significativo e bem percebido por eles. Essa percepção encontra respaldo no estudo de Silvério *et al*. (2023), que aponta a extensão como um meio de conectar a universidade à sociedade, promovendo desenvolvimento profissional e ético, apesar de desafios

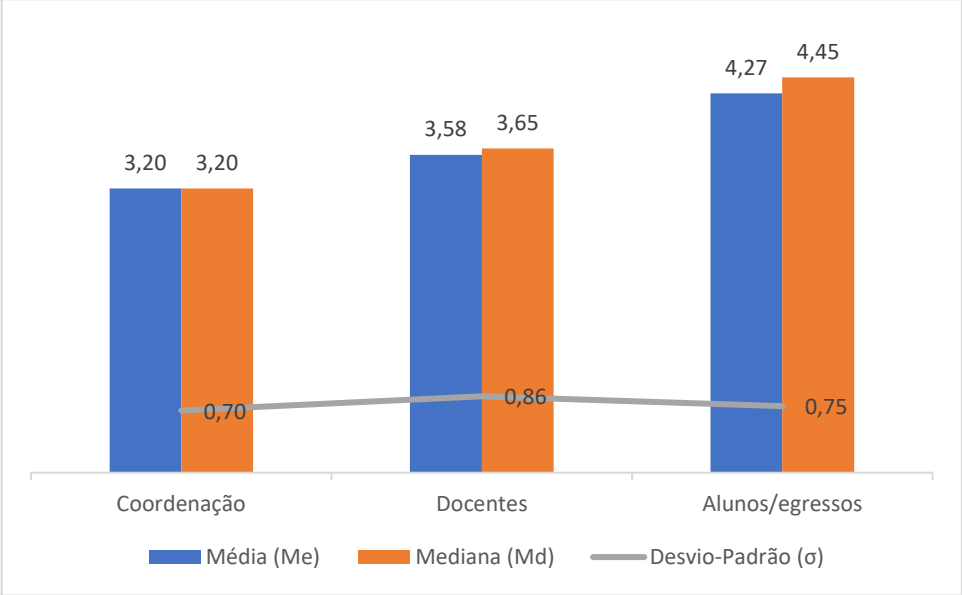
como desmotivação e falta de recursos. Adicionalmente, o artigo de Cunico e Spessatto (2022) destaca que a integração entre prática profissional e ferramentas digitais no ensino remoto potencializou competências nos alunos, reforçando a relevância da curricularização na preparação para o mercado de trabalho.

Já os coordenadores apresentam uma percepção mais moderada, com média de 3,20 (σ = 0,42) e mediana de 3,20, o que pode estar relacionado a desafios administrativos e à complexidade da implementação. Estudos como o de Milhomem (2023) e Pereira; Montiel (2023) enfatizam que a regulamentação da curricularização exige coordenação intensa, consultas públicas e a adaptação dos projetos pedagógicos, desafios esses que podem explicar a visão mais cautelosa desse grupo. Além disso, o artigo de Frutuoso (2023) reforça a importância de regulamentações claras e adequações legislativas, que poderiam mitigar parte das dificuldades enfrentadas pelos gestores.

Os docentes, por sua vez, também têm uma percepção positiva, mas ligeiramente abaixo dos alunos/egressos, com média de 3,58 (σ = 0,86) e mediana de 3,65, refletindo uma visão equilibrada, mas com maior variação nas respostas. Essa perspectiva é corroborada pelo estudo de Souza *et al.* (2023), que discute como a integração de atividades extensionistas nos currículos de licenciatura aprimora a formação docente, conectando teoria e prática. Ainda, os artigos de Santos e Gouw (2021) e Arienti (2023) reforçam que, embora a curricularização beneficie os docentes ao consolidar metodologias mais integrativas, sua implementação depende de uma articulação robusta entre ensino, pesquisa e extensão, frequentemente limitada por recursos e tempo.

O Gráfico 1 ilustra essas diferenças de percepção entre os grupos, evidenciando que, embora a curricularização da extensão seja amplamente reconhecida como uma estratégia transformadora, sua execução enfrenta barreiras distintas para cada segmento da comunidade acadêmica.

Gráfico 1 - Seção I – De âmbito geral



Fonte: Elaborado pela autora.

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) reforça a importância de uma educação superior que seja voltada para o desenvolvimento científico, cultural e social, destacando a necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com o que estabelece a Lei nº 5.540/1968, a integração da extensão às atividades acadêmicas já é mencionada como essencial, apontando sua relevância para a formação completa dos estudantes.

A Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) reforça essa perspectiva ao estabelecer diretrizes e bases para a educação nacional, com um foco específico no fortalecimento da extensão como parte integrante do processo educativo. Já a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), reconhece a extensão como um dos componentes fundamentais para a avaliação das instituições de ensino superior.

Além dessas normativas, a Lei nº 12.711/2012, que assegura o ingresso de estudantes nas universidades federais com base em critérios de inclusão social, também reforça a importância de práticas extensionistas acessíveis a todos os grupos sociais, ampliando o impacto social e educacional da extensão.

Complementando o quadro legal, o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, e as diretrizes da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que orientam a extensão no ensino superior, são documentos fundamentais para a implementação e promoção da curricularização da extensão.

No âmbito do IFSULDEMINAS, as resoluções CONSUP nº 1/2023, CONSUP nº 46/2019 e CONSUP nº 91/2019 especificam a obrigatoriedade da inclusão das atividades extensionistas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, confirmando a curricularização da extensão como um processo obrigatório para a formação dos alunos e para a contribuição da instituição à sociedade.

A Seção II avalia os princípios que orientam a extensão universitária nas IES, com foco na interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Essa interação se dá por meio da troca de conhecimentos, da participação ativa e do contato com questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.

Os coordenadores avaliaram essa interação e sua contribuição para os impactos institucionais e sociais de forma moderada, com média de 3,50 (σ = 0,71), demonstrando certa uniformidade de opinião. Essa percepção pode refletir desafios na consolidação de práticas extensionistas que articulem de maneira mais evidente os valores estabelecidos na curricularização. Estudos como os relatados por Silvério *et al*. (2023) e Pereira (2023) reforçam essa perspectiva ao destacar que, apesar dos esforços para integrar ensino, pesquisa e extensão, ainda existem desafios relacionados à motivação e ao engajamento efetivo dos diversos atores institucionais.

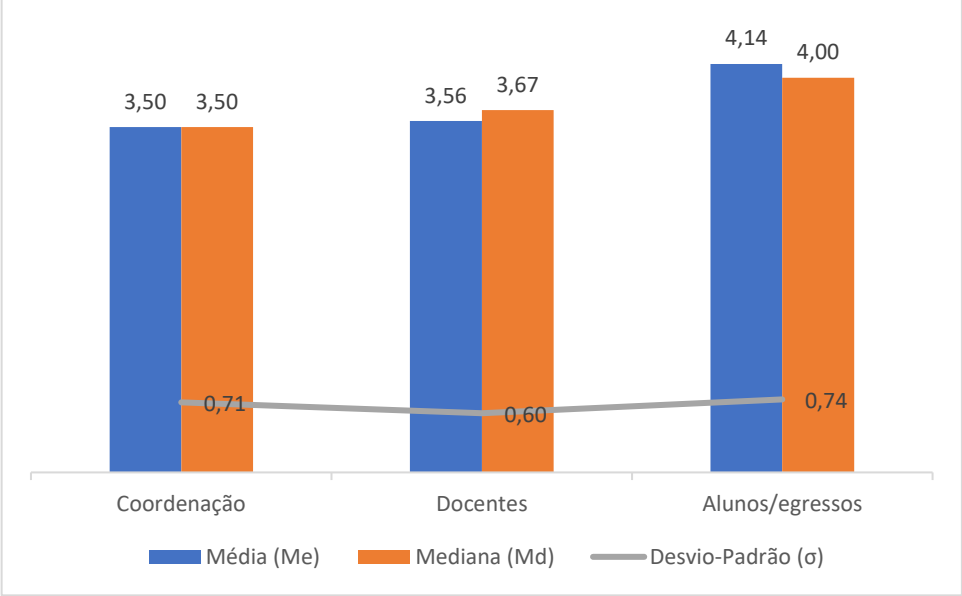
Já os docentes apresentaram uma percepção ligeiramente superior, com média de 3,56 (σ = 0,60), indicando menor variação nas respostas e possivelmente maior alinhamento com as metas propostas pela integração da extensão. Esses dados são corroborados por pesquisas como Santos e Gouw (2021) e Souza *et al.* (2023), que destacam o impacto positivo da extensão na formação de professores e no fortalecimento da relação entre teoria e prática. Além disso, o estudo de Brandão e Sprício (2023) evidencia como os docentes conseguem visualizar os resultados concretos da creditação da extensão, contribuindo para uma formação profissional mais completa e integradora.

Por outro lado, os alunos e egressos registraram as avaliações mais altas, com média de 4,14 (σ = 0,74), sugerindo uma percepção prática e positiva dos resultados alcançados pela troca de conhecimentos e pela vivência direta com as questões sociais contemporâneas. Estudos como os de Pesce *et al.* (2022), Ferraresso e Codato (2021) e Fernandes *et al.* (2023) corroboram essa percepção ao demonstrarem que as atividades extensionistas promovem o desenvolvimento de competências interpessoais e técnicas, bem como uma maior consciência crítica e cidadã. Além disso, pesquisas como Rocha e Coelho (2021) e Nóbrega e Lima (2021)

evidenciam que os estudantes reconhecem a relevância dessas experiências para sua formação profissional e para a compreensão de questões mais amplas, como sustentabilidade e justiça social.

Esses dados indicam que os resultados da interação dialógica são mais tangíveis para os estudantes, que experienciam de maneira mais direta os impactos e benefícios da curricularização. O Gráfico 2 reforça essas diferenças. Além disso, os apontamentos encontrados em Silveira *et al.* (2023) e Arienti (2023) destacam que a curricularização da extensão também funciona como um mecanismo de formação integral, promovendo não apenas competências técnicas, mas também uma maior compreensão dos desafios sociais e ambientais enfrentados pela sociedade contemporânea.

Gráfico 2 - Seção II - Art. 5º - Inciso I – "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social"



Fonte: Elaborado pela autora.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, determina a importância da articulação entre os cursos e o contexto social, o que é refletido nas percepções dos alunos/egressos. A Resolução CNE/CES nº 7/2018, que trata das diretrizes para a extensão na educação superior, enfatiza a importância de ações que integrem a educação superior com as demandas institucionais e sociais, o que pode justificar as visões mais positivas de alunos/egressos.

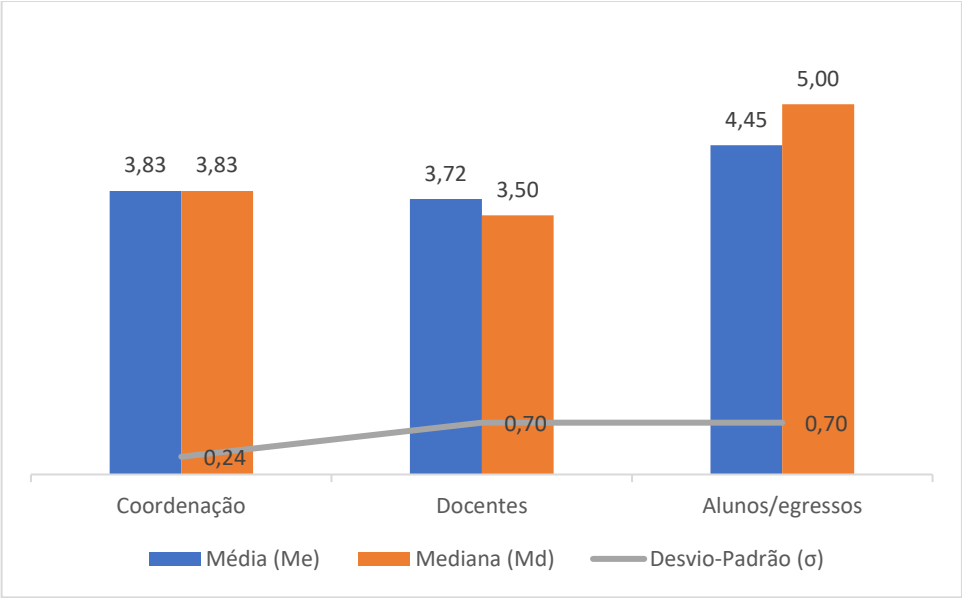
A Seção III aborda o princípio da formação cidadã dos estudantes, promovida pela vivência de seus conhecimentos de maneira interprofissional e interdisciplinar, valorizando e integrando essas experiências à matriz curricular. Esse princípio busca consolidar a extensão como uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal e acadêmico, aliando teoria e prática em um contexto socialmente relevante, conforme destacam diversos estudos. A curricularização da extensão, ao integrar práticas sociais à formação acadêmica, reforça a capacidade dos alunos de aplicar seus conhecimentos em contextos reais, promovendo o desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais (Cunico e Spessatto, 2022; Brandão e Sprício, 2023; Rocha e Coelho, 2021).

Os coordenadores demonstraram reconhecimento da integração entre a formação cidadã e a comunidade, com média de 3,83 (σ = 0,24), indicando uniformidade nessa percepção. Essa avaliação pode refletir o alinhamento entre os objetivos institucionais e os valores propostos pela curricularização. O estudo de Silvério *et al.* (2023), que investiga a percepção de acadêmicos sobre a curricularização da extensão, corrobora esses achados, ao destacar que a extensão é vista como uma ferramenta para conectar a universidade à sociedade, embora desafios como a falta de recursos também sejam mencionados. Já os docentes apresentaram uma avaliação positiva, com média de 3,72 (σ = 0,70), mas com maior variação, o que pode sugerir desafios no equilíbrio entre as dimensões interprofissional e interdisciplinar nas práticas acadêmicas. A integração da teoria com a prática em contextos extensionistas, conforme apontado por Miguel (2023) e Pesce *et al.* (2022), é um aspecto central no processo de curricularização, mas que, por vezes, enfrenta dificuldades devido à falta de recursos ou à resistência à mudança.

Por outro lado, os alunos e egressos registraram a avaliação mais alta, com média de 4,45 (σ = 0,70), evidenciando entusiasmo e maior percepção do impacto prático dessa integração na formação cidadã. Esses resultados destacam como os estudantes valorizam as vivências promovidas pela extensão e seu papel no desenvolvimento de habilidades críticas e sociais. A pesquisa de Cechinel e Durão (2023) aponta que a curricularização da extensão fortalece a formação de cidadãos críticos e engajados, preparados para atuar em diferentes contextos sociais. O Gráfico 3 reforça essas diferenças, sublinhando a relevância da integração entre os conhecimentos acadêmicos e a prática cidadã na perspectiva dos estudantes. Além disso, Jimenez *et al*. (2023) e Brandão e Sprício (2023) destacam que a

curricularização contribui para uma formação acadêmica mais holística e transformadora, ao integrar ensino, pesquisa e extensão de maneira mais efetiva.

Gráfico 3 - Seção III - Art. 5º - Inciso II – “a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular”



Fonte: Elaborado pela autora.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 sugere que a extensão deve ter um papel central na educação, especialmente na integração com a comunidade, um ponto destacado pelas percepções de alunos/egressos.

A Seção IV enfatiza a produção de mudanças tanto na instituição de ensino superior quanto nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, além de outras atividades acadêmicas e sociais. Esse princípio reflete o potencial transformador da extensão universitária, não apenas no âmbito interno das IES, mas também em sua capacidade de impactar positivamente a sociedade. Como ressaltado por Miguel (2023), a curricularização da extensão contribui para uma formação mais crítica e humanística, ao integrar ensino, pesquisa e extensão, permitindo que os estudantes adquiram uma compreensão mais profunda de sua atuação social.

As avaliações mostram um equilíbrio geral entre os grupos analisados. Os coordenadores e docentes registraram médias idênticas (3,25), o que pode sugerir uma percepção moderada das mudanças promovidas pela curricularização da extensão. A dispersão entre os coordenadores (σ = 0,35) indica opiniões convergentes, indo contra aos apresentado por Silvério *et al*. (2023), que destaca o

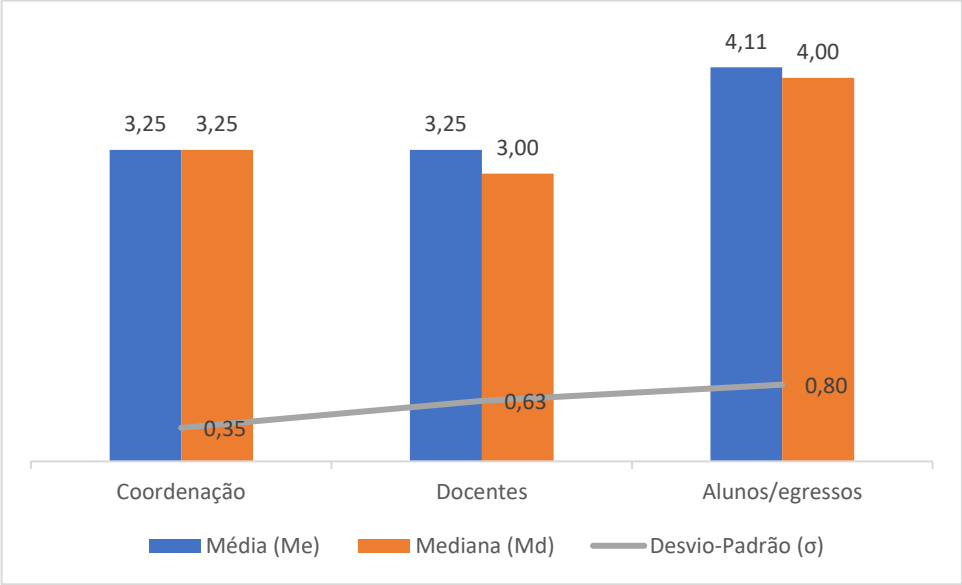
desafio de integrar diferentes visões e contextos no processo de regulamentação e implementação da curricularização da extensão como um obstáculo.

Já os alunos e egressos apresentaram médias mais altas (4,11, σ = 0,80), refletindo uma percepção mais otimista e prática das transformações geradas pela integração entre extensão e ensino. Esses resultados indicam que, para os estudantes, os impactos da curricularização são mais tangíveis e significativos, tanto no ambiente acadêmico quanto na interação com a sociedade. Silvério *et al.* (2023), reforça essa percepção, ao destacar que a extensão foi vista como um meio de conectar a universidade à sociedade, promovendo um desenvolvimento profissional e ético mais alinhado às necessidades da comunidade. Além disso, Brandão e Sprício (2023) também corroboram que a curricularização fortalece a formação dos alunos ao integrar teoria e prática, resultando em contribuições sociais concretas.

O Gráfico 4 ilustra essas diferenças e destaca que, apesar das variações, há um consenso entre os grupos quanto ao potencial da curricularização em promover melhorias institucionais e sociais, alinhando-se aos princípios estruturantes da extensão universitária. Cechinel e Durão (2023) apoia essa visão, ao defender que a curricularização transforma paradigmas curriculares, consolidando a extensão como um processo sociocultural e promovendo novas formas de atuação política e compreensão do mundo.

Para os coordenadores e docentes, a curricularização da extensão não apenas transforma o ensino, mas também fortalece o papel das universidades como agentes sociais, um ponto reforçado pela análise de Jimenez *et al.* (2023), que evidencia a capacitação dos alunos para enfrentar desafios técnicos e sociais por meio da integração das atividades extensionistas.

Gráfico 4 - Seção IV - Art. 5º - Inciso III – “a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais”



Fonte: Elaborado pela autora.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018, ao estabelecer as diretrizes para a extensão, coloca a extensão como uma ferramenta de transformação institucional e social, o que é corroborado pelas percepções dos alunos/egressos.

A Seção V aborda a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, fundamentada em um processo pedagógico único que combina dimensões interdisciplinares, político-educacionais, culturais, científicas e tecnológicas. Esse princípio reforça a importância de integrar as atividades acadêmicas de forma coesa, ampliando o impacto formativo e transformador da extensão universitária. Estudos demonstram que a curricularização da extensão não só contribui para o desenvolvimento das competências dos alunos, como também reforça a integração entre teoria e prática, essencial para uma formação mais completa (Brandão; Sprícigo, 2023).

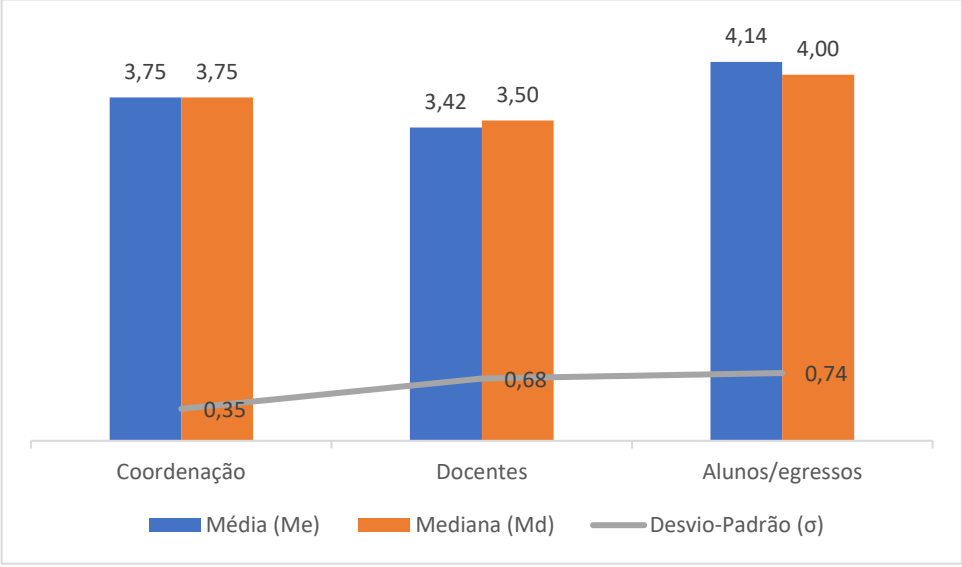
A percepção da relevância curricular foi avaliada de forma moderada pelos coordenadores (média de 3,75, $\sigma = 0,35$), indicando uma visão mais uniforme sobre a articulação dos três pilares acadêmicos. Os docentes, por outro lado, apresentaram uma média ligeiramente inferior (3,42, $\sigma = 0,68$), refletindo maior dispersão nas opiniões e possíveis desafios na implementação dessa integração. Essa discrepância também é evidenciada em estudos como os de Pesce *et al.* (2022), Jimenez *et al.* (2023) e Pereira e Montiel (2023), os quais destacam a diversidade de percepções acerca da curricularização da extensão, com ênfase nos desafios relacionados à

desmotivação e à escassez de recursos. A pesquisa sugere que, apesar desses obstáculos, a curricularização tem um impacto positivo, promovendo a formação mais ampla e o engajamento social dos alunos. Além disso, a pesquisa de Nozaki *et al*. (2022) destaca a importância da formação contínua dos docentes e coordenadores para superar essas dificuldades e garantir a efetividade da integração.

Já os alunos e egressos demonstraram uma percepção mais positiva, com uma média de 4,14 (σ = 0,74), sugerindo que essa articulação é mais evidente e valorizada nos resultados práticos percebidos por esse grupo. Essa diferença pode refletir o impacto direto das atividades extensionistas na formação acadêmica e profissional dos estudantes, em um contexto interdisciplinar e integrado. A experiência vivenciada pelos alunos em projetos extensionistas foi destacada em vários estudos, como o de Ribeiro (2022), que ressalta como a curricularização proporcionou experiências práticas valiosas, enriquecendo a formação teórica dos estudantes.

O Gráfico 5 ilustra essa tendência, evidenciando que, enquanto coordenadores e docentes reconhecem a importância da articulação, os estudantes a vivenciam de maneira mais intensa, o que contribui para a valorização dos aspectos práticos e formativos da extensão universitária. A percepção dos alunos de cursos como o de Administração e Engenharia, conforme estudo de Silva *et al.* (2022)), corrobora essa visão ao apontar que a participação em projetos de extensão não só amplia suas competências técnicas, mas também fortalece a formação ética e social dos futuros profissionais.

Gráfico 5 - Seção V - Art. 5º - Inciso IV – “a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.”



Fonte: Elaborado pela autora.

A Lei nº 9.394/1996, ao tratar das diretrizes da educação nacional, destaca a importância de integrar atividades acadêmicas com as demandas do mundo do trabalho e com a sociedade, uma diretriz evidenciada pelas percepções dos alunos.

A Seção VI trata das diretrizes para a operacionalização da extensão no currículo acadêmico, com foco na formação integral do estudante, promovendo seu desenvolvimento como cidadão crítico e responsável. Esse princípio enfatiza o papel da curricularização da extensão em articular conhecimento acadêmico e práticas sociais, fortalecendo a formação ética e cidadã. Nesse sentido, o estudo de Cunico e Spessatto (2022), que analisou a curricularização em um curso de Tecnologia em Design de Moda, enfatiza a importância de a extensão integrar a prática profissional ao ensino acadêmico, favorecendo a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho e promovendo o desenvolvimento de competências sociais.

Os coordenadores avaliaram essa seção de forma altamente positiva, com média de 4,00 (σ = 0,00), refletindo uma percepção uniforme e favorável sobre o impacto da curricularização na formação dos estudantes. A experiência dos autores Silvério *et al.* (2022) com acadêmicos de Licenciatura em Matemática, por exemplo, reforça essa ideia ao identificar que a curricularização da extensão, ao promover a integração acadêmica e social, possibilita o desenvolvimento profissional, ético e humanístico dos alunos.

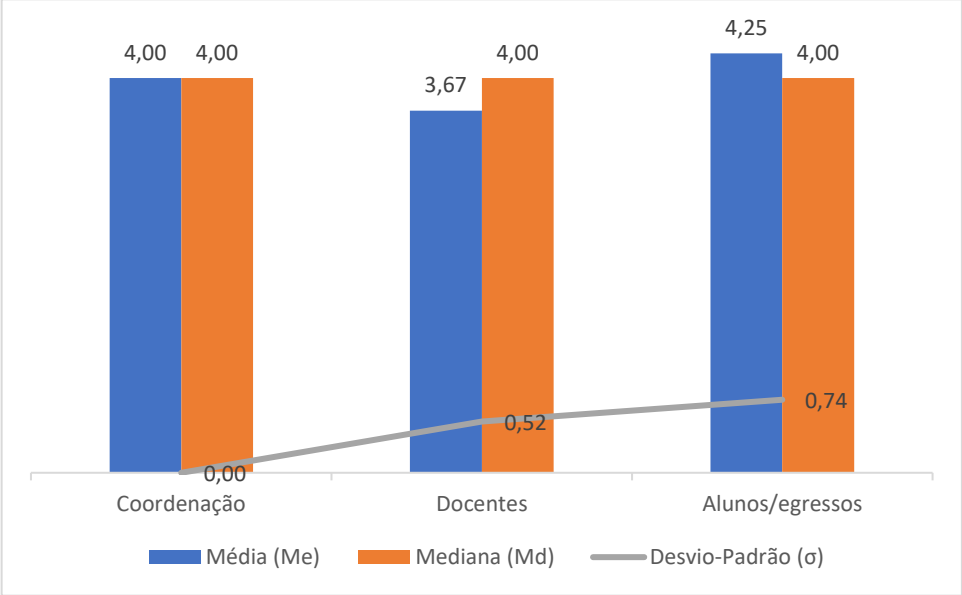
Os alunos e egressos também atribuíram alta valorização a esse princípio, com média de 4,25 (σ = 0,74), evidenciando que o processo tem contribuído para sua formação cidadã e crítica. Os estudos de Rocha; Coelho (2021) e Fernandes *et al*. (2023), que abordam a curricularização em cursos de graduação, sugerem que essa estratégia fortalece a formação acadêmica e prepara os alunos para as demandas sociais, corroborando com as percepções dos alunos e egressos. A pesquisa de Ribeiro (2021), ao destacar a integração da extensão com a educação básica, mostra como essas experiências contribuem para uma maior conscientização e reflexão crítica, alinhando-se com a percepção dos alunos sobre o impacto social da curricularização.

Os docentes apresentaram uma média ligeiramente inferior, de 3,67 (σ = 0,52), mas ainda dentro de uma avaliação positiva, o que demonstra reconhecimento da importância da continuidade desse processo. Esse resultado sugere que, embora existam desafios na implementação, os três grupos percebem o potencial transformador da extensão quando integrada ao currículo. A pesquisa de Milhomem

(2023), que discute a curricularização como uma estratégia para a transformação de ações acadêmicas, também corrobora a importância da integração ensino-pesquisa-extensão, promovendo uma formação mais crítica e alinhada aos desafios sociais e profissionais.

O Gráfico 6 ilustra essa convergência, mostrando como os diferentes grupos reconhecem o papel da curricularização da extensão na formação integral e na promoção de valores que transcendem o ambiente acadêmico. Além disso, conforme enfatizado por Silva *et al.* (2022) e Arienti (2023), a curricularização não apenas contribui para a formação acadêmica, mas também promove a integração entre os saberes acadêmicos e as necessidades da sociedade, refletindo uma visão mais holística e transformadora da educação superior.

Gráfico 6 - Seção VI - Art. 6º - Inciso I – “a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável”.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 ressalta a necessidade de garantir a continuidade das ações extensionistas como forma de consolidar os impactos a longo prazo na formação acadêmica e social dos alunos.

A Seção VII aborda as diretrizes para a operacionalização da extensão no currículo acadêmico, com destaque para o estabelecimento de um diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, promovendo e respeitando a interculturalidade. Esse princípio reforça a necessidade de uma interação que transcenda barreiras culturais, contribuindo para o fortalecimento de relações colaborativas e inclusivas.

As avaliações dessa seção apresentaram maior dispersão, especialmente entre os coordenadores, que atribuíram uma média de 3,25 (σ = 1,06), evidenciando diferentes percepções sobre a efetividade do diálogo intercultural promovido pela extensão. Os docentes também registraram uma média de 3,25, mas com menor variação (σ = 0,61), indicando uma visão mais uniforme, embora moderada, sobre a implementação desse princípio.

Este fenômeno é corroborado por estudos como o de Cunico e Spessatto (2022), que, ao analisar a curricularização da extensão em um curso de Tecnologia em *Design* de Moda, destacou como a adaptação ao ensino remoto durante a pandemia levou a uma variação nas percepções de eficácia das iniciativas extensionistas, embora com foco no desenvolvimento de competências práticas. Da mesma forma, o estudo de Silvério *et al.* (2023), sobre a percepção de acadêmicos de Licenciatura em Matemática, evidenciou a divergência nas avaliações, apontando tanto o potencial transformador da extensão quanto os desafios enfrentados pelos acadêmicos, como desmotivação e falta de recursos.

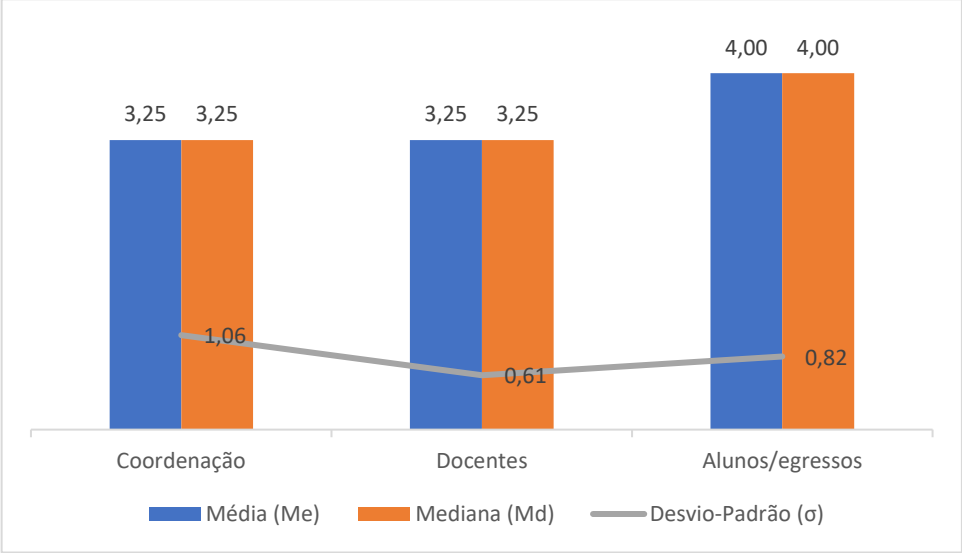
Por outro lado, alunos e egressos destacaram-se com uma média de 4,00 (σ = 0,82), refletindo uma percepção mais otimista e prática sobre os impactos desse diálogo na sua formação e na interação com a sociedade. O Gráfico 7 ilustra essas diferenças, mostrando que, embora haja variações entre os grupos, os alunos apresentam maior uniformidade na percepção de que a extensão tem potencial para fomentar um diálogo intercultural transformador e relevante para sua formação acadêmica e cidadã.

Estudos como os de Nóbrega; Lima (2021) e Giannella (2024) apontam que os alunos frequentemente valorizam a aplicação prática da extensão, especialmente quando ela resulta em intervenções comunitárias concretas que ampliam sua visão crítica sobre questões sociais e culturais. A pesquisa de Almeida e Barbosa (2019) também corrobora essa perspectiva, destacando como as atividades extensionistas capacitaram os alunos a enfrentar desafios sociais e ambientais, fortalecendo seu compromisso com a transformação social.

Essas análises reforçam a importância da curricularização da extensão como um mecanismo de transformação não apenas para os alunos, mas também para os coordenadores e docentes, que, embora reconheçam seu valor, ainda enfrentam dificuldades em integrar plenamente esse princípio no currículo. As contribuições de Ferraresso e Codato (2021) defendem a superação de uma visão puramente

instrumental da extensão, propondo sua consolidação como um processo sociocultural que ultrapasse os limites acadêmicos, como demonstrado no processo de curricularização na Universidade Federal do Tocantins (Milhomem, 2023).

Gráfico 7 - Seção VII - Art. 6º -: Inciso II – “o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade”.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Lei nº 9.394/1996 e a Resolução CNE/CES nº 7/2018 mencionam a necessidade de superar barreiras estruturais e administrativas para garantir a efetiva implementação das ações extensionistas, o que é refletido na percepção de dificuldades por parte dos coordenadores e docentes.

A Seção VIII trata das diretrizes para a operacionalização da extensão no currículo acadêmico, enfatizando a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com diversas áreas estratégicas, como comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho.

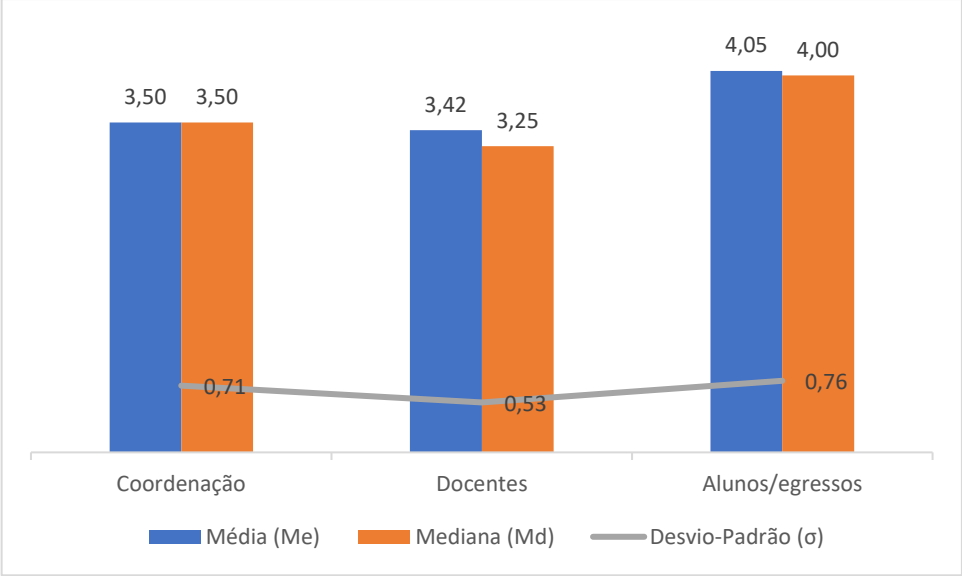
As avaliações dessa seção foram moderadas entre os coordenadores, que registraram uma média de 3,50 (σ = 0,71), e os docentes, com média de 3,42 (σ = 0,53), refletindo a percepção de que há avanços, mas também desafios na integração efetiva desse compromisso social no currículo. Essa visão é corroborada pelo estudo de Brandão; Sprícigo (2023), que aponta que a curricularização da extensão, embora ainda enfrentando obstáculos, promove uma transformação nos paradigmas curriculares ao integrar ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável. Além disso, Santos e Gouw (2021) destacam que a curricularização permite uma formação

mais completa ao conectar teoria e prática, embora muitos docentes ainda relatem dificuldades no processo de implementação.

Por outro lado, alunos e egressos destacaram-se com uma média de 4,05 (σ = 0,76), sugerindo uma percepção mais positiva da comunicação institucional e das iniciativas desenvolvidas. A pesquisa de Miguel (2023) reforça essa perspectiva, ao indicar que a curricularização da extensão tem impacto positivo na formação dos alunos, especialmente em termos de desenvolvimento profissional, ético e humanístico. Essa experiência positiva pode ser observada também no estudo de Cunico; Spessatto (2022), que evidencia a integração de práticas de extensão no curso de Tecnologia em *Design* de Moda, que proporcionou aos alunos uma preparação mais robusta para o mercado de trabalho, apesar das limitações nas parcerias com as empresas.

O Gráfico 8 ilustra essas diferenças. Em uma análise mais abrangente, a curricularização da extensão, como enfatizado em Miguel (2023), deve ser vista como uma estratégia transformadora que reforça o papel da universidade como agente social. De acordo com a experiência relatada por autores como Wagner; Cunha (2022), a curricularização não apenas amplia as fronteiras da sala de aula, mas também fortalece a formação cidadã dos estudantes, incentivando-os a se engajar com as questões sociais e ambientais de forma crítica e proativa.

Gráfico 8 - Seção VIII - Art. 6º - Inciso III – “a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena”.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 e as diretrizes institucionais do IFSULDEMINAS destacam a importância de uma comunicação fluida para garantir o sucesso na integração da extensão aos currículos.

A Seção IX aborda as diretrizes relacionadas à promoção da reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa, destacando a importância de integrar essas discussões ao processo de curricularização da extensão. Esse princípio busca estimular uma abordagem crítica e ética que fortaleça a conexão entre os objetivos educacionais e os desafios sociais contemporâneos. Estudos como os de Miguel (2023), Souza *et al.* (2023) e Silva *et al.* (2022) destacam a curricularização da extensão como um fator para promover uma educação que articula teoria e prática, reforçando a responsabilidade social da universidade e o papel transformador da educação superior. Além disso, a reflexão ética dentro da extensão contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica nos estudantes, preparando-os para enfrentar questões sociais complexas.

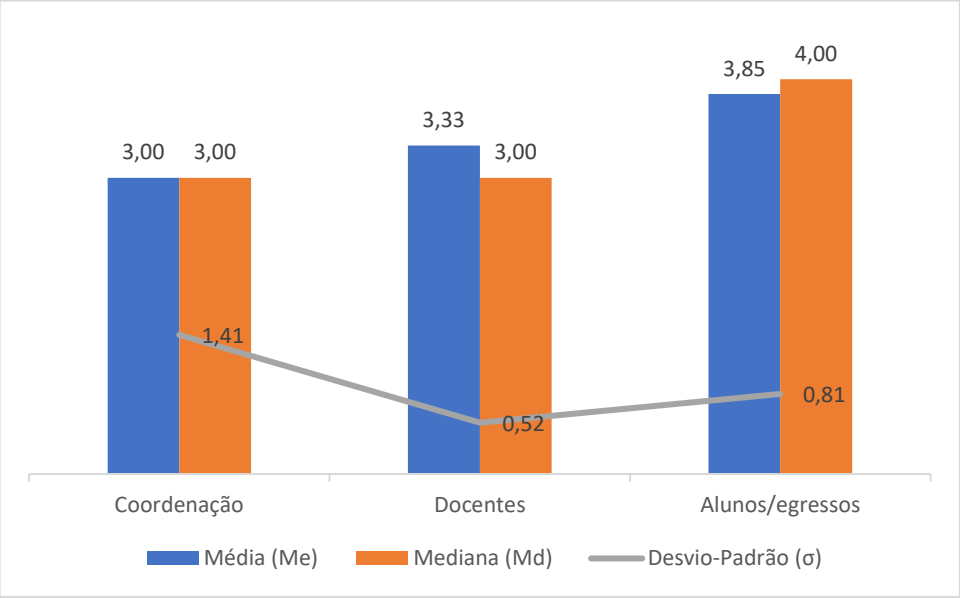
As avaliações dessa seção demonstraram menor consenso entre os grupos. Coordenadores apresentaram uma média de 3,00 ($\sigma = 1,41$), indicando dispersão nas percepções sobre como a reflexão ética tem sido incorporada. O estudo de Arienti (2023) reforça essa variação, ao relatar que, apesar do reconhecimento da importância da integração acadêmica e social proporcionada pela curricularização, fatores como a falta de recursos e a desmotivação de alguns atores dificultam uma percepção uniforme.

Docentes registraram uma média ligeiramente superior de 3,33 ($\sigma = 0,52$), com menor variação de respostas, possivelmente refletindo maior alinhamento entre eles sobre os desafios éticos enfrentados. A pesquisa de Silva *et al.* (2022), que examina a curricularização nos cursos de Engenharia, observa um desenvolvimento positivo das competências profissionais, incluindo uma visão ética mais alinhada com os desafios sociais e ambientais.

Por outro lado, alunos e egressos demonstraram uma percepção mais positiva, com média de 3,85 ($\sigma = 0,81$). Este dado é corroborado por estudos como o de Brandão; Sprícigo (2023), que aponta que a curricularização proporciona uma formação integral, conectando teoria e prática de forma eficaz, facilitando a internalização de princípios éticos em contextos reais. A análise de Miguel (2023) também confirma que, em atividades extensionistas, como oficinas e projetos comunitários, os alunos vivenciam diretamente a aplicação de valores éticos,

reforçando o compromisso social e promovendo um aprendizado mais significativo. O Gráfico 9 ilustra a maior variação de opiniões entre os grupos, refletindo esses diferentes níveis de percepção e engajamento com a curricularização da extensão.

Gráfico 9 - Seção IX - Art. 6º - Inciso IV – “a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa”.



Fonte: Elaborado pela autora.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração (Resolução CNE/CES nº 4/2005) sugerem a padronização das avaliações para garantir a qualidade e a transparência das práticas educativas.

A Seção X trata do incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento das questões da sociedade brasileira, enfatizando o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento econômico, social e cultural. Essa diretriz busca fortalecer a conexão entre a formação acadêmica e a responsabilidade social, promovendo um impacto positivo na sociedade por meio das atividades extensionistas.

As avaliações dos diferentes grupos apresentaram percepções distintas. Coordenadores e alunos/egressos tiveram médias idênticas (4,00), com um desvio-padrão nulo entre os coordenadores, sugerindo consenso sobre a importância desse aspecto. Alunos e egressos, embora tenham registrado um desvio-padrão moderado ($\sigma = 0,79$), reforçam uma percepção prática e positiva sobre a contribuição da extensão nesse enfrentamento de questões sociais.

Nesse sentido, estudos como o de Silvério *et al.* (2023), que analisou a percepção de acadêmicos de Licenciatura em Matemática, destacam como a

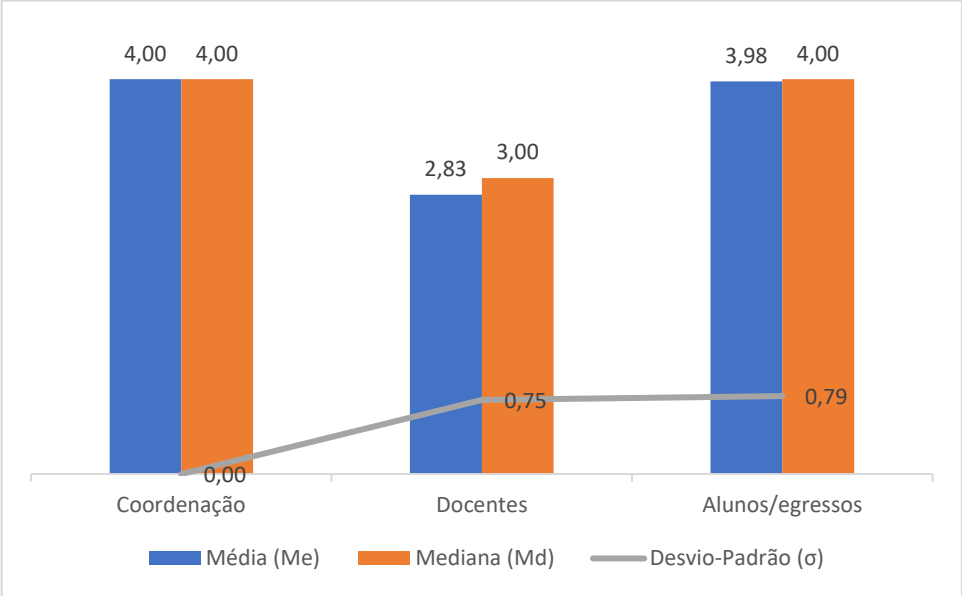
extensão se configura como um meio de conectar a universidade à sociedade, promovendo o desenvolvimento ético e humanístico dos estudantes, apesar dos desafios relacionados a desmotivação e falta de recursos. Similarmente, Pesce *et al.* (2022) demonstrou que projetos extensionistas, ao tratar de temas como violência e preconceito, podem gerar uma reflexão crítica e ampliar a conscientização social, corroborando a avaliação positiva de alunos e egressos quanto à relevância da extensão para a sociedade.

Por outro lado, os docentes apresentaram a avaliação mais baixa, com média de 2,83 (σ = 0,75), indicando um distanciamento maior em relação a essa diretriz. Essa discrepância pode refletir desafios na implementação da curricularização que envolvam a participação docente de maneira mais efetiva.

Contribuições teóricas sobre esse distanciamento, como as apontadas em Minghelli *et al.* (2021), indicam que a curricularização da extensão, embora essencial para a transformação de paradigmas acadêmicos, enfrenta resistência em termos de integração prática. Autores como Arienti (2023) e Miguel (2023) reforçam que o processo de curricularização exige uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e que a superação dessa resistência depende de um esforço contínuo de integração, com mais apoio institucional e uma revisão crítica das práticas pedagógicas.

O Gráfico 10 ilustra essas diferenças, destacando a necessidade de promover maior integração dos docentes nesse processo, para que a extensão alcance todo o seu potencial como ferramenta de transformação social e contribuição ao desenvolvimento sustentável. Estudos como o de Milhomem (2023), que relata a experiência da Universidade Federal do Tocantins, evidenciam que, apesar dos desafios, é possível avançar na curricularização por meio de processos colaborativos e estruturados, com a criação de comissões e regulamentações claras, oferecendo modelos para outras instituições. Nesse sentido, o aumento do engajamento docente é necessário para uma curricularização mais efetiva e integrada.

Gráfico 10 - Seção X - Art. 6º - Inciso V – “o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural”.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Resolução CONSUP nº 91/2019, ao definir as diretrizes de curricularização da extensão, propõe uma gestão integrada, o que reforça a importância do monitoramento colaborativo.

A Seção XI aborda o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação. Essa diretriz reforça a necessidade de alinhar as práticas acadêmicas aos valores éticos e ao compromisso com a transformação social, promovendo uma formação cidadã e consciente.

As percepções sobre a curricularização da extensão variam entre os diferentes grupos analisados. Os alunos/egressos apresentam uma visão bastante positiva, com média de 4,34 (σ = 0,66) e mediana de 4,50, sugerindo que o impacto prático da curricularização foi significativo e bem percebido por eles, especialmente no que diz respeito ao compromisso ético e social promovido pela extensão. O estudo Cunico e Spessatto (2022), ao explorar a curricularização em cursos de Tecnologia em *Design* de Moda, corrobora essa visão positiva, ao mostrar como a extensão contribui para o desenvolvimento de competências dos alunos, embora também reconheça os desafios como a participação limitada das empresas.

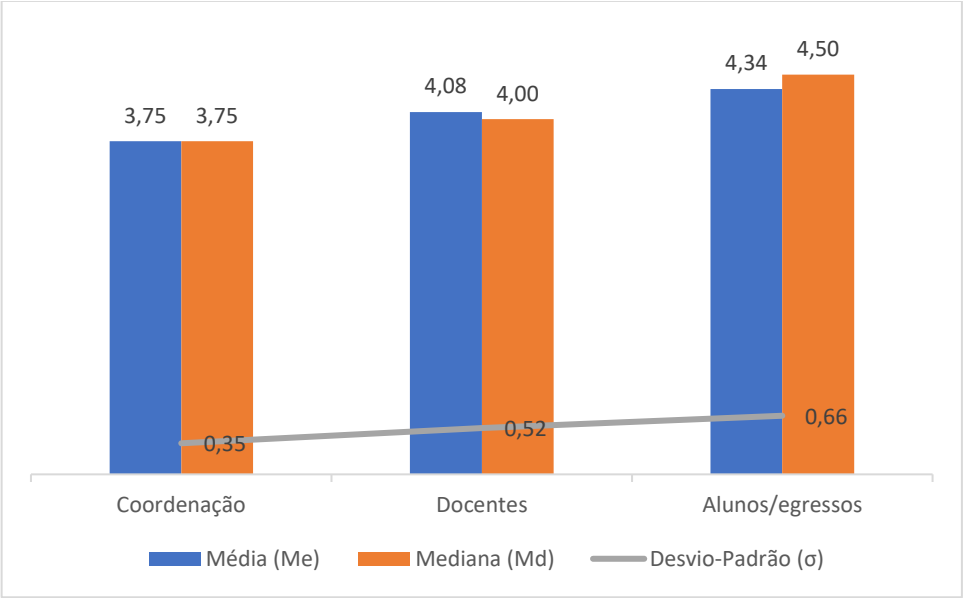
Por outro lado, os coordenadores mostram uma percepção moderada, com média de 3,75 (σ = 0,35) e mediana de 3,75. Esse resultado pode refletir uma visão

mais equilibrada, influenciada pela carga administrativa e pelos desafios relacionados à implementação e à sustentação das práticas extensionistas sob uma ótica ética e de compromisso institucional. O artigo Miguel (2023) ao discutir o papel da curricularização da extensão, aponta que a integração entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental, mas que as questões administrativas e a necessidade de revisão dos projetos pedagógicos podem limitar a eficácia desse processo. Esse estudo sugere que a gestão da curricularização requer um equilíbrio delicado entre os objetivos acadêmicos e os desafios da prática extensionista.

Os docentes, por sua vez, também têm uma visão positiva, com média de 4,08 ($\sigma = 0,52$) e mediana de 4,00, evidenciando uma avaliação favorável. Apesar disso, uma ligeira variação nas respostas sugere que, embora reconheçam a importância dos princípios éticos no contexto da extensão, existem diferentes interpretações ou experiências na prática. A experiência relatada no estudo dos autores Pesce *et al.* (2022), que analisa o Projeto EDUPAZ, reforça a importância da curricularização da extensão ao integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação mais crítica e socialmente responsável.

O Gráfico 11 ilustra essas diferenças de percepção entre os grupos, destacando a visão mais otimista dos alunos e egressos em relação à efetividade da extensão como promotora de valores éticos e compromisso social. De acordo com o estudo Silva *et al.* (2022), que analisa o impacto da curricularização em cursos de Engenharia, a aplicação de atividades extensionistas contribui para o desenvolvimento de competências críticas e sociais, o que pode explicar a visão positiva dos alunos em relação ao impacto social da extensão. A análise da curricularização da extensão nos diferentes cursos, como demonstrado nos estudos Silva *et al.* (2022) e Almeida; Barbosa (2019) sobre engenharia e saúde, também aponta para a relevância dessa prática na formação de profissionais mais conscientes e comprometidos com as necessidades da sociedade.

Gráfico 11 - Seção XI - Art. 6º - Inciso VI – “o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação”.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Seção XII destaca a atuação na produção e na construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável e alinhados com a realidade brasileira. Essa diretriz reflete a importância de integrar a extensão ao contexto social e econômico do país, promovendo práticas que respondam de maneira eficaz às demandas da sociedade, em especial, em um ambiente em constante transformação.

A curricularização da extensão tem se mostrado uma estratégia relevante para conectar a universidade à sociedade, como evidenciado por diversos estudos. Por exemplo, o estudo de Casagrande e Vaniel (2022) destaca a adaptação da extensão ao ensino remoto durante a pandemia, mostrando como a integração com empresas e o uso de ferramentas digitais contribuíram para o desenvolvimento de competências e a preparação dos alunos para o mercado.

Em relação à Seção XII, as percepções dos grupos mantêm uma tendência geral de visão positiva, embora as avaliações dos coordenadores e docentes apresentem resultados um pouco mais moderados. Os alunos/egressos, com uma média de 4,12 ($\sigma = 0,70$) e mediana de 4,00, ainda evidenciam uma avaliação positiva sobre a curricularização da extensão, refletindo a experiência prática e otimista desses grupos. Esse otimismo é corroborado pelo estudo de Silvério *et al.* (2023), que, ao investigar acadêmicos de Licenciatura em Matemática, também encontrou que a extensão foi vista como uma oportunidade de conexão entre a universidade e a

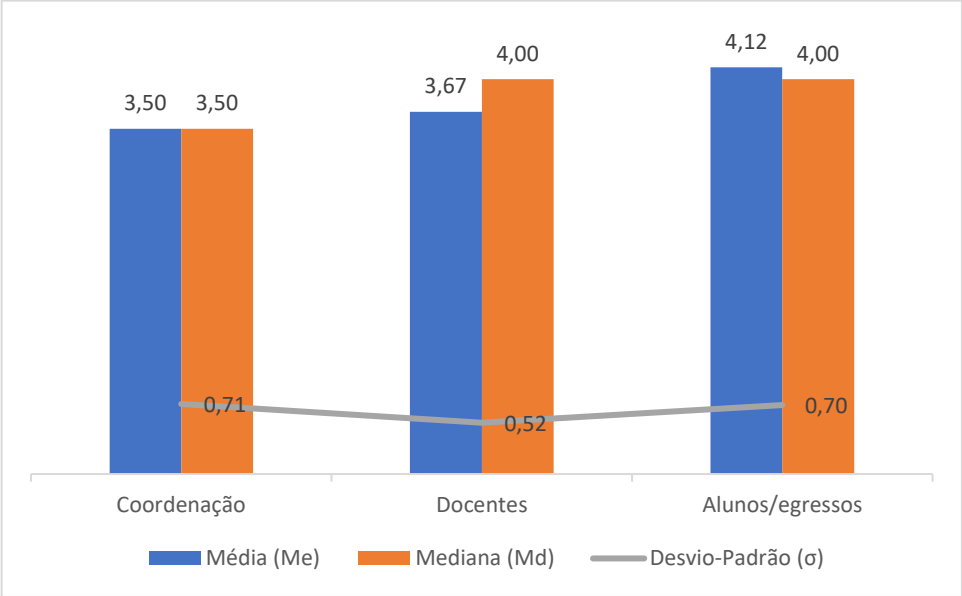
sociedade, promovendo o desenvolvimento profissional, ético e humanístico, apesar dos desafios como a desmotivação e falta de recursos. A variação um pouco maior entre as percepções dos alunos sugere uma percepção prática com diferentes intensidades de impacto, o que é comum em experiências extensionistas.

Os coordenadores, por outro lado, possuem uma média de 3,50 (σ = 0,71) e mediana de 3,50, mantendo uma percepção mais comedida, que pode ser atribuída a aspectos operacionais e administrativos no processo de implementação da extensão. Este resultado está alinhado com os desafios mencionados no estudo Milhomem (2023), onde a implementação da curricularização na Universidade Federal do Tocantins (UFT) começou com obstáculos organizacionais e, apesar das dificuldades, se expandiu para 48 cursos até 2022, evidenciando a importância da colaboração e do processo estruturado para o sucesso dessa integração.

Já os docentes apresentam uma média de 3,67 (σ = 0,52) e mediana de 4,00, indicando que a percepção deles também é positiva, embora com uma variação considerável. Essa diferença pode estar relacionada à carga de trabalho ou aos desafios práticos enfrentados na aplicação das atividades de extensão, como sugerido no estudo Silveira *et al.* (2023), que indica que a curricularização proporcionou experiências práticas valiosas, mas também desafios como a falta de tempo e recursos. Esses elementos influenciam a avaliação da coerência e da sustentabilidade das práticas extensionistas no contexto acadêmico.

O Gráfico 12 reflete essas variações e oferece uma visualização das diferenças entre os grupos.

Gráfico 12 - Seção XII - Art. 6º - Inciso VII – “a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira”.



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas análises realizadas, evidencia-se que a curricularização da extensão, orientada pelas diretrizes da Resolução CNE/CES nº 7/2018, representa um processo transformador no ensino superior. Essa iniciativa promove a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de fomentar uma interação dialógica entre a academia e a sociedade. As percepções coletadas entre coordenadores, professores, alunos e egressos destacam tanto os avanços quanto os desafios prejudiciais à implementação desse princípio na IES pesquisada.

De modo geral, os resultados revelam um consenso sobre a relevância da extensão como instrumento pedagógico e social, embora cada grupo apresente avaliações distintas, moldadas por suas experiências e perspectivas. Alunos e egressos ressaltam os benefícios práticos e formativos proporcionados pela curricularização, enquanto coordenadores e docentes enfatizam os desafios administrativos e estruturais.

Os dados reforçam que a curricularização da extensão ultrapassa uma simples exigência normativa, consolidando-se como uma estratégia para promover a formação cidadã, fortalecer a relação entre academia e sociedade e transformar paradigmas educacionais. Para que o processo avance, torna-se necessário investir em recursos, políticas institucionais claras e capacitação docente, garantindo que a

extensão cumpra seu papel formativo e gere mudanças significativas nos âmbitos acadêmico e social.

No que se refere à operacionalização prática da curricularização, o caso analisado evidencia que a articulação entre projetos extensionistas e disciplinas curriculares exige planejamento cuidadoso, que integre demandas sociais aos objetivos pedagógicos. Destaca-se, ainda, a importância de parcerias públicas externas com organizações, privadas e comunitárias, como estratégia para ampliar o alcance e a eficácia das ações extensionistas.

Outro ponto de destaque é o protagonismo estudantil na execução das atividades de extensão. Aqueles que assumem papéis ativos nesses projetos desenvolvem habilidades como liderança, trabalho em equipe e resolução de problemas, contribuindo para sua formação integral.

Assim, a pesquisa reafirma o potencial da curricularização da extensão como pilar para a educação superior, articulando conhecimento, prática e transformação social em alinhamento com os princípios estruturantes da extensão universitária. Superar os desafios identificados requer não apenas ações pontuais, mas uma mudança cultural e estrutural na instituição promovendo uma integração orgânica entre a instituição e a sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão, conforme os princípios estruturantes da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, representa um marco na integração entre ensino, pesquisa e extensão, conferindo às Instituições de Ensino Superior um papel mais ativo na formação cidadã e no atendimento às demandas sociais. Este estudo investigou o processo de implantação e implementação dessa política no Bacharelado em Administração do IFSULDEMINAS – *Campus* Carmo de Minas, respondendo à questão central de como esse processo ocorreu e como as concepções e práticas foram aplicadas e percebidas pelos diferentes atores envolvidos.

Os resultados indicam avanços importantes, como a maior interação dialógica entre a instituição e a sociedade, a incorporação de atividades extensionistas à matriz curricular e o fortalecimento da formação integral dos estudantes. Contudo, desafios persistem, relacionados à sensibilização institucional, resistências internas, questões orçamentárias e adaptações legais necessárias para a plena efetivação das diretrizes da Resolução nº 7/2018.

Os dados quantitativos e qualitativos coletados permitiram identificar pontos fortes, como o impacto positivo na formação integral dos estudantes e a sensibilização institucional para a extensão como prática pedagógica indispensável. No entanto, também foram evidenciadas resistências iniciais, limitações orçamentárias e desafios metodológicos que dificultaram a implementação plena. A análise crítica revelou que, embora a curricularização esteja consolidada em diversos aspectos, ainda há espaço para aprimorar sua eficácia, principalmente no que tange à mobilização docente e ao acompanhamento contínuo das ações extensionistas.

Em relação aos objetivos específicos, identificou-se que a política de implantação da curricularização no *campus* envolveu esforços para superar barreiras institucionais, embora ainda haja necessidade de maior clareza em estratégias de creditação e sistematização das atividades de extensão. As percepções dos coordenadores, professores, alunos e egressos revelaram uma visão positiva quanto ao potencial transformador da extensão, mas também destacaram limitações em sua execução prática.

Em se tratando da Seção I, de âmbito geral, os alunos e egressos apresentaram uma visão mais positiva, refletindo a percepção concreta dos impactos

da extensão em sua formação acadêmica e profissional, corroborando estudos que apontaram a extensão como um instrumento de desenvolvimento de competências técnicas, éticas e cidadãs (Silvério *et al.,* 2023; Cunico e Spessatto, 2022). Os coordenadores, por sua vez, apresentaram uma avaliação mais moderada, possivelmente em razão das complexidades administrativas, da necessidade de articulação institucional e dos desafios de implementação da curricularização (Milhomem, 2023; Pereira, 2023; Frutuoso, 2023). Os docentes, embora também tivessem uma percepção positiva, apresentaram maior variação nas respostas, indicando dificuldades em equilibrar o ensino, a pesquisa e as atividades extensionistas (Moreira *et al*., 2023; Arienti, 2023).

Quanto à Seção II, que abordou a interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade, os alunos e egressos registraram as avaliações mais elevadas, evidenciando o impacto prático das atividades extensionistas e o engajamento com questões sociais contemporâneas (Marques *et al*., 2022; Ferraresso e Codato, 2021). Coordenadores e docentes apresentaram percepções moderadas, o que indicou que a consolidação de práticas que integram efetivamente ensino, pesquisa e extensão ainda enfrentava desafios, especialmente no que se referia ao engajamento institucional e à articulação com os objetivos acadêmicos (Silvério *et al*., 2023; Pereira e Montiel, 2023).

Já na Seção III, relativa à formação cidadã dos estudantes, a curricularização da extensão revelou-se um instrumento eficaz para permitir que os estudantes aplicassem seus conhecimentos de maneira interprofissional e interdisciplinar, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades críticas e sociais (Cunico e Spessatto, 2022; Brandão e Sprício, 2023; Rocha e Coelho, 2021). Alunos e egressos destacaram a relevância prática dessas experiências, enquanto coordenadores reconheceram a integração entre formação cidadã e docentes assinalaram desafios na articulação entre teoria e prática, muitas vezes relacionados à limitação de recursos ou à resistência à mudança (Silvério *et al*., 2023; Miguel, 2023).

A Seção IV enfatizou a produção de mudanças na instituição de ensino superior e nos demais setores da sociedade, evidenciando o potencial transformador da extensão universitária. Alunos e egressos registraram avaliações mais altas, refletindo percepções otimistas e práticas das transformações geradas, enquanto coordenadores e docentes apresentaram médias moderadas, com maior dispersão entre coordenadores, possivelmente influenciada por diferentes experiências de

implementação (Miguel, 2022; Silvério *et al*., 2023; Brandão e Sprício, 2023; Cechinel e Durão, 2023; Jimenez *et al*., 2023).

Na Seção V, que abordou a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, os alunos e egressos perceberam de forma mais intensa a integração das atividades acadêmicas, valorizando o impacto prático e formativo da extensão. Coordenadores e docentes demonstraram avaliações moderadas, refletindo desafios na implementação dessa articulação, como falta de recursos e necessidade de formação contínua (Pesce *et al.*, 2022; Jimenez *et al.*, 2023; Pereira e Montiel, 2023).

Na Seção VI, relativa à operacionalização da extensão no currículo acadêmico e à formação integral do estudante, todos os grupos reconheceram o impacto positivo da curricularização na formação cidadã e crítica. Alunos e egressos atribuíram maior valorização, enquanto docentes e coordenadores apresentaram percepções favoráveis, ainda que com algumas variações, refletindo o reconhecimento do potencial transformador da extensão quando integrada de forma contínua ao currículo (Miguel, 2023; Ribeiro, 2021; Silvério *et al*., 2023; Brandão, Sprício, 2023; Jimenez *et al*., 2023; Cunico e Spessatto, 2022).

Na Seção VII, que abordou as diretrizes para a operacionalização da extensão no currículo acadêmico, destacou-se o estabelecimento de um diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade, tanto no Brasil quanto no cenário internacional, promovendo e respeitando a interculturalidade. As avaliações dessa seção evidenciaram maior dispersão entre os coordenadores, que atribuíram uma média de 3,25 (σ = 1,06), demonstrando diferentes percepções sobre a efetividade desse diálogo, enquanto os docentes registraram média semelhante (3,25, σ = 0,61), mas com menor variação. Estudos como os de Cunico, Spessatto (2022) e Casagrande, Vaniel (2022) indicaram que a adaptação ao ensino remoto e as limitações institucionais geraram divergência nas percepções sobre a extensão, embora o potencial transformador fosse reconhecido. Já alunos e egressos apresentaram avaliação mais positiva, evidenciando a percepção concreta do impacto do diálogo intercultural em sua formação acadêmica e cidadã, conforme corroboram Silvério *et al.* (2023); Nóbrega, Lima (2021) e Giannella (2024).

A Seção VIII, centrada na promoção de iniciativas que expressassem o compromisso social das IES com áreas estratégicas como comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho, apresentou avaliações moderadas entre coordenadores e docentes, refletindo avanços, mas

também desafios na integração efetiva desse compromisso social, conforme destacado por Brandão; Sprícigo (2023) e Santos e Gouw (2021). Alunos e egressos, por sua vez, atribuíram avaliações mais altas, percebendo positivamente os impactos práticos das iniciativas desenvolvidas e o fortalecimento de sua formação crítica, ética e cidadã (Miguel, 2023; Cunico; Spessatto, 2022; Wagner; Cunha, 2022).

A Seção IX, dedicada à promoção da reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa, evidenciou menor consenso entre os grupos. Coordenadores apresentaram média de 3,00, indicando dispersão nas percepções sobre a integração da dimensão ética, enquanto docentes registraram média de 3,33, demonstrando maior uniformidade. Estudos como o de Arienti (2023) reforçaram que, apesar da valorização da reflexão ética, fatores como falta de recursos e desmotivação influenciaram na percepção variada entre os participantes. Alunos e egressos evidenciaram avaliação mais positiva, destacando o papel da extensão na formação integral, na internalização de princípios éticos e na aplicação de valores em contextos reais, corroborado pelos autores Miguel (2023), Souza *et al*. (2023) e Silva *et al*. (2022)

Na Seção X, que tratou do incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento das questões da sociedade brasileira, enfatizou-se o papel das IES no desenvolvimento econômico, social e cultural. As avaliações mostraram médias idênticas entre coordenadores e alunos/egressos, evidenciando consenso, reforçando a percepção prática e positiva sobre a relevância da extensão. Estudos como Silvério *et al.* (2023) e Pesce *et al.* (2022) destacaram que projetos extensionistas permitiram conectar universidade e sociedade, promover reflexão crítica e desenvolver competências éticas e humanísticas. Por outro lado, os docentes atribuíram a avaliação mais baixa, indicando um distanciamento maior, possivelmente relacionado a desafios na participação docente e à resistência a uma visão mais integrada da curricularização, como apontado por Minghelli *et al.* (2021). A necessidade de maior engajamento docente foi evidenciada por experiências estruturadas de curricularização, como a relatada por Milhomem (2023).

A Seção XI abordou o apoio em princípios éticos que expressassem o compromisso social das IES, reforçando a importância de alinhar práticas acadêmicas a valores éticos e à transformação social. Alunos e egressos apresentaram percepção muito positiva, evidenciando o impacto prático da extensão, corroborado por Cunico e Spessatto (2022). Coordenadores tiveram avaliação moderada, refletindo equilíbrio entre desafios administrativos e reconhecimento da relevância ética, enquanto

docentes registraram média positiva, embora com ligeira variação nas respostas, indicando diferenças na experiência prática. Estudos como Miguel (2023) e Pesce *et al.* (2022), destacaram que a integração entre ensino, pesquisa e extensão contribuiu para uma formação crítica, ética e socialmente responsável, evidenciando a importância da gestão e do suporte institucional para garantir o impacto dessas diretrizes.

Na Seção XII, que tratou da atuação na produção e construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados ao desenvolvimento social, equitativo e sustentável, os alunos e egressos mantiveram avaliação, refletindo experiências práticas e otimistas, alinhadas ao estudo de Silvério *et al.* (2023), que ressaltou a conexão universidade-sociedade e o desenvolvimento profissional e ético. Coordenadores apresentaram percepção mais moderada, possivelmente influenciada por aspectos operacionais e administrativos, enquanto docentes tiveram média pouco acima, indicando avaliação positiva, mas com variação devido a desafios na execução das atividades extensionistas.

Por fim, a comparação entre os resultados obtidos e os princípios da Resolução nº 7/2018 evidenciou alinhamentos importantes, especialmente na formação cidadã e no estímulo ao diálogo transformador, embora com lacunas a serem preenchidas.

A contribuição deste estudo reside em sua capacidade de ampliar o entendimento sobre a curricularização da extensão no contexto de uma instituição federal de ensino, no campo teórico, ela aprofunda o entendimento sobre a operacionalização da Resolução nº 7/2018, fornecendo subsídios para a formulação de melhores práticas e políticas que possam ser replicadas em outras IES. No âmbito prático, reforça a relevância de estratégias contínuas de capacitação docente, maior engajamento comunitário e o desenvolvimento de políticas públicas que ampliem o suporte institucional para atividades extensionistas. Socialmente, a integração efetiva entre academia e comunidade reflete um impacto transformador, promovendo o diálogo e o desenvolvimento regional sustentável.

Contudo, como toda pesquisa, esta apresenta limitações. A amostra restrita ao *Campus* Carmo de Minas limita a generalização dos resultados, e as dificuldades na coleta de dados qualitativos em profundidade apontam para possíveis lacunas interpretativas. Além disso, a pesquisa não abarcou o impacto longitudinal das práticas extensionistas, aspecto relevante para análises futuras.

Com base nesses resultados, propõe-se que estudos subsequentes ampliem a abordagem metodológica, incluindo uma análise comparativa entre diferentes *campi* e instituições. Além disso, investigações sobre o impacto das ações extensionistas na trajetória dos egressos poderiam enriquecer o debate sobre a relevância da extensão na formação profissional e cidadã.

Em suma, a pesquisa reafirma a importância da curricularização da extensão como um eixo central da educação superior no Brasil, promovendo uma formação acadêmica que articule saberes teóricos e práticos em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao contribuir para a compreensão e aprimoramento dessa política, este trabalho se insere como uma referência relevante no campo educacional, reafirmando o papel transformador das instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. A evolução do ensino de física no Brasil. **Revista de Ensino de Física**. v. 1, n. 2, 1979. Disponível em: http://www.sbfisica.org.br/rbef/pdf/vol01a17.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

ALMEIDA, S. M. V.; BARBOSA, L. M. V. Curricularização da Extensão Universitária no Ensino Médico: o Encontro das Gerações para Humanização da Formação. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/DfkjtF6SgYzNFZKKXYLp85g**/**. Acesso em: 4 ago. 2024.

ARIENTI, W. L. Sobre a implementação da curricularização da extensão: caracterizações e preocupações. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 20, n. 45, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370349373_Sobre_a_implementacao_da_curricularizacao_da_extensao_caracterizacoes_e_preocupacoes. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRANDÃO, M. M., SPRÍCIGO, F. Curricularização da Extensão: particularidades e desafios vividos nos cursos de graduação. **Caminho aberto – Revista de Extensão do IFSC**, v. 17, 2023. Disponível em: https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/issue/view/101. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 18 jul. 2022.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 jan. 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 29 maio 2024.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm . Acesso em: 29 maio 2024.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília, DF. Disponível em: https://pne.mec.gov.br/18-planos-

subnacionais-deeducacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 09 jun. 2024.

_____. Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rces00405.pdf?query=Crit%C3%A9rios. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília, DF. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Parecer CNE/CES nº 67/2018. **Complementa a Resolução CNE/CES nº 7/2018**. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=84801-pces067-18&category_slug=marco-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Parecer CNE/CES nº 134/2003. **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração**. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces-0134.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Parecer CNE/CES nº 576/2023. **Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=251351-pces576-23&category_slug=agosto-2023-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jul. 2024.

_____. Parecer CNE/CES nº 608/2018. **Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira**. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102551-pces608-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 27 jul. 2024.

_____. Portaria MEC nº 411, de 7 de maio de 2024. **Dispõe sobre a alteração de tipologia dos Campi Avançados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifs**. Brasília, DF. 2024. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-411-de-7-de-maio-de-2024-558533925 Acesso em 15 jun. 2024.

_____. Portaria MEC nº 514, de 4 de junho de 2024. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: https://cncst.mec.gov.br/. Acesso em 15 jun. 2024.

_____. Portaria MEC nº 1.350, de 24 de dezembro de 2018. **Institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira.** Brasília, DF. Disponível em: http://fce.unb.br/images/documentos/extensao/normas/portaria_1350_14_12_2018.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

BUSS, C. S. A pesquisa e o ensino de ciências no período colonial brasileiro. **Revista Eletrônica Educar Mais**, 2017. Disponível em: https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/503. Acesso em: 04 dez. 2024.

CASAGRANDE, J. V.; VANIEL, A. P. H. Produção de um vlog como experiência de divulgação científica em uma proposta de curricularização da extensão: um olhar para a sistematização das transformações gasosas. **Revista Insignare Scientia**, v. 5, n. 2, 2022. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/13001. Acesso em: 11 ago. 2024.

CAVALCANTE, J. F. **Educação Superior:** conceitos, definições e classificações, 2000. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.3. Acesso em: 04 dez. 2024.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora USP, 2001. Disponível em: https://uspcaf.files.wordpress.com/2011/11/escrito-sobre-a-universidade.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

CECHINEL, A.; DURÃO, F. A. Emburrecimento e estudo. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Salvador, v. 25, n. 48, p. 188-198, 2023. Disponível em: **https://www.scielo.br/j/rblc/a/zznvGzbCDJwqBFPvrkgvnQG/**. Acesso em: 4 ago. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Anos 80**. Memória CNPq. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/anos-80/. Acesso em: 04 dez. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Anos 90**. Memória CNPq. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/anos-90/. Acesso em: 04 dez. 2024.

CUNICO, L.; SPESSATTO, M. B. A curricularização da extensão: análise de uma experiência no curso superior de tecnologia em design de moda. **Perspectivas em diálogo: revista de educação e sociedade**, Naviraí, v. 09, n. 19, p. 282-300, jan./abr. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/14671. Acesso em: 27 jun. 2024.

DAGNINO, E. **Citizenship in Latin America**: an introduction. Latin American Perspectives, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249693081_Citizenship_in_Latin_America_An_Introduction. Acesso em: 10 dez. 2024.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, setembro,

2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/XyLXN7mtdPGgnScr5MgYbHK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 maio 2024.

FEHLBERG, J.; SILVA, M. C.; VALLE, P. C. Eu, meus filhos e nossa escola: pensando a extensão universitária na escola regular. **Psicologia em Foco**, v. 4, n. 1, p. 1-7, 2014.

FERNANDES, A. F.; FERNANDES, A. F.; LOPES, C. F. G.; MAGALHÃES, L. H.; MAGALHÃES, T. M.; ROGRIGUE, A. C.; LUCAS, H. M.; SOUSA, Y. C.; PIRES, G.S. Curricularização da Extensão: uma experiência no Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação. **Revista de Extensão Tecnológica – IFC**, 2023. Disponível em: https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/4132. Acesso em: 04 ago. 2024.

FERRARESSO, L. F. O. T., CODATO, L. A. B. Aprendizados e reflexões advindos de atividade extensionista de educação em saúde em centros de Educação Infantil. **Revista Ciência Plural**, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/22312. Acesso em: 21 jul. 2024.

FLECK, C. F. A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 3, p. 270-298, set-dez. 2011. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yEueCKHmWk8J:https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/518/265+&cd=13&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 27 maio 2024.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**, 2012. Porto Alegre: UFRGS.

FRUTUOSO, T. S. Atividades de estágio e atividades de extensão no processo de curricularização da extensão: diferenças conceituais. **Caminho aberto – Revista de Extensão do IFSC**, v. 17, 2023. Disponível em: **https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/3675**. Acesso em: 21 jul. 2024.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Anais Brasília**, 1994.

GADOTTI, M. **O Projeto Político-Pedagógico da Escola**: na perspectiva de uma educação para a cidadania. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1333491397.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

GASPAR, I. A.; SHIMOYA, A. Avaliação da confiabilidade de uma pesquisa utilizando o coeficiente Alfa de Cronbach. *In.* SIENPRO - SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2017. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1012/o/ISAAC_DE_ABREU_GASPAR_2_-_email.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, H. N. M.; BARBOSA, F. V. **As universidades federais em Minas Gerais: indicadores de desempenho e propostas de aprimoramento**. XXX Encontro da

Associação Nacional de Pós-graduação em Administração – EnANPAD. Anais do EnANPAD, 2006. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:n2Lf6f7Ec5gJ:www.anpad.org.br/diversos/down_zips/10/enanpad2006-apsb-2545.pdf+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 27 maio 2024.

GIANNELLA, V. Pedagogia crítica para a gestão pública e social: o dispositivo da Oficina Temática como experiência integral. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 10, 2024. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9095253. Acesso em: 4 ago. 2024.

HOGEMANN, E. R. Sobre a curricularização da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de direito. **Revista Consinter**, 2023. Disponível em: https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/451. Acesso em: 11 ago. 2024.

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R.; ARICA, J. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o coeficiente alfa de Cronbach. **Produto e Produção**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/9321. Acesso

em: 11 ago. 2024.

IFSULDEMINAS. Resolução CONSUP nº 1, de 14 de abril de 2023. **Dispõe sobre a aprovação Projeto Pedagógico do Bacharelado em Administração.** Disponível em: https://portal.cdm.ifsuldeminas.edu.br/images/cursos/PPC_2023.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução CONSUP nº 46, de 29 de agosto de 2019. **Dispõe sobre a aprovação Projeto Pedagógico do Bacharelado em Administração.** Disponível em: https://portal.cdm.ifsuldeminas.edu.br/images/cursos/PPC_Superior_Administracao.pdf Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução CONSUP nº 75, de 17 de abril de 2020. **Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução CONSUP nº 069/2017, de 14 de novembro de 2017 que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/075.2020.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução CONSUP nº 180, de 3 de fevereiro de 2022. **Dispõe sobre a aprovação Projeto Pedagógico do Bacharelado em Administração.** Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/180.2022_com_anexo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução CONSUP nº 91, de 18 de setembro de 2019. **Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/curriculariza%C3%A7%C3%A3o/legisla%C3%A7%C3%A3o/091.2019_Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o6.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução CONSUP nº 92, de 18 de setembro de 2019. **Dispõe sobre a aprovação dos Fundamentos, Princípios e Diretrizes para as Atividades de**

Extensão no IFSULDEMINAS. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/curricula riza%C3%A7%C3%A3o/legisla%C3%A7%C3%A3o/92.2019_-_Diretrizes_Extens%C3%A3o4.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução CONSUP nº 309, de 23 de março de 2022. **Dispõe sobre os procedimentos para criação de cursos e alteração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) no âmbito do IFSULDEMINAS**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2022/309.2022_COM_ANEXO.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

_____. Resolução CONSUP nº 385, de 24 de julho de 2024. **Dispõe sobre a Criação do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do IFSULDEMINAS - Campus Carmo de Minas**. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2024/385.2024_com_anexo.pdf. Acesso em: 7 set. 2024.

_____. **Mapa dos *campi* atendidos pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, adaptado de Instituto Federal do Sul de Minas Gerais** (s.d.). Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-instituto. Acesso em: 23 jun. 2024.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2023. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDI/pdfs/Plano_Desenvolvimento_Institucional_Versao_final_3_VALENDO_ESTE.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

_____. (2019). **Evento de Curricularização de Extensão e Pesquisa.** Disponível em: https://www.ifsuldeminas.edu.br/evento-curricularizacao-extensao-pesquisa. Acesso em: 25 jun. 2024.

_____. **I Encontro da Curricularização da Extensão no IFSULDEMINAS**. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/live/cdfFlIPqM7Q?si=EFAOHbUTOOX0Dt9s. Acesso em: 7 set. 2024.

_____. **Diálogo: Extensão e Curricularização no IFSULDEMINAS**. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/live/miVTjXW7KhM?si=K6T30qY-c4LuK1wl. Acesso em: 7 set. 2024.

INTRODUÇÃO à Estatística. Conselheiro Lafaiete: IFMG, 2020. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/conselheirolafaiete/noticias/anexos-noticias/apostila-introducao-a-estatistica-ifmg-cl.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

JIMENEZ, M. O.; ANDRADE, G. B.; LEITZKE, M. R. L.; STOECKL, B. P.; SOSSMEIER, K. D. A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, São Paulo, v. 33, n.66, 2023. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15304. Acesso em: 14 jul. 2024.

LIMA, B. S. **A extensão universitária no curso de educação física da Universidade Federal do Maranhão:** uma análise do projeto ‘Jovens com a Bola Toda’. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, 2009. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/160. Acesso em: 11 jun. 2024.

LINDE K, WILLICH SN. **How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine.** J R Soc Med. 2003. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC539366/. Acesso em: 01 set. 2025.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MARTINS, A. C. P. **Ensino Superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2020.

MEDEIROS, M. M. **A extensão universitária no Brasil:** um percurso histórico. 2017. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1447. Acesso em 23 jan. 2023.

MIGUEL, J. C. A Curricularização da Extensão Universitária no contexto da função social da universidade. **Revista Práxis Educacional**, Bahia, v. 19, n. 50, 2023. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/11534. Acesso em: 14 jul. 2024.

MILHOMEM, M. S. F. S. A experiência do processo de Curricularização da Extensão na Universidade Federal do Tocantins: a tessitura necessária entre a extensão, pesquisa e ensino. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 20, n. 46, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/95882. Acesso em: 14 jul. 2024.

MINGHELLI, M.; PEREIRA, V. S.; VALE, M. A.; GARCIA, B. B.; MARTINS, Y. D.; FARIAS, I. G. T. Tão, tão distante: a extensão universitária e a (ir)relevância das periferias. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 12, n. 1, 2021. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11659. Acesso em: 11 ago. 2024

NÓBREGA, F. F. B.; LIMA, C. M. O retorno de Paulo freire à Faculdade de Direito do Recife: um relato do método freiriano nos projetos de extensão da Faculdade de Direito do Recife. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/252593. Acesso em: 4 ago. 2024.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOVAES, F. A.; PUCHTA, D. R. O processo de curricularização da extensão no curso de Educação Física da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Ibirité. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 1-11, 2022. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/66273. Acesso em: 4 ago. 2024.

NOZAKI, J. M.; HUNGER, D. A. C. F.; FERREIRA, L. A. Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2022. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/12472. Acesso em: 4 ago. 2024.

OLIVEIRA, G. B. de Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48. 2002. Disponível em: https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477. Acesso em: 27 maio 2021.

PEDROSA, R. H. L. A universidade de pesquisa no Brasil: 1930 e 2030. **Ensino Superior – UNICAMP**, Campinas, 2015. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/a-universidade-de-pesquisa-no-brasil-1930-e-2030. Acesso em: 27 jul. 2024.

PEREIRA, R. M.; MONTIEL, F. C. A metodologia de implementação da Curricularização da Extensão no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. **Caminho aberto – Revista de Extensão do IFSC**, v. 17, 2023. Disponível em: https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/3633. Acesso em: 21 jul. 2024.

PESCE, M. K.; MARQUES, D.; SCREMIN, J. P. A. A experiência do projeto EDUPAZ para as discussões da Curricularização da extensão universitária. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 27, 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/57065. Acesso em: 14 jul. 2024.

PICININ, C. T.; PILATTI, L. A.; KOVALESKI, J. L., PEDROSO, B.; CARVALHO, A. P. Trajetória da pós-graduação e do fomento à pesquisa no Brasil. **Revista Espacios**, v. 33, 2012. Disponível em: https://www.revistaespacios.com/a12v33n08/12330811.html#:~:text=No%20processo%20de%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20da,forma%20de%20incentivo%20%C3%A0%20pesquisa. Acesso em: 27 jul. 2024.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, A. C. C. **O Ensino Superior no Brasil:** uma digressão histórica. 2017. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-superior-no-brasil. Acesso em: 23 jan. 2023.

PRADO, D. O.; HENRIQUE, G. O. De Anísio Teixeira à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4024/61: os avanços no sistema educacional brasileiro. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 07, n. 07, p. 1050–1064, jul. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361803197_De_Anisio_Teixeira_a_Lei_de_Diretrizes_e_Bases_da_Educacao_Nacional_LDBEN_n_402461_os_avancos_no_sistema_educacional_brasileiro. Acesso em: 21 jul. 2025.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Cadernos de Educação Especial**, n. 21, 2003, p. 71-85.

RIBEIRO, M. M. S. **Autoavaliação Institucional:** A percepção dos resultados sob o olhar das competências preconizadas por Philippe Perrenoud. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2021. Disponível em: http://www.univas.edu.br/me/docs/dissertacoes2/183.pdf . Acesso em: 09 jan. 2023

RIBEIRO, M. M. S; CUNHA, C. F. Perspectivas e desafios da Extensão Universitária: um olhar para o IFSULDEMINAS. In: WOTCKOSKI, R. B.; CHINAGLIA, J. P. F.; NOCCIOLI, C. A. M. (Organizadores). **Educação no Brasil e a sua conjuntura:** tendências, desafios e perspectivas. Franca, SP: Ribeirão Gráfica Editora, 2022, 153-169. Disponível em: https://www.ribeiraograficaeditora.com.br/ebooks/166749190507ef6bc2e5e10de85ad73703c4c1337e6363e8419b9c1.pdf . Acesso em: 09 jan. 2023.

ROCHA, D.; COELHO, M. I. Currículos e Curricularização da Formação Docente Contemporânea nos Mestrados em Educação da UFPA, UEPA, UFT na/da Amazônia Brasileira. **Revista Exitus**, Santarém, V. 11, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602021000100304&script=sci_abstract. Acesso em: 04 ago. 2024.

ROSA, C. W.; ROSA, A. B. O ensino de ciências (Física) no Brasil: da história às novas orientações educacionais. **Revista Iberoamericana de Educación**. v. 58, n. 2, 2012. Disponível em: https://rieoei.org/RIE/article/download/1446/2517/9013. Acesso em: 04 dez. 2024.

SAMPAIO, H. **Evolução do Ensino Superior brasileiro, 1808-1990.** Documento de Trabalho. 8/91: Universidade de São Paulo, Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior – NUPES, 1991. Disponível em: http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf . Acesso: 06 jul. 2020.

SANTOS, B. S. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade, 2004. São Paulo: Cortez

SANTOS, P. M.; GOUW, A. M. S. Contribuições da curricularização da extensão na formação de professores. **Revista Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 12, n. 34, p. 922-946, 2021. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5396. Acesso em: 21 jul. 2024.

SEIXAS, P. S.; COELHO-LIMA, F.; SILVA, S. G.; YAMAMOTO, O. H**.** Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 113-122, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/Pn3M5mwQ56PYwrNfKvBkzVR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jun. 2024.

SILVA, M. V.; SILVA, E. C.; JESUS, D. R. A. de; BARROS, L. G. P.; MENDONÇA, A. P.; FELZKE, L. F. Curricularização da extensão: reflexões sobre a conservação da zona de amortecimento da Reserva Biológica (REBIO) do Jaru. **Revista ELO – Diálogos em** Extensão, v. 11, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/14195. Acesso em: 7 jul. 2024.

SILVA, M. J.; MORAIS, S. M.; AMARAL, W. G.; SILVA, C. Curricularização da extensão: uma abordagem na educação básica acerca da radiologia e suas vertentes. **Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC**, n. 10, 2019. Disponível em: https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2525. Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVEIRA, I. K.; MEDEIROS, V.; OLIVEIRA, E. B.; WICHNOSKI, P. A experiência vivida com a curricularização da extensão no âmbito do projeto Brinquedomática.

Caminho aberto – Revista de Extensão do IFSC, V. 17, 2023. Disponível em: **https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/3594**. Acesso em: 4 ago. 2024.

SILVERIO, E. D.; SOARES, M.; MELRINHO, B. M. L.; WICHNOSKI, P. A Curricularização da Extensão no âmbito do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Centro Oeste: percepções discentes. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, Paraná, v. 19, 2023. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/21776 . Acesso em: 14 jul. 2024.

SOUZA, M. C. S. C. **Anísio Teixeira e a Educação Brasileira:** da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924–64. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/23190/1/AnisioTeixeiraEducacao.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

SOUZA, M. R. A.; MENEZES, M. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/8NDKkxVz6rg4pwZxdz6zPQK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 maio 2024.

SOUZA, V. F. M. *et al.* Curricularização da extensão nos cursos de licenciatura: uma análise da produção científica brasileira. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 33, n. 66, 2023. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17106. Acesso em: 23 jul. 2024.

STEIGLEDER, L. I.; ZUCCHETTI, D. T.; MARTINS, R. L. Trajetória para a curricularização da extensão universitária: atuação do FOREXT e diretrizes nacionais. **Revista Brasileira de Extensão Universitária,** v. 10, n. 3, 2019. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10916. Acesso em: 11 ago. 2024.

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária:** um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2854/1/000418585-Texto%2bCompleto-0.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022

THIOLLENT, M. J. M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Revista Cronos**, Natal, v. 3, n. 2, 2002. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654/10730. Acesso em: 10 ago. 2024.

WAGNER, F.; CUNHA, M. I. Universidade e educação superior em retrospectiva. **Revista Em Aberto**, v. 35, n. 113, 2022. Disponível em: https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5119. Acesso em: 11 ago. 2024.

WOCIECHOSK, D. P.; CATANI, A. M. Curricularização da extensão e as suas relações com o acesso à educação superior nos PNEs 2001-2010 e 2014-2024: um estudo documental. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 1300-1317, 2023. Disponível em:

https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68893. Acesso em: 22 jul. 2024.

ANEXO I – Pesquisa de campo - questionários

1) *Campus* de lotação:

- *Campus* Avançado Carmo de Minas
- *Outro:*_____

2) Modalidade do curso:
- Bacharelado
- Licenciatura
- Tecnológico

3) Curso:

_____
___

4) Atuação:

- Coordenador de curso
- Professor
- Aluno ou egresso

QUESTIONÁRIO CASO A RESPOSTA TENHA SIDO “COORDENADOR DE CURSO”

Seção I – De âmbito geral

5) Em sua opinião, quão desafiador tem sido o processo de integração das atividades de extensão ao currículo do seu curso?
    1) Muito Desafiador
    2) Desafiador
    3) Neutro
    4) Pouco Desafiador
    5) Não Desafiador

6) Quão eficaz você acredita que tem sido a comunicação e o alinhamento de objetivos entre os diferentes setores envolvidos na curricularização da extensão no seu *Campus*?
    1) Muito Ineficaz
    2) Ineficaz
    3) Neutro
    4) Eficaz
    5) Muito Eficaz

7) Qual é o nível de envolvimento e entusiasmo dos docentes em relação à curricularização da extensão no seu curso?
    1) Muito Baixo
    2) Baixo
    3) Neutro
    4) Alto
    5) Muito Alto

8) Como você avalia a eficácia das estratégias de avaliação e mensuração dos resultados das atividades de extensão no contexto da curricularização no seu curso?
    1) Muito Ineficaz
    2) Ineficaz
    3) Neutro
    4) Eficaz
    5) Muito Eficaz

9) Em que medida você acredita que a curricularização da extensão é importante para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes do curso?
    1) Não é importante
    2) Pouco Importante
    3) Neutro
    4) Importante
    5) Muito Importante

10) Quão bem você acha que o processo de implantação da curricularização da extensão foi e está sendo comunicado aos docentes do curso?
    1) Muito Mal
    2) Mal
    3) Neutro
    4) Bem
    5) Muito Bem

11) Em que medida você acredita que os docentes do curso estão engajados no processo de curricularização da extensão?
    1) Não Engajados
    2) Pouco Engajados
    3) Neutro
    4) Engajados
    5) Muito Engajados

12) Como você avalia o suporte administrativo fornecido pelo *Campus* para a implementação da curricularização da extensão?
    1) Muito Ruim
    2) Ruim
    3) Neutro
    4) Bom
    5) Muito Bom

13) Quão eficaz você acha que são as atividades de extensão atualmente oferecidas no curso?
    1) Não Eficazes
    2) Pouco Eficazes
    3) Neutro
    4) Eficazes
    5) Muito Eficazes

14) Você acredita que os estudantes estão demonstrando interesse em participar das atividades de extensão?
    1) Nenhum Interesse
    2) Pouco Interesse
    3) Neutro
    4) Interesse
    5) Muito Interesse

15) Como você avalia a disponibilidade de recursos (financeiros, infraestrutura, pessoal) para apoiar as atividades de extensão do curso?
    1) Não Disponíveis
    2) Pouco Disponíveis
    3) Neutro
    4) Disponíveis
    5) Muito Disponíveis

16) Quão satisfeito você está com o progresso da implementação da curricularização da extensão em seu *Campus* até o momento?
    1) Insatisfeito
    2) Pouco satisfeito
    3) Neutro
    4) Satisfeito
    5) Muito Satisfeito

17) Você acredita que a curricularização da extensão tem impactado positivamente na reputação do curso?
    1) Muito Negativamente
    2) Negativamente
    3) Neutro
    4) Positivamente
    5) Muito Positivamente

18) Como você avalia o treinamento e capacitação oferecidos aos docentes para a implementação da curricularização da extensão?
    1) Muito Ruins
    2) Ruins
    3) Neutro
    4) Bons
    5) Muito Bons

19) Quão bem você acredita que a curricularização da extensão está preparando nossos estudantes para enfrentar os desafios da sociedade atual?
    1) Muito Mal
    2) Mal
    3) Neutro
    4) Bem
    5) Muito Bem

20) Em sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados na implementação da curricularização da extensão em seu curso?

Seção II - *Art. 5º - Inciso I – "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social"*

21) Em sua percepção, a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da curricularização da extensão, tem contribuído de forma significativa para a troca de conhecimentos e participação em questões complexas contemporâneas?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo

3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

22) Como coordenador do curso, quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido para promover o contato dos estudantes com as questões complexas presentes no contexto social?
    1) Muito Ineficaz
    2) Ineficaz
    3) Neutro
    4) Eficaz
    5) Muito Eficaz

23) De acordo com a sua percepção, até que ponto a implementação da curricularização da extensão tem possibilitado a participação ativa da comunidade acadêmica do curso na sociedade?
    1) Nenhuma Participação
    2) Pouca Participação
    3) Alguma Participação
    4) Muita Participação
    5) Participação Extremamente Ativa

Seção III - *Art. 5º - Inciso II – "a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular"*

24) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem contribuído significativamente para a formação cidadã dos estudantes?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

25) Como coordenador do curso, quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido na valorização da vivência dos conhecimentos dos estudantes e na integração dessas experiências à matriz curricular?
    1) Muito Ineficaz
    2) Ineficaz
    3) Neutro
    4) Eficaz
    5) Muito Eficaz

26) De acordo com a sua percepção, até que ponto a implementação da curricularização da extensão tem promovido uma abordagem teórico-prática para a formação dos estudantes do nosso curso?
    1) Nenhuma Integração
    2) Pouca Integração
    3) Alguma Integração
    4) Muita Integração
    5) Integração Extremamente Efetiva

Seção IV - *Art. 5º - Inciso III – "a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais"*

27) Em sua percepção, a curricularização da extensão tem contribuído de maneira significativa para a produção de mudanças nas diretrizes do seu curso?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

28) Como coordenador do curso, quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido na promoção da construção e aplicação de conhecimentos para gerar mudanças em diversos setores da sociedade?
    1) Muito Ineficaz
    2) Ineficaz
    3) Neutro
    4) Eficaz
    5) Muito Eficaz

Seção V - *Art. 5º - Inciso IV – "a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico."*

29) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem promovido de forma eficaz a articulação entre ensino, extensão e pesquisa, criando um processo pedagógico único e interdisciplinar?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

30) Como coordenador do curso, quão bem você considera que a curricularização da extensão tem contribuído para a integração de aspectos políticos, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos no programa acadêmico?
    1) Muito Mal

2) Mal
3) Neutro
4) Bem
5) Muito Bem

Seção VI - *Art. 6º - Inciso I – "a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável".*

31) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem contribuído de forma significativa para a formação integral do estudante, estimulando-o a se tornar um cidadão crítico e responsável?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

Seção VII - *Art. 6º -: Inciso II – "o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade".*

32) Em sua opinião, a implementação da curricularização da extensão tem promovido de maneira eficaz um diálogo construtivo e transformador com os diversos setores da sociedade brasileira e internacional?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

33) Como coordenador do curso, quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm respeitado e promovido a interculturalidade, considerando a diversidade de culturas e perspectivas?
    1) Muito Mal
    2) Mal
    3) Neutro
    4) Bem
    5) Muito Bem

Seção VIII - *Art. 6º - Inciso III – "a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena".*

34) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem promovido efetivamente iniciativas que expressem o compromisso social da nossa instituição de ensino superior com áreas como comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

35) Como coordenador do curso, quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido na promoção de políticas relacionadas à educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena?
    1) Muito Ineficaz
    2) Ineficaz
    3) Neutro
    4) Eficaz
    5) Muito Eficaz

Seção IX - *Art. 6º - Inciso IV – "a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa".*

36) De acordo com a sua percepção, até que ponto a implementação da curricularização da extensão tem contribuído para que estudantes e docentes analisem criticamente a dimensão ética de suas atividades acadêmicas em relação ao contexto social?
    1) Nenhuma Contribuição
    2) Pouca Contribuição
    3) Alguma Contribuição
    4) Muita Contribuição
    5) Contribuição Extremamente Significativa

Seção X - *Art. 6º - Inciso V – "o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural".*

37) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem incentivado de maneira eficaz a participação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento das questões da sociedade brasileira, incluindo o desenvolvimento econômico, social e cultural?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

Seção XI - *Art. 6º - Inciso VI – "o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;".*

38) Como coordenador do curso, quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm refletido e promovido princípios éticos que demonstram o compromisso social da instituição?
    1) Muito Mal
    2) Mal
    3) Neutro
    4) Bem
    5) Muito Bem

39) Como coordenador do curso, quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido orientadas por princípios éticos que demonstram o compromisso social da nossa instituição?
    1) Muito Mal
    2) Mal
    3) Neutro
    4) Bem
    5) Muito Bem

Seção XII - *Art. 6º - Inciso VII – "a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira".*

40) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem contribuído efetivamente para a produção e construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável, de acordo com a realidade brasileira?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

QUESTIONÁRIO CASO A RESPOSTA TENHA SIDO “PROFESSOR”

Seção I – De âmbito geral

5) Tenho o conhecimento necessário sobre o que é extensão.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

6) Tenho perfil extensionista, não sinto dificuldades em desenvolver a proposta da curricularização da extensão em meu curso.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

7) Acredito que a curricularização da extensão é importante para nossa instituição.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

8) Estou ciente dos objetivos da curricularização da extensão em meu *Campus*.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

9) Sinto-me bem informado sobre as diretrizes e regulamentos relacionados à curricularização da extensão.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

10) Tenho acesso às ferramentas e recursos necessários para implementar a extensão em minha disciplina.
   1) Discordo Totalmente

2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

11) Recebi treinamento adequado para implementar a curricularização da extensão.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

12) Sinto que minha carga de trabalho aumentou devido à curricularização da extensão.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

13) Tenho apoio da coordenação do curso para implementar a extensão.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

14) A curricularização da extensão é compatível com os objetivos do meu curso.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

15) Acredito que a curricularização da extensão enriquece a experiência dos estudantes.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

16) Tenho tempo suficiente para planejar e executar atividades de extensão em sala de aula.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo

3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

17) Acho que a avaliação das atividades de extensão é transparente e justa.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

18) A curricularização da extensão fortalece a relação entre a instituição e a comunidade local.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

19) Eu me sinto apoiado pela administração da instituição na implementação da extensão.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

20) Acredito que a curricularização da extensão melhora a imagem da nossa instituição.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

21) A curricularização da extensão contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

22) Participei das atividades sobre a curricularização da extensão mobilizadas pela instituição.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo

3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

23) Participei do processo de adaptação do Projeto Político Pedagógico à curricularização da extensão.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

24) Não entendo a necessidade da curricularização da extensão.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

Seção II - *Art. 5º - Inciso I – "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social"*

25) Em sua percepção, a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da curricularização da extensão, tem contribuído de forma significativa para a troca de conhecimentos e participação em questões complexas contemporâneas?
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

26) Como professor do curso, quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido para promover o contato dos estudantes com as questões complexas presentes no contexto social?
1) Muito Ineficaz
2) Ineficaz
3) Neutro
4) Eficaz
5) Muito Eficaz

27) De acordo com a sua percepção, até que ponto a implementação da curricularização da extensão tem possibilitado a participação ativa da comunidade acadêmica do curso na sociedade?
1) Nenhuma Participação

2) Pouca Participação
3) Alguma Participação
4) Muita Participação
5) Participação Extremamente Ativa

Seção III - *Art. 5º - Inciso II – "a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular"*

28) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem contribuído significativamente para a formação cidadã dos estudantes?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

29) Como professor do curso, quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido na valorização da vivência dos conhecimentos dos estudantes e na integração dessas experiências à matriz curricular?
    1) Muito Ineficaz
    2) Ineficaz
    3) Neutro
    4) Eficaz
    5) Muito Eficaz

30) De acordo com a sua percepção, até que ponto a implementação da curricularização da extensão tem promovido uma abordagem teórico-prática para a formação dos estudantes do nosso curso?
    1) Nenhuma Integração
    2) Pouca Integração
    3) Alguma Integração
    4) Muita Integração
    5) Integração Extremamente Efetiva

Seção IV - *Art. 5º - Inciso III – "a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais"*

31) Em sua percepção, a curricularização da extensão tem contribuído de maneira significativa para a produção de mudanças nas diretrizes do seu curso?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo

3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

32) Como professor do curso, quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido na promoção da construção e aplicação de conhecimentos para gerar mudanças em diversos setores da sociedade?
1) Muito Ineficaz
2) Ineficaz
3) Neutro
4) Eficaz
5) Muito Eficaz

Seção V - *Art. 5º - Inciso IV – "a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico."*

33) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem promovido de forma eficaz a articulação entre ensino, extensão e pesquisa, criando um processo pedagógico único e interdisciplinar?
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

34) Como professor do curso, quão bem você considera que a curricularização da extensão tem contribuído para a integração de aspectos políticos, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos no programa acadêmico?
1) Muito Mal
2) Mal
3) Neutro
4) Bem
5) Muito Bem

Seção VI - *Art. 6º - Inciso I – "a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável".*

35) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem contribuído de forma significativa para a formação integral do estudante, estimulando-o a se tornar um cidadão crítico e responsável?
6) Discordo Totalmente
7) Discordo
8) Neutro
9) Concordo
10) Concordo Totalmente

Seção VII - *Art. 6º -: Inciso II – "o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade".*

36) Em sua opinião, a implementação da curricularização da extensão tem promovido de maneira eficaz um diálogo construtivo e transformador com os diversos setores da sociedade brasileira e internacional?
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

37) Como professor do curso, quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm respeitado e promovido a interculturalidade, considerando a diversidade de culturas e perspectivas?
   1) Muito Mal
   2) Mal
   3) Neutro
   4) Bem
   5) Muito Bem

Seção VIII - *Art. 6º - Inciso III – "a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena".*

38) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem promovido efetivamente iniciativas que expressem o compromisso social da nossa instituição de ensino superior com áreas como comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho?
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

39) Como professor do curso, quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido na promoção de políticas relacionadas à educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena?
   1) Muito Ineficaz

2) Ineficaz
3) Neutro
4) Eficaz
5) Muito Eficaz

Seção IX - *Art. 6º - Inciso IV – "a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa".*

40) De acordo com a sua percepção, até que ponto a implementação da curricularização da extensão tem contribuído para que estudantes e docentes analisem criticamente a dimensão ética de suas atividades acadêmicas em relação ao contexto social?
    1) Nenhuma Contribuição
    2) Pouca Contribuição
    3) Alguma Contribuição
    4) Muita Contribuição
    5) Contribuição Extremamente Significativa

Seção X - *Art. 6º - Inciso V – "o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural".*

41) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem incentivado de maneira eficaz a participação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento das questões da sociedade brasileira, incluindo o desenvolvimento econômico, social e cultural?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

Seção XI - *Art. 6º - Inciso VI – "o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;".*

42) Como professor do curso, quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm refletido e promovido princípios éticos que demonstram o compromisso social da instituição?
    1) Muito Mal
    2) Mal
    3) Neutro
    4) Bem
    5) Muito Bem

43) Como professor do curso, quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido orientadas por princípios éticos que demonstram o compromisso social da nossa instituição?

1) Muito Mal
2) Mal
3) Neutro
4) Bem
5) Muito Bem

Seção XII - *Art. 6º - Inciso VII – "a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira".*

44) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem contribuído efetivamente para a produção e construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável, de acordo com a realidade brasileira?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

QUESTIONÁRIO CASO A RESPOSTA TENHA SIDO “ALUNO OU EGRESSO”

Seção I – De âmbito geral

5) Acredito que a curricularização da extensão é importante para a minha formação acadêmica.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

6) Estou ciente dos objetivos da curricularização da extensão em meu *Campus*.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

7) Sinto-me bem informado sobre as oportunidades de participação em atividades de extensão.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

8) Acho que a integração da extensão ao currículo é benéfica para os estudantes.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

9) Tenho participado ativamente de atividades de extensão oferecidas em meu curso.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

10) Sinto que as atividades de extensão enriquecem minha experiência acadêmica.

1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

11) Recebi orientação adequada sobre como me envolver em atividades de extensão.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

12) Acredito que a carga de trabalho relacionada à curricularização da extensão é equilibrada.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

13) As atividades de extensão têm sido relevantes para o desenvolvimento de habilidades práticas.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

14) A curricularização da extensão valoriza o envolvimento dos estudantes na comunidade.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

15) Sinto que minha participação em atividades de extensão é reconhecida e valorizada.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

16) Acredito que a curricularização da extensão está alinhada com a missão da nossa instituição.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

17) As atividades de extensão têm proporcionado um maior entendimento das questões sociais.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

18) Estou satisfeito com a diversidade de atividades de extensão disponíveis.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

19) A instituição oferece apoio suficiente para a participação dos alunos em atividades de extensão.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

20) A curricularização da extensão contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

21) Tenho conhecimento das oportunidades de liderança em projetos de extensão.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

22) Acredito que a curricularização da extensão ajuda a melhorar a relação entre a instituição e a comunidade local.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

23) Sinto que a curricularização da extensão é uma parte essencial da nossa educação.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

24) Estou motivado para continuar participando de atividades de extensão no futuro.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

Seção II - *Art. 5º - Inciso I – "a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social"*

25) As atividades de extensão oferecidas em seu curso proporcionam uma oportunidade adequada para a troca de conhecimentos com a comunidade externa.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

26) Na sua opinião, as atividades de extensão em seu *Campus* abordam de forma eficaz as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social.
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

Seção III - *Art. 5º - Inciso II – "a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular"*

27) Em sua opinião, a curricularização da extensão contribui para a formação cidadã dos estudantes.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

28) As atividades de extensão, integradas à matriz curricular, enriquecem sua vivência de conhecimentos de forma interprofissional e interdisciplinar.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

29) De acordo com a sua percepção, a curricularização da extensão valoriza adequadamente a integração entre os conhecimentos acadêmicos e a vivência prática.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

Seção IV - *Art. 5º - Inciso III – "a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais"*

30) Em sua percepção, a curricularização da extensão no IFSULDEMINAS tem contribuído para a produção de mudanças na própria instituição e na sociedade em geral.
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

31) As atividades de extensão em seu curso têm promovido a construção e aplicação de conhecimentos de forma significativa.
   1) Discordo Totalmente

2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

32) As atividades de extensão em que você participou têm tido um impacto positivo em outros setores da sociedade além da instituição.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

Seção V - *Art. 5º - Inciso IV – "a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico."*

33) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem promovido de forma eficaz a articulação entre ensino, extensão e pesquisa.
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

34) Você considera que a curricularização da extensão tem contribuído para a integração de aspectos políticos, educacionais, culturais, científicos e tecnológicos no programa acadêmico.
1) Muito Mal
2) Mal
3) Neutro
4) Bem
5) Muito Bem

Seção VI - *Art. 6º - Inciso I – "a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável".*

35) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem contribuído de forma significativa para a formação integral do estudante, estimulando-o a se tornar um cidadão crítico e responsável?
1) Discordo Totalmente
2) Discordo
3) Neutro
4) Concordo
5) Concordo Totalmente

Seção VII - *Art. 6º -: Inciso II – "o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade".*

36) Em sua opinião, a implementação da curricularização da extensão tem promovido de maneira eficaz um diálogo construtivo e transformador com os diversos setores da sociedade brasileira e internacional?
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

37) Como aluno, quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm respeitado e promovido a interculturalidade, considerando a diversidade de culturas e perspectivas?
   1) Muito Mal
   2) Mal
   3) Neutro
   4) Bem
   5) Muito Bem

Seção VIII - *Art. 6º - Inciso III – "a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena".*

38) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem promovido efetivamente iniciativas que expressem o compromisso social da nossa instituição de ensino superior com áreas como comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho?
   1) Discordo Totalmente
   2) Discordo
   3) Neutro
   4) Concordo
   5) Concordo Totalmente

39) Quão eficaz você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido na promoção de políticas relacionadas à educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena?
   1) Muito Ineficaz
   2) Ineficaz
   3) Neutro
   4) Eficaz

5) Muito Eficaz

Seção IX - *Art. 6º - Inciso IV – "a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa".*

40) De acordo com a sua percepção, até que ponto a implementação da curricularização da extensão tem contribuído para que estudantes e docentes analisem criticamente a dimensão ética de suas atividades acadêmicas em relação ao contexto social?
    1) Nenhuma Contribuição
    2) Pouca Contribuição
    3) Alguma Contribuição
    4) Muita Contribuição
    5) Contribuição Extremamente Significativa

Seção X - *Art. 6º - Inciso V – "o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural".*

41) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem incentivado de maneira eficaz a participação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento das questões da sociedade brasileira, incluindo o desenvolvimento econômico, social e cultural?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

Seção XI - *Art. 6º - Inciso VI – "o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;".*

42) Como aluno, quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm refletido e promovido princípios éticos que demonstram o compromisso social da instituição?
    1) Muito Mal
    2) Mal
    3) Neutro
    4) Bem
    5) Muito Bem

43) Quão bem você considera que as atividades de curricularização da extensão têm sido orientadas por princípios éticos que demonstram o compromisso social da nossa instituição?
    1) Muito Mal
    2) Mal
    3) Neutro

4) Bem
5) Muito Bem

Seção XII - *Art. 6º - Inciso VII – "a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira".*

44) Em sua opinião, a curricularização da extensão tem contribuído efetivamente para a produção e construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável, de acordo com a realidade brasileira?
    1) Discordo Totalmente
    2) Discordo
    3) Neutro
    4) Concordo
    5) Concordo Totalmente

ANEXO II – Pareceres CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DR.JOSÉ ANTÔNIO GARCIA COUTINHO - FACIMPA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 07, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018: A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SEU PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO IFSULDEMINAS - CAMPUS AVANÇADO CARMO DE MINAS

Pesquisador: MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 75374623.3.0000.5102

Instituição Proponente: FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.824.878

Apresentação do Projeto:

Este projeto terá como objetivo central investigar a implementação da curricularização da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - Campus Avançado Carmo de Minas, com base nas disposições previstas na Resolução nº 7, datada de 18 de dezembro de 2018. O projeto compreenderá diversas etapas: inicialmente, procederá com uma pesquisa bibliográfica com a intenção de explorar os conceitos fundamentais relacionados à extensão, curricularização e engajamento comunitário, bem como as complexidades e desafios que permearam esse campo. Posteriormente, realizará uma análise detalhada dos documentos institucionais que versaram sobre a legalização das ações de curricularização de extensão no IFSULDEMINAS e no Campus Avançado Carmo de Minas, com a finalidade de compreender como as diretrizes da Resolução nº 7 foram incorporadas e adaptadas à realidade da instituição. Por último, realizará uma pesquisa de campo, a qual envolverá coordenadores de curso, docentes, alunos e ex-alunos do Campus Avançado Carmo de Minas, com o objetivo de avaliar a eficácia da integração das atividades de extensão no âmbito acadêmico e na esfera social, conforme preconizado na Resolução mencionada. Este projeto terá como foco compreender a implementação da curricularização da extensão no IFSULDEMINAS - Campus Avançado Carmo de Minas, enfatizando sua conformidade com as diretrizes estabelecidas e analisando o impacto dela no

Endereço: Av. Prefeito Tuany Toledo, 470; Sala 19A; Bloco Verde; Andar Térreo
Bairro: Fátima I **CEP:** 37.554-210
UF: MG **Município:** POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3449-9248 **E-mail:** pesquisa@univas.edu.br

fortalecimento da tríade ensino-pesquisa-extensão na referida instituição.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: O objetivo principal desta pesquisa é analisar a implantação e implementação da extensão como carga horária disciplinar no Bacharelado em Administração, curso ofertado pelo IFSULDEMINAS Campus Avançado Carmo de Minas, em relação às concepções e práticas aplicáveis pela Resolução nº 7 de 18/12/2018, que trata das Diretrizes de Extensão no Ensino Superior. Além disso, pretende-se avaliar a eficácia das ações empreendidas pelo Campus no processo de curricularização da extensão.

Objetivo Secundário: Compreender e tangenciar a política de implantação da curricularização da extensão: envolvendo a sensibilização institucional, dúvidas iniciais,

resistências, questões orçamentárias e adaptações legais que embasam todo o processo; Formalizar, mediante pesquisa quantitativa-qualitativa, as percepções dos docentes e discentes participantes das atividades de curricularização da extensão; Após concretização do item b, comparar os resultados com as concepções e práticas estabelecidas pela Resolução nº 7, de 18/12/2018, conforme seus Art. 5º e Art. 6º.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos aos participantes da pesquisa A condução deste estudo envolve riscos específicos para os participantes, exigindo atenção e medidas de mitigação apropriadas. Alguns desses riscos merecem destaque: Confidencialidade e Privacidade: Existe o risco de que as respostas dos participantes, especialmente aquelas relacionadas às suas percepções sobre as práticas de curricularização, possam ser identificadas,comprometendo sua confidencialidade.Reações Emocionais Adversas: A exploração de discordâncias em relação às práticas de curricularização pode desencadear reações emocionais adversas entre os participantes.Possível Estigmatização: Participantes que expressam opiniões críticas em

relação às práticas institucionais podem temer retaliação ou estigmatização.Identificação Indesejada: A coleta de dados em um ambiente acadêmico específico pode possibilitar a identificação individual dos participantes.Desconforto ao Responder Perguntas Sensíveis: Perguntas sensíveis sobre práticas acadêmicas podem causar desconforto nos participantes.Viés de Resposta Influenciado por Relações Institucionais:Participantes podem sentir-se pressionados a fornecer respostas alinhadas com as expectativas da instituição, dada sua

afiliação ao IFSULDEMINAS.Incerteza quanto ao Uso dos Resultados: Participantes podem ter preocupações sobre como os resultados serão utilizados.

Mitigação dos riscos. A seguir serão apresentadas estratégias para mitigar os riscos identificados na pesquisa, visando assegurar a integridade ética e o bem-estar dos participantes.1. Confidencialidade e Privacidade: garantir anonimato nas respostas dos participantes.Armazenar os dados de forma segura e acessível apenas aos pesquisadores responsáveis.Informar claramente sobre as medidas de confidencialidade no Termo de Consentimento.2. Reações Emocionais Adversas: oferecer suporte emocional aos participantes durante e após a pesquisa, se necessário. Abordar questões sensíveis com empatia e cuidado, incentivando a participação voluntária.3. Possível Estigmatização: assegurar que a participação na pesquisa não terá impacto nas avaliações ou relações institucionais dos participantes.Reforçar a importância da honestidade e objetividade nas respostas, destacando a imparcialidade da pesquisa.4. Identificação Indesejada: anonimizar completamente as respostas, evitando qualquer associação a identidades individuais.Evitar coleta de dados específicos que possam facilitar a identificação dos participantes.5. Desconforto ao Responder: Formular perguntas de maneira ética, evitando linguagem

invasiva ou sugestiva.Perguntas Sensíveis: permitir que os participantes optem por não responder a questões que considerem desconfortáveis.6.Viés de Resposta Influenciado por Relações Institucionais: Garantir clareza sobre a independência da pesquisa em relação à instituição, enfatizando a busca por informações imparciais.Destacar que as respostas individuais não impactarão negativamente os participantes dentro da instituição.Incentivar a liberdade de expressão e promover um ambiente aberto para discussões críticas.7. Incerteza quanto ao Uso dos Resultados:Comunicar claramente os objetivos da pesquisa e a finalidade dos resultados.Disponibilizar um canal de comunicação para esclarecimento de dúvidas dos participantes sobre o uso dos resultados.

Benefícios:

A pesquisa sobre a curricularização da extensão no IFSULDEMINAS - Campus Avançado Carmo de Minas é benéfica, pois proporcionará uma compreensão profunda do processo e seu impacto. Além de documentar o cumprimento das diretrizes, ela contribuirá para o conhecimento

acadêmico e servirá como guia para a tomada de decisões. Também promoverá uma nova perspectiva na relação entre a instituição e a comunidade, destacando a importância de que as necessidades se originem na comunidade, em vez de serem impostas pela instituição.

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DR.JOSÉ ANTÔNIO GARCIA COUTINHO - FACIMPA

Continuação do Parecer: 6.824.878

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta relevância social e científica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória estão presentes.

Recomendações:

Vide Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende aos requisitos éticos para a realização da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Os autores deverão apresentar ao CEP um relatório parcial e um final da pesquisa de acordo com o cronograma apresentado no projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2220070.pdf	30/04/2024 23:06:47		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_MicheleRibeiro.pdf	30/04/2024 23:06:09	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MicheleMSRibeiro.pdf	26/10/2023 15:25:48	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuencia_MicheleMSRibeiro.pdf	26/10/2023 11:54:10	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_MicheleMSRibeiro.pdf	26/10/2023 11:37:26	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Av. Prefeito Tuany Toledo, 470; Sala 19A; Bloco Verde; Andar Térreo
Bairro: Fátima I **CEP:** 37.554-210
UF: MG **Município:** POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3449-9248 **E-mail:** pesquisa@univas.edu.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DR.JOSÉ ANTÔNIO GARCIA COUTINHO - FACIMPA

Continuação do Parecer: 6.824.878

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

POUSO ALEGRE, 16 de Maio de 2024

Assinado por:
Silvia Mara Tasso
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prefeito Tuany Toledo, 470; Sala 19A; Bloco Verde; Andar Térreo
Bairro: Fátima I **CEP:** 37.554-210
UF: MG **Município:** POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3449-9248 **E-mail:** pesquisa@univas.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - IFSULDEMINAS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 07, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018: A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SEU PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO IFSULDEMINAS - CAMPUS AVANÇADO CARMO DE MINAS

Pesquisador: MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 75374623.3.3001.8158

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.933.102

Apresentação do Projeto:

Este projeto terá como objetivo central investigar a implementação da curricularização da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - Campus Avançado Carmo de Minas, com base nas disposições previstas na Resolução nº 7, datada de 18 de dezembro de 2018. O projeto compreenderá diversas etapas: inicialmente, procederá com uma pesquisa bibliográfica com a intenção de explorar os conceitos fundamentais relacionados à extensão, curricularização e engajamento comunitário, bem como as complexidades e desafios que permearam esse campo. Posteriormente, realizará uma análise detalhada dos documentos institucionais que versaram sobre a legalização das ações de curricularização de extensão no IFSULDEMINAS e no Campus Avançado Carmo de Minas, com a finalidade de compreender como as diretrizes da Resolução nº 7 foram incorporadas e adaptadas à realidade da instituição. Por último, realizará uma pesquisa de campo, a qual envolverá coordenadores de curso, docentes, alunos e ex-alunos do Campus Avançado Carmo de Minas, com o objetivo de avaliar a eficácia da integração das atividades de extensão no âmbito acadêmico e na esfera social, conforme preconizado na Resolução mencionada. Este projeto terá como foco compreender a implementação da curricularização da extensão no IFSULDEMINAS - Campus Avançado Carmo de Minas, enfatizando sua

Endereço: Avenida Vicente Simões, 1111
Bairro: Nova Pouso Alegre **CEP:** 37553-465
UF: MG **Município:** POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3449-6153 **E-mail:** cep@ifsuldeminas.edu.br

conformidade com as diretrizes estabelecidas e analisando o impacto dela no fortalecimento da tríade ensino-pesquisa-extensão na referida instituição.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar a implantação e implementação da extensão como carga horária disciplinar no Bacharelado em Administração, curso ofertado pelo IFSULDEMINAS - Campus Avançado Carmo de Minas, em relação às concepções e práticas aplicáveis pela Resolução nº 7 de 18/12/2018, que trata das Diretrizes de Extensão no Ensino Superior. Além disso, pretende-se avaliar a eficácia das ações empreendidas pelo Campus no processo de curricularização da extensão.

Objetivos Secundários:

a) Compreender e tangenciar a política de implantação da curricularização da extensão: envolvendo a sensibilização institucional, dúvidas iniciais, resistências, questões orçamentárias e adaptações legais que embasam todo o processo; b) Formalizar, mediante pesquisa quantitativa-qualitativa, as percepções dos docentes e discentes participantes das atividades de curricularização da extensão; c) Após concretização do item b, comparar os resultados com as concepções e práticas estabelecidas pela Resolução nº 7, de 18/12/2018, conforme seus Art. 5º e Art. 6º.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A condução deste estudo envolve riscos específicos para os participantes, exigindo atenção e medidas de mitigação apropriadas. Alguns desses riscos merecem destaque:

- Confidencialidade e Privacidade: Existe o risco de que as respostas dos participantes, especialmente aquelas relacionadas às suas percepções sobre as práticas de curricularização, possam ser identificadas, comprometendo sua confidencialidade.

- Reações Emocionais Adversas: A exploração de discordâncias em relação às práticas de curricularização pode desencadear reações emocionais adversas entre os participantes. - Possível Estigmatização: Participantes que expressam opiniões críticas em relação às práticas institucionais podem temer retaliação ou estigmatização.

- Identificação Indesejada: A coleta de dados em um ambiente acadêmico específico pode possibilitar a identificação individual dos participantes.
- Desconforto ao Responder Perguntas Sensíveis: Perguntas sensíveis sobre práticas acadêmicas podem causar desconforto nos participantes.
- Viés de Resposta Influenciado por Relações Institucionais: Participantes podem sentir-se pressionados a fornecer respostas alinhadas com as expectativas da instituição, dada sua afiliação ao IFSULDEMINAS.
- Incerteza quanto ao Uso dos Resultados: Participantes podem ter preocupações sobre como os resultados serão utilizados.

A seguir serão apresentadas estratégias para mitigar os riscos identificados na pesquisa, visando assegurar a integridade ética e o bem-estar dos participantes.

1. Confidencialidade e Privacidade: garantir anonimato nas respostas dos participantes. - Armazenar os dados de forma segura e acessível apenas aos pesquisadores responsáveis. - Informar claramente sobre as medidas de confidencialidade no Termo de Consentimento.
2. Reações Emocionais Adversas: - oferecer suporte emocional aos participantes durante e após a pesquisa, se necessário. - Abordar questões sensíveis com empatia e cuidado, incentivando a participação voluntária.
3. Possível Estigmatização: - assegurar que a participação na pesquisa não terá impacto nas avaliações ou relações institucionais dos participantes. - Reforçar a importância da honestidade e objetividade nas respostas, destacando a imparcialidade da pesquisa.
4. Identificação Indesejada: - anonimizar completamente as respostas, evitando qualquer associação a identidades individuais. - Evitar coleta de dados específicos que possam facilitar a identificação dos participantes.
5. Desconforto ao Responder: - Formular perguntas de maneira ética, evitando linguagem invasiva ou sugestiva. - Perguntas Sensíveis: permitir que os participantes optem por não responder a questões que considerem desconfortáveis.
6. Viés de Resposta Influenciado por Relações Institucionais - Garantir clareza sobre a independência da pesquisa em relação à instituição, enfatizando a busca por informações imparciais. - Destacar que as respostas individuais não impactarão negativamente os participantes dentro da instituição. - Incentivar a liberdade de expressão e promover um ambiente aberto para discussões críticas.
7. Incerteza quanto ao Uso dos Resultados: - Comunicar claramente os objetivos da pesquisa e

a finalidade dos resultados. - Disponibilizar um canal de comunicação para esclarecimento de dúvidas dos participantes sobre o uso dos resultados.

Benefícios:
A pesquisa sobre a curricularização da extensão no IFSULDEMINAS - Campus Avançado Carmo de Minas é benéfica, pois proporcionará uma compreensão profunda do processo e seu impacto. Além de documentar o cumprimento das diretrizes, ela contribuirá para o conhecimento acadêmico e servirá como guia para a tomada de decisões. Também promoverá uma nova perspectiva na relação entre a instituição e a comunidade, destacando a importância de que as necessidades se originem na comunidade, em vez de serem impostas pela instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Protocolo de pesquisa em segunda versão ao CEP do IFSULDEMINAS, estudo de natureza documental e de campo. Projeto já submetido e aprovado pelo CEP da FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO GARCIA COUTINHO - FACIMPA, como Centro Coordenador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Os seguintes documentos foram apresentados:
a) Informações básicas sobre a pesquisa (Plataforma Brasil);
b) Projeto de pesquisa;
c) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
d) Cronograma de pesquisa no projeto e nas informações básicas da Plataforma Brasil;
e) Declaração de anuência da instituição co-participante para coleta de dados;
f) Orçamento, no Projeto e nas informações básicas da Plataforma Brasil;
g) Formulário (modelo Google Forms) da aplicação do TCLE e ferramenta de pesquisa (questionário);
h) Carta resposta ao relator.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - IFSULDEMINAS

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os óbices éticos identificados em parecer anterior foram superados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme Resolução CNS n.466, de 12 de dezembro de 2012, recomenda-se a todo pesquisador, a apresentação de relatórios parciais e final ao CEP, contribuindo, assim, com o monitoramento das pesquisas por parte do CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2344568.pdf	19/06/2024 20:15:56		Aceito
Outros	Carta_Resposta_MicheleMSRibeiro.pdf	19/06/2024 20:15:12	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito
Outros	TCLE_MicheleRibeiro_formulario_CEP.pdf	19/06/2024 20:13:34	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MicheleRibeiro_CEP.pdf	19/06/2024 20:09:19	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_MicheleRibeiro_CEP.pdf	19/06/2024 20:07:25	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_MicheleRibeiro.pdf	30/04/2024 23:06:09	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MicheleMSRibeiro.pdf	26/10/2023 15:25:48	MICHELE MARTINS SILVA RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Vicente Simões, 1111
Bairro: Nova Pouso Alegre **CEP:** 37.553-465
UF: MG **Município:** POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3449-6153 **E-mail:** cep@ifsuldeminas.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS - IFSULDEMINAS

POUSO ALEGRE, 05 de Julho de 2024

Assinado por:
Heloisa Turcatto Gimenes Faria
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Vicente Simões, 1111
Bairro: Nova Pouso Alegre **CEP:** 37553-465
UF: MG **Município:** POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3449-6153 **E-mail:** cep@ifsuldeminas.edu.br

ANEXO III – Compilado da pesquisa de campo

Coordenadores

Seção	Questões	Respondente 1	Respondente 2	Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Percentual de frequência
Seção I	Q5	1	2	1,50	1,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q6	3	2	2,50	2,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q7	4	2	3,00	3,00	Não calculada	1,41	2,00
Seção I	Q8	4	2	3,00	3,00	Não calculada	1,41	2,00
Seção I	Q9	5	4	4,50	4,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q10	4	3	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q11	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção I	Q12	4	3	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q13	3	3	3,00	3,00	3,00	0,00	0,00
Seção I	Q14	3	2	2,50	2,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q15	3	2	2,50	2,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q16	3	4	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q17	4	5	4,50	4,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q18	3	2	2,50	2,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção I	Q19	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção I		**GERAL**		**3,20**	**3,20**	**Não calculada**	**0,66**	**0,60**
Seção II	Q21	4	2	3,00	3,00	Não calculada	1,41	2,00
Seção II	Q22	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção II	Q23	4	3	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção II		**GERAL**		**3,50**	**3,50**	**Não calculada**	**0,71**	**0,83**
Seção III	Q24	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção III	Q25	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção III	Q26	3	4	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção III		**GERAL**		**3,83**	**3,83**	**Não calculada**	**0,24**	**0,17**
Seção IV	Q27	3	2	2,50	2,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção IV	Q28	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção IV		**GERAL**		**3,25**	**3,25**	**4,00**	**0,35**	**0,25**
Seção V	Q29	3	4	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção V	Q30	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção V		**GERAL**		**3,75**	**3,75**	**Não calculada**	**0,35**	**0,25**
Seção VI	Q31	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção VI		**GERAL**		**4,00**	**4,00**	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Seção VII	Q32	4	2	3,00	3,00	Não calculada	1,41	2,00
Seção VII	Q33	3	4	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção VII		**GERAL**		**3,25**	**3,25**	**Não calculada**	**1,06**	**1,25**
Seção VIII	Q34	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção VIII	Q35	4	2	3,00	3,00	Não calculada	1,41	2,00
Seção VIII		**GERAL**		**3,50**	**3,50**	**Não calculada**	**0,71**	**1,00**
Seção IX	Q36	4	2	3,00	3,00	Não calculada	1,41	2,00
Seção IX		**GERAL**		**3,00**	**3,00**	**Não calculada**	**1,41**	**2,00**
Seção X	Q37	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção X		**GERAL**		**4,00**	**4,00**	**4,00**	**0,00**	**0,00**
Seção XI	Q38	4	4	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Seção XI	Q39	4	3	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção XI		**GERAL**		**3,75**	**3,75**	**Não calculada**	**0,35**	**0,25**
Seção XII	Q40	3	4	3,50	3,50	Não calculada	0,71	0,50
Seção XII		**GERAL**		**3,50**	**3,50**	**Não calculada**	**0,71**	**0,50**

Grupo	Seção	Questões	Respondente 1	Respondente 2	Respondente 3	Respondente 4	Respondente 5	Respondente 6	Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Frequência
Docentes	Seção I	Q5	5	4	5	4	2	5	4,17	4,50	5,00	1,17	1,37
Docentes	Seção I	Q6	4	4	4	3	3	3	3,50	3,50	4,00	0,55	0,30
Docentes	Seção I	Q7	5	5	4	4	5	5	4,67	5,00	5,00	0,52	0,27
Docentes	Seção I	Q8	5	2	4	5	2	5	3,83	4,50	5,00	1,47	2,17
Docentes	Seção I	Q9	5	2	3	4	3	4	3,50	3,50	3,00	1,05	1,10
Docentes	Seção I	Q10	2	3	3	2	4	3	2,83	3,00	3,00	0,75	0,57
Docentes	Seção I	Q11	5	1	3	2	2	2	2,50	2,00	2,00	1,38	1,90
Docentes	Seção I	Q12	4	3	3	4	3	4	3,50	3,50	4,00	0,55	0,30
Docentes	Seção I	Q13	5	3	4	4	4	4	4,00	4,00	4,00	0,63	0,40
Docentes	Seção I	Q14	5	4	4	3	4	4	4,00	4,00	4,00	0,63	0,40
Docentes	Seção I	Q15	5	4	4	4	5	5	4,50	4,50	5,00	0,55	0,30
Docentes	Seção I	Q16	2	2	2	1	2	4	2,17	2,00	2,00	0,98	0,97
Docentes	Seção I	Q17	4	3	3	3	3	3	3,17	3,00	3,00	0,41	0,17
Docentes	Seção I	Q18	5	4	5	4	5	5	4,67	5,00	5,00	0,52	0,27
Docentes	Seção I	Q19	4	3	4	2	4	3	3,33	3,50	4,00	0,82	0,67
Docentes	Seção I	Q20	5	4	4	4	5	5	4,50	4,50	5,00	0,55	0,30
Docentes	Seção I	Q21	5	4	5	4	5	5	4,67	5,00	5,00	0,52	0,27
Docentes	Seção I	Q22	5	2	1	4	3	5	3,33	3,50	5,00	1,63	2,67
Docentes	Seção I	Q23	5	2	1	3	4	5	3,33	3,50	5,00	1,63	2,67
Docentes	Seção I	Q24	1	2	1	3	1	1	1,50	1,00	1,00	0,84	0,70
	Seção I				**GERAL**				**3,58**	**3,65**	**3,95**	**0,86**	**0,89**
Docentes	Seção II	Q25	4	4	4	3	4	5	4,00	4,00	4,00	0,63	0,40
Docentes	Seção II	Q26	4	4	4	3	3	5	3,83	4,00	4,00	0,75	0,57
Docentes	Seção II	Q27	3	3	3	3	3	2	2,83	3,00	3,00	0,41	0,17
	Seção II				**GERAL**				**3,56**	**3,67**	**3,67**	**0,60**	**0,38**
Docentes	Seção III	Q28	5	4	4	3	4	5	4,17	4,00	4,00	0,75	0,57
Docentes	Seção III	Q29	5	3	4	3	3	4	3,67	3,50	3,00	0,82	0,67
Docentes	Seção III	Q30	4	3	3	3	3	4	3,33	3,00	3,00	0,52	0,27
	Seção III				**GERAL**				**3,72**	**3,50**	**3,33**	**0,70**	**0,50**
Docentes	Seção IV	Q31	4	3	4	3	2	3	3,17	3,00	3,00	0,75	0,57
Docentes	Seção IV	Q32	4	3	4	3	3	3	3,33	3,00	3,00	0,52	0,27
	Seção IV				**GERAL**				**3,25**	**3,00**	**3,00**	**0,63**	**0,42**
Docentes	Seção V	Q33	4	3	4	3	2	4	3,33	3,50	4,00	0,82	0,67
Docentes	Seção V	Q34	4	3	4	3	3	4	3,50	3,50	4,00	0,55	0,30
	Seção V				**GERAL**				**3,42**	**3,50**	**4,00**	**0,68**	**0,48**
Docentes	Seção VI	Q35	4	3	4	3	4	4	3,67	4,00	4,00	0,52	0,27
	Seção VI				**GERAL**				**3,67**	**4,00**	**4,00**	**0,52**	**0,27**
Docentes	Seção VII	Q36	2	4	4	3	4	3	3,33	3,50	4,00	0,82	0,67
Docentes	Seção VII	Q37	3	3	4	3	3	3	3,17	3,00	3,00	0,41	0,17
	Seção VII				**GERAL**				**3,25**	**3,25**	**3,50**	**0,61**	**0,42**
Docentes	Seção VIII	Q38	4	4	3	3	3	3	3,33	3,00	3,00	0,52	0,27
Docentes	Seção VIII	Q39	4	4	3	3	3	4	3,50	3,50	4,00	0,55	0,30
	Seção VIII				**GERAL**				**3,42**	**3,25**	**3,50**	**0,53**	**0,28**
Docentes	Seção IX	Q40	4	3	4	3	3	3	3,33	3,00	3,00	0,52	0,27
	Seção IX				**GERAL**				**3,33**	**3,00**	**3,00**	**0,52**	**0,27**
Docentes	Seção X	Q41	2	2	4	3	3	3	2,83	3,00	3,00	0,75	0,57
	Seção X				**GERAL**				**2,83**	**3,00**	**3,00**	**0,75**	**0,57**
Docentes	Seção XI	Q42	5	4	4	3	4	4	4,00	4,00	4,00	0,63	0,40
Docentes	Seção XI	Q43	5	4	4	4	4	4	4,17	4,00	4,00	0,41	0,17
	Seção XI				**GERAL**				**4,08**	**4,00**	**4,00**	**0,52**	**0,28**
Docentes	Seção XII	Q44	4	3	4	3	4	4	3,67	4,00	4,00	0,52	0,27
	Seção XII				**GERAL**				**3,67**	**4,00**	**4,00**	**0,52**	**0,27**

Alunos/ egressos

Grupo	Seção	Questões	Respondente 1	Respondente 2	Respondente 3	Respondente 4	Respondente 5	Respondente 6	Respondente 7	Respondente 8	Respondente 9	Respondente 10	Respondente 11	Respondente 12	Respondente 13	Respondente 14	Respondente 15	Respondente 16	Respondente 17	Respondente 18
	Seção II																			
Alunos/ egressos	Seção III	Q27	5	5	5	4	3	5	3	4	5	5	5	5	5	5	4	5	4	5
Alunos/ egressos	Seção III	Q28	5	5	5	4	4	5	2	4	5	5	5	5	4	5	4	5	4	5
Alunos/ egressos	Seção III	Q29	5	5	5	4	5	5	2	4	4	5	5	5	4	5	4	5	4	5
	Seção III																			
Alunos/ egressos	Seção IV	Q30	3	5	4	4	4	3	2	3	5	5	5	5	4	4	4	5	4	5
Alunos/ egressos	Seção IV	Q31	4	5	5	4	4	4	2	4	4	5	5	5	5	4	4	5	4	5
Alunos/ egressos	Seção IV	Q32	4	5	5	4	4	3	3	3	4	5	5	5	4	3	4	5	4	5
	Seção IV																			
Alunos/ egressos	Seção V	Q33	4	5	5	4	4	5	2	4	4	4	5	4	4	2	4	4	4	5
Alunos/ egressos	Seção V	Q34	4	5	4	4	4	4	3	4	4	5	5	4	3	3	4	3	4	5
	Seção V																			
Alunos/ egressos	Seção VI	Q35	4	5	5	4	4	5	4	5	4	5	5	5	5	4	4	5	4	5
	Seção VI																			
Alunos/ egressos	Seção VII	Q36	4	3	4	4	4	4	3	4	3	5	5	4	4	2	4	4	3	5
Alunos/ egressos	Seção VII	Q37	4	5	5	4	4	4	3	4	4	5	5	4	4	2	4	4	4	5
	Seção VII																			
Alunos/ egressos	Seção VIII	Q38	4	5	4	4	3	5	3	4	4	5	5	4	4	4	4	4	4	5
Alunos/ egressos	Seção VIII	Q39	3	5	4	5	4	4	3	4	4	4	5	4	4	3	4	3	3	5
	Seção VIII																			
Alunos/ egressos	Seção IX	Q40	3	4	5	4	3	4	3	4	3	3	4	4	3	4	4	4	3	5
	Seção IX																			
Alunos/ egressos	Seção X	Q41	4	5	4	4	4	4	2	4	4	4	5	4	4	4	4	5	4	5
	Seção X																			
Alunos/ egressos	Seção XI	Q42	4	5	4	5	4	4	3	4	4	5	5	4	4	3	4	5	4	5
Alunos/ egressos	Seção XI	Q43	5	5	4	5	4	5	3	4	5	5	5	4	4	4	4	5	4	5
	Seção XI																			
Alunos/ egressos	Seção XII	Q44	5	5	4	4	3	4	4	4	4	4	5	4	4	4	4	4	4	5
	Seção XII																			

Respondente 19	Respondente 20	Respondente 21	Respondente 22	Respondente 23	Respondente 24	Respondente 25	Respondente 26	Respondente 27	Respondente 28	Respondente 29	Respondente 30	Respondente 31	Respondente 32	Respondente 33	Respondente 34	Respondente 35	Respondente 36	Respondente 37	Respondente 38
4	4	5	5	4	4	5	5	5	3	4	5	5	4	5	3	5	5	4	5
4	4	5	5	4	4	4	5	5	4	4	5	5	5	4	4	5	5	5	5
4	4	5	4	4	4	5	5	5	4	4	5	5	4	4	4	4	5	5	5
4	4	5	3	4	2	4	5	5	3	4	5	5	3	4	4	5	5	4	4
4	4	5	4	4	4	4	5	4	4	4	5	5	4	3	4	5	5	4	5
5	4	5	3	4	2	4	5	4	4	4	5	5	3	4	3	5	5	4	3
4	4	5	4	3	4	5	5	5	4	4	5	5	4	5	4	5	5	5	4
4	4	5	4	3	3	4	5	5	3	4	5	4	4	4	5	5	5	4	5
4	4	5	4	4	4	4	5	4	3	4	5	5	4	4	2	5	5	4	5
4	4	4	3	3	3	4	5	5	3	4	4	3	3	3	4	5	5	5	4
4	4	5	4	3	4	4	5	4	4	4	4	5	5	4	4	5	5	5	5
4	4	5	4	3	4	4	5	5	3	4	5	5	5	4	4	5	5	5	5
5	4	5	4	3	3	4	5	4	3	4	5	5	5	4	3	5	5	4	3
4	4	5	3	3	3	4	5	4	3	4	5	5	5	4	3	4	5	4	4
4	4	5	3	3	3	4	5	5	3	4	4	5	3	3	3	5	5	4	4
4	4	5	4	4	4	4	5	4	3	4	5	5	5	4	4	5	5	4	5
4	5	5	4	4	5	4	5	5	3	4	5	5	5	5	4	5	5	4	5
4	5	5	4	4	4	4	5	5	3	4	4	5	4	4	4	5	5	3	4

Respondente 39	Respondente 40	Respondente 41	Respondente 42	Respondente 43	Respondente 44	Respondente 45	Respondente 46	Respondente 47	Respondente 48	Respondente 49	Respondente 50	Respondente 51	Respondente 52	Respondente 53	Respondente 54	Respondente 55	Respondente 56	Respondente 57	Respondente 58
																	GERAL		
5	5	5	4	5	4	4	2	5	5	4	4	3	3	5	5	4	5	5	4
5	5	5	5	4	4	4	3	5	5	4	4	4	3	5	5	4	5	5	3
5	5	5	4	5	4	4	3	5	4	3	4	4	2	5	5	4	5	5	4
																	GERAL		
5	4	5	4	5	3	4	3	4	3	3	4	3	3	5	5	4	2	4	3
5	5	5	3	5	3	4	3	4	3	3	4	3	2	5	5	4	2	5	3
5	5	5	4	3	3	4	3	3	3	4	3	3	2	5	5	4	3	4	3
																	GERAL		
5	5	5	3	5	3	4	3	3	4	4	4	4	3	5	4	4	3	4	3
5	4	5	4	4	3	3	3	4	4	3	4	4	2	5	4	4	3	4	3
																	GERAL		
5	4	5	4	4	3	4	4	5	4	4	4	4	3	5	5	4	2	5	4
																	GERAL		
5	4	5	2	5	3	3	1	4	4	4	4	4	3	5	4	4	2	5	3
5	5	5	3	5	3	3	3	4	3	3	4	3	2	5	5	4	2	5	3
																	GERAL		
4	5	5	2	5		4	4	4	4	4	4	4	3	5	4	4	3	5	3
5	4	5	3	4	3	3	3	4	3	4	4	4	2	5	4	4	2	3	4
																	GERAL		
5	3	5	3	4	3	4	3	3	3	4	4	4	3	5	5	4	3	4	5
																	GERAL		
5	4	5	2	5	3	3	4	4	2	4	4	4	3	5	4	4	3	4	3
																	GERAL		
5	4	5	2	5	3	4	4	5	4	4	4	4	3	3	5	4	4	3	4	4
5	5	5	3	5	3	3	4	5	4	5	4	4	3	5	4	4	3	4	4
																	GERAL		
5	5	5	3	5	3	3	3	4	3	3	4	4	3	5	4	4	2	4	4
																	GERAL		

Respondente 59	Respondente 60	Respondente 61	Respondente 62	Respondente 63	Respondente 64	Respondente 65	Respondente 66	Respondente 67	Respondente 68	Respondente 69	Respondente 70	Respondente 71	Respondente 72	Respondente 73	Respondente 74	Respondente 75	Respondente 76	Respondente 77	Respondente 78
5	5	5	4	5	3	5	5	3	5	4	5	5	5	4	3	4	5	5	4
5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	4	4	5	5	4	4	4	5	5	4
4	5	5	5	5	4	5	5	3	5	3	5	5	4	4	4	4	5	5	5
4	4	5	5	4	4	5	4	5	4	5	5	4	4	4	4	4	4	5	4
5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	4	5	5	4	4	4	4	5	5	5
4	3	5	5	4	3	5	4	4	5	3	4	4	4	4	4	4	4	5	4
5	4	5	5	3	4	5	4	5	5	4	5	4	4	4	4	4	4	5	4
4	5	4	5	3	3	5	4	4	5	4	5	5	4	4	4	5	4	5	3
4	4	4	5	4	4	5	5	3	5	4	5	5	4	4	3	5	5	5	4
4	5	5	5	2	4	5	4	4	4	4	4	5	4	4	3	5	3	5	4
5	3	4	5	4	4	4	4	5	4	4	5	5	4	4	5	5	4	5	4
4	4	5	5	3	3	5	4	5	4	4	4	5	3	4	4	4	3	5	4
4	2	4	4	3	3	4	4	5	4	4	5	5	3	4	3	5	3	5	3
4	2	4	5	3	5	4	3	4	3	3	5	3	3	3	3	5	3	5	5
4	2	4	5	2	4	4	3	5	4	4	5	5	4	3	4	5	3	5	4
5	3	4	5	5	5	5	4	5	4	4	4	5	4	4	4	5	5	5	4
5	4	5	5	5	5	5	4	5	5	4	5	5	4	4	4	5	5	5	4
4	4	5	5	4	4	4	4	5	4	3	5	5	4	3	5	5	4	5	3

Respondente 79	Respondente 80	Respondente 81	Respondente 82	Respondente 83	Respondente 84	Respondente 85	Respondente 86	Respondente 87	Respondente 88	Respondente 89	Respondente 90	Respondente 91	Respondente 92	Respondente 93	Respondente 94	Respondente 95	Respondente 96	Respondente 97	Respondente 98
5	5	5	5	5	4	5	4	5	4	4	4	5	4	3	5	5	4	2	5
5	5	5	5	5	3	5	5	5	4	4	4	4	5	4	5	5	4	3	5
5	5	4	5	5	4	5	3	5	5	4	4	5	5	4	5	5	4	3	5
4	3	3	5	5	4	5	3	3	4	3	4	5	5	2	5	5	4	3	5
4	4	4	5	5	3	5	5	4	4	4	4	4	5	3	5	5	3	3	5
4	4	5	5	5	4	4	3	4	4	4	3	4	4	3	5	4	4	4	
4	4	4	4	5	4	5	4	4	4	4	4	5	5	3	5	5	4	4	4
5	4	5	4	5	3	5	3	4	5	4	4	5	4	2	5	4	4	4	5
4	4	3	5	5	3	5	5	5	4	4	4	4	5	4	5	4	4	2	5
3	4	3	5	5	3	5	4	4	4	4	3	3	3	3	5	4	4	3	4
5	4	4	5	5	3	4	4	5	4	4	4	5	4	3	5	4	5	3	5
4	4	4	5	5	4	5	4	4	3	4	4	5	5	4	5	4	4	4	4
4	4	4	5	5	3	4	4	4	3	4	4	5	5	4	4	4	4	4	5
4	3	3	5	5	3	5	5	4	4	3	4	5	4	4	4	4	3	2	5
4	3	4	5	5	3	5	4	5	4	4	4	5	4	4	4	4	4	4	4
5	4	4	5	5	3	5	4	4	4	4	4	5	5	4	5	4	4	3	5
5	4	4	5	5	3	5	5	5	5	4	4	5	5	4	5	4	5	3	5
4	4	4	5	5	3	5	4	4	4	4	4	5	4	3	5	4	4	3	4

Respondente 99	Respondente 100	Respondente 101	Respondente 102	Respondente 103	Respondente 104	Respondente 105	Respondente 106	Respondente 107	Respondente 108	Respondente 109	Respondente 110	Respondente 111	Média	Mediana	Moda	Desvio-Padrão	Frequência
													4,14	**4,00**	**4,00**	**0,74**	**0,55**
4	5	5	5	4	4	5	4		3	4	5	3	4,41	5,00	5,00	0,76	0,57
4	5	5	5	5	4	5	4	3	4	4	5	4	4,50	5,00	5,00	0,64	0,42
4	5	5	5	5	4	5	4	3	4	4	5	4	4,43	5,00	5,00	0,70	0,48
													4,45	**5,00**	**5,00**	**0,70**	**0,49**
4	5	3	5	3	4	5	4	2	4	4	4	4	4,06	4,00	4,00	0,85	0,71
4	5	3	5	4	4	5	4	2	4	4	4	4	4,23	4,00	4,00	0,80	0,64
4	5	4	5	4	4	5	4	4	3	4	4	3	4,02	4,00	4,00	0,77	0,59
													4,11	**4,00**	**4,00**	**0,80**	**0,65**
4	4	4	5	4	4	5	4	2	4	4	4	4	4,18	4,00	4,00	0,70	0,49
5	5	3	5	5	5	5	4	3	4	4	3	4	4,11	4,00	4,00	0,77	0,59
													4,14	**4,00**	**4,00**	**0,74**	**0,54**
4	5	4	5	5	4	5	4	2	4	4	4	3	4,25	4,00	4,00	0,74	0,55
													4,25	**4,00**	**4,00**	**0,74**	**0,55**
4	4	4	3	3	4	5	4	2	4	4	4	3	3,86	4,00	4,00	0,85	0,72
4	5	5	3	4	4	5	4	2	3	4	4	4	4,14	4,00	4,00	0,73	0,63
													4,00	**4,00**	**4,00**	**0,82**	**0,68**
4	5	3	5	4	4	5	4	2	4	4	4	5	4,17	4,00	4,00	0,70	0,49
5	5	3	5	2	4	5	4	2	4	4	3	4	3,94	4,00	4,00	0,82	0,68
													4,05	**4,00**	**4,00**	**0,76**	**0,59**
4	4	3	4	3	4	5	4	3	3	5	3	3	3,85	4,00	4,00	0,81	0,66
													3,85	**4,00**	**4,00**	**0,81**	**0,66**
5	5	4	4	4	4	5	4	3	3	4	3	4	3,98	4,00	4,00	0,73	0,62
													3,98	**4,00**	**4,00**	**0,73**	**0,62**
5	5	4	5	4	4	5	4	3	4	4	4	4	4,26	4,00	4,00	0,67	0,45
5	5	4	5	4	4	5	4	3	4	4	4	4	4,42	5,00	5,00	0,65	0,43
													4,34	**4,50**	**4,50**	**0,66**	**0,44**
5	5	3	4	5	4	5	4	3	4	4	4	4	4,12	4,00	4,00	0,70	0,49
													4,12	**4,00**	**4,00**	**0,70**	**0,49**

ANEXO IV - Alfa de Cronbach

Passo a passo para o cálculo no Excel:

Etapa 1: Configurando os dados no Excel

- Organização dos dados em uma planilha do Excel;
- Criação de uma coluna para cada item e uma linha para cada participante;
- Inserção das pontuações (escala Likert) para cada participante sob a coluna do item correspondente.

Etapa 2: Calculando a variância das questões

- Nas linhas abaixo da descrição dos respondentes calcular:
  - Soma das pontuação de cada questão, usar a função SOMA (“=SOMA(intervalo)”);
  - Média das pontuações de cada questão, usar a função MÉDIA (“MÉDIA(intervalo)”);
  - Cálculo da variância das questões, usar a função VAR.A (“=VAR.A(intervalo)”).

Etapa 3: Soma das pontuações de cada participante

- Nas colunas após as questões calcular:
  - Soma da pontuação de cada respondente, usar a função SOMA (“=SOMA(intervalo)”);
  - Média das pontuações dos respondentes, usar a função MÉDIA (“MÉDIA(intervalo)”);
  - Cálculo da variância das questões, usar a fórmula: (soma do sujeito - média)2/ (total de pessoas -1)

Etapa 4: Aplicando a Fórmula Alfa de Cronbach no Excel

- Fórmula:

$$\alpha = \frac{N}{N-1}\left(1 - \frac{\sum \sigma_i^2}{\sigma_t^2}\right)$$

Etapa 5: Interpretação do escore alfa de Cronbach

- O coeficiente alfa de Cronbach resultante varia entre 0 e 1.
- Freitas e Rodrigues (2005), sugerem a classificação da confiabilidade do coeficiente alfa de Cronbach de acordo com os seguintes limites:
  - A. $\alpha \leq 0{,}30$ – Muito baixa
  - B. $0{,}30 < \alpha \leq 0{,}60$ - Baixa
  - C. $0{,}60 < \alpha \leq 0{,}75$ - Moderada
  - D. $0{,}75 < \alpha \leq 0{,}90$ - Alta
  - E. $\alpha > 0{,}90$ – Muito alta

- Questionário para pesquisa com coordenadores:

Tabela 5 - Alfa de Cronbach - Questionário coordenadores

	QUESTÕES																																						
Respondentes	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	**31**	**32**	**33**	**34**	**35**	**SOMA/ SUJEITO**	**MÉDIA/ SUJEITO**	**VARIÂNCIA/ SUJEITOS**
Respondente 1	1	3	4	4	5	4	4	4	3	3	3	3	4	3	4	4	4	4	4	4	3	3	4	3	4	4	4	3	4	4	4	4	4	4	3	127	133	18
Respondente 2	2	4	4	5	4	5	3	4	4	4	4	4	4	2	4	5	4	4	5	5	4	4	4	4	4	3	4	3	4	4	5	4	4	4	4	139		18
SOMA/ QUESTÕES	**3**	**7**	**8**	**9**	**9**	**9**	**7**	**8**	**7**	**7**	**7**	**7**	**8**	**5**	**8**	**9**	**8**	**8**	**9**	**9**	**7**	**7**	**8**	**7**	**8**	**7**	**8**	**6**	**8**	**8**	**9**	**8**	**8**	**8**	**7**			
MÉDIA/ QUESTÕES	**1,5**	**3,5**	**4**	**4,5**	**4,50**	**4,5**	**3,5**	**4**	**3,5**	**3,5**	**3,5**	**3,5**	**4**	**2,5**	**4**	**4,5**	**4**	**4**	**4,5**	**4,5**	**3,5**	**3,5**	**4**	**3,5**	**4**	**3,5**	**4**	**3**	**4**	**4**	**4,5**	**4**	**4**	**4**	**3,5**			**36,00**
VARIÂNCIA/ QUESTÕES	**0,50**	**0,50**	**0,00**	**0,50**	**0,50**	**0,50**	**0,50**	**0,00**	**0,50**	**0,50**	**0,50**	**0,50**	**0,00**	**0,50**	**0,00**	**0,50**	**0,00**	**0,00**	**0,50**	**0,50**	**0,50**	**0,50**	**0,00**	**0,50**	**0,00**	**0,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,50**	**10,00**		

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 15 - Alfa de Cronbach - Questionário coordenadores: cálculo

Fórmula:

$$\alpha = \frac{N}{N-1}\left(1 - \frac{\sum \sigma_i^2}{\sigma_t^2}\right)$$

α = *Alfa de Cronbach*

N = número de itens (questões) no questionário

$\Sigma\ \sigma_i^2$ = variância dos itens individuais

σ_t^2 = variância total

Cálculo:

α = (35 / 35-1) * [1-(10,0 / 36,0)]

α = 1,029 * [1-0,277]

α = 1,029 * 0,723

α = 0,743

α = *Alfa de Cronbach*

N = 35 é o número de itens

$\Sigma\ \sigma_i^2$ = 10,0 é o somatório das variâncias individuais dos itens

σ_t^2 = 36,0 é a variância total do conjunto de itens

Fonte: Elaborado pela autora.

Um valor de 0,743 sugere uma confiabilidade moderada do instrumento utilizado. Embora não seja um valor extremamente alto, ainda indica que os itens do questionário estão razoavelmente correlacionados e que o conjunto de questões mede de forma coerente o conceito ou construto pretendido.

- Questionário para pesquisa com docentes:

Tabela 6 - Alfa de Cronbach - Questionário docentes

Respondentes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	SOMA/ SUJEITO	MÉDIA/ SUJEITO	VARIÂNCIA/ SUJEITOS
Respondente 1	5	4	5	5	5	2	5	4	5	5	5	2	4	5	4	5	5	5	5	1	4	4	3	5	5	4	4	4	4	4	4	2	3	4	4	2	3	4	5	4	162	135,66667	231,1481481
Respondente 2	5	5	5	2	4	5	4	3	2	3	3	2	2	3	2	1	4	3	4	3	2	3	3	2	2	3	2	1	4	3	4	4	5	3	3	3	2	2	5	4	125		37,92592593
Respondente 3	4	5	2	4	4	4	3	2	3	3	2	2	3	2	1	4	3	4	4	5	3	3	3	2	2	2	2	3	2	3	4	3	3	3	3	3	2	3	3	4	120		81,81481481
SOMA/ QUESTÕES	**14**	**14**	**12**	**11**	**13**	**11**	**12**	**9**	**10**	**11**	**10**	**6**	**9**	**10**	**7**	**10**	**12**	**12**	**13**	**9**	**9**	**10**	**9**	**9**	**9**	**9**	**8**	**8**	**10**	**10**	**12**	**9**	**11**	**10**	**10**	**8**	**7**	**9**	**13**	**12**			
MÉDIA/ QUESTÕES	**4,7**	**4,7**	**4**	**3,7**	**4,3**	**3,7**	**4**	**3**	**3,3**	**3,7**	**3,3**	**2**	**3**	**3,3**	**2,3**	**3,3**	**4**	**4**	**4,3**	**3**	**3**	**3,3**	**3**	**3**	**3**	**3**	**2,7**	**2,7**	**3,3**	**3,3**	**4**	**3**	**3,7**	**3,3**	**3,3**	**2,7**	**2,3**	**3**	**4,3**	**4**			**269,07**
VARIÂNCIA/ QUESTÕES	**0,33**	**0,33**	**3,00**	**2,33**	**0,33**	**2,33**	**1,00**	**1,00**	**2,33**	**1,33**	**2,33**	**0,00**	**1,00**	**2,33**	**2,33**	**4,33**	**1,00**	**1,00**	**0,33**	**4,00**	**1,00**	**0,33**	**0,00**	**3,00**	**3,00**	**1,00**	**1,33**	**2,33**	**1,33**	**0,33**	**0,00**	**1,00**	**1,33**	**0,33**	**0,33**	**0,33**	**0,33**	**1,00**	**1,33**	**0,00**	**52,67**		

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 16 - Alfa de Cronbach - Questionário discentes/egressos: cálculo

Fórmula:

$$\alpha = \frac{N}{N-1}\left(1 - \frac{\sum \sigma_i^2}{\sigma_t^2}\right)$$

α = *Alfa de Cronbach*

N = número de itens (questões) no questionário

$\Sigma\ \sigma_i^2$ = variância dos itens individuais

σ_t^2 = variância total

Cálculo:

α = (40 / 40-1) * [1-(52,67 / 269,07)]

α = 1,025 * [1-0,195]

α = 1,025 * 0,805

α = 0,825

α = *Alfa de Cronbach*

N = 40 é o número de itens

$\Sigma\ \sigma_i^2$ = 52,67 é o somatório das variâncias individuais dos itens

σ_t^2 = 269,07 é a variância total do conjunto de itens

Fonte: Elaborado pela autora.

O resultado de 0,825 sugere que o questionário é confiável e tem uma boa consistência interna. Significa que os itens do questionário estão bem alinhados e que o instrumento é adequado para medir o construto proposto.

- Questionário para pesquisa com discentes/ egressos:

Tabela 7 - Alfa de Cronbach - Questionário discentes/egressos

| | QUESTÕES | | |